

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Vitor Coelho Lima

MILÍCIA E VIDA CÍVICA NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Belo Horizonte

2016

VITOR COELHO LIMA

MILÍCIA E VIDA CÍVICA NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Prof. Dr. Newton Bignotto de Souza

Belo Horizonte

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

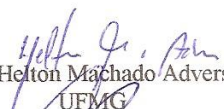
MILÍCIA E VIDA CÍVICA NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

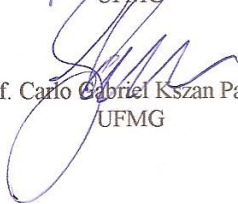
VITOR COELHO LIMA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em FILOSOFIA, área de concentração FILOSOFIA, linha de pesquisa Ética e Filosofia Política.

Aprovada em 04 de fevereiro de 2016, pela banca constituída pelos membros:


Prof. Newton Bignotto de Souza - Orientador
UFMG


Prof. Helton Machado Adverse
UFMG


Prof. Carlo Gabriel Kszan Pancera
UFMG

Belo Horizonte, 4 de fevereiro de 2016.

Lima, Vitor Coelho

Milícia e vida cívica no pensamento de Maquiavel [manuscrito] /
Vitor Coelho Lima. - 2016.

170 f.

Orientador: Newton Bignotto de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Filosofia – Teses. 2. Machiavelli, Niccolo, 1469-1527. 3.
Milícia - Teses. 4. Renascença - Teses. I. Bignotto, Newton II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

*“Se as coisas parecem inatingíveis, ora, não é motivo para não querê-las,
como seriam tristes os caminhos sem o brilho distante das estrelas.”*

Mário Quintana. Espelho mágico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao professor Newton Bignotto, sem a ajuda do qual eu não poderia realizar esse trabalho, por sua orientação atenciosa capaz de me proporcionar uma trajetória de pesquisa marcada pelo constante aprendizado e por uma relação professor-aluno das mais frutíferas e agradáveis que se possa desejar.

Aos professores Helton Adverse e Gabriel Pancera, pelo incentivo e por sempre se mostrarem dispostos a ajudar, através das inúmeras dicas bibliográficas e conversas produtivas no corredor.

Às amigas Paulinha e Tai, aos amigos da PS, aos amigos Rodrigo, Davi, Pedro, Henrique, Francisco, e aos amigos do skate pelos momentos de distração, pelas infinitas risadas, pelo lazer.

Ao meu amorzinho, Tata, pela companhia, pela confiança, pelo estímulo e, mais do que tudo, pelos momentos felizes de muito carinho durante a escrita.

Ao meu pai Hildebrando, pelo exemplo de honestidade, inteligência e senso crítico.

A minha mãe Maria de Fátima, pelo apoio, pela paciência e principalmente pelo amor.

A minha adorável avó Ruth, por tudo o que me ensinou e viveu comigo.

Aos meus irmãos André e Renato, a essa incrível dupla dedico a dissertação.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	8
1. A ITÁLIA EM CRISE.....	15
1.1A fragmentação política da península.....	17
1.2A questão militar: os soldados mercenários.....	31
2. A DEFESA DA LIBERDADE.....	50
2.1Humanismo Cívico: uma matriz republicana.....	52
2.2Os Chanceleres florentinos.....	66
2.3O expansionismo não é o fim da república.....	78
3. A CRÍTICA AOS MERCENÁRIOS.....	89
3.1Della Milizia de Leonardo Bruni.....	91
3.2O Príncipe de Maquiavel.....	114
4. A ARTE DA GUERRA E A VIDA CÍVICA.....	125
4.1A gênese do pensamento militar de Maquiavel.....	126
4.2A Arte da Guerra.....	137
CONCLUSÃO.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167

RESUMO

O objetivo do nosso trabalho é mostrar como a investigação de textos pouco explorados pela tradição interpretativa, tais como, “*A Arte da Guerra*” de Maquiavel, e “*Della Milizia*” de Leonardo Bruni, permite compreender o movimento de transição em direção ao novo modo de vida e uma nova filosofia que caracteriza o Renascimento.

Motivadas pela situação italiana de instabilidade política, guerra e pelo crescimento do uso de soldados mercenários essas obras absorveram não só a necessidade urgente de se discutir as questões militares, mas também se inseriram dentro de um movimento político de ideias que nasceu em Florença: o humanismo cívico. Um movimento intelectual que promoveu a vida cívica e o republicanismo.

Os textos adquiriram, assim, o teor de projetos práticos de reforma das instituições militares, que tinham como principal diretriz vincular o exercício da cidadania ao serviço militar, de modo que os exércitos se tornassem autossuficientes e não mais garantissem sua força através de tropas mercenárias. Em outras palavras, o que estava em jogo era promover o exercício de cargos públicos pelos cidadãos para que o regime republicano fosse fortalecido e evitasse as mazelas geradas pela dependência dos mercenários.

Nossa hipótese é a de que o estudo desses textos em conjunto ilustra o desenvolvimento do humanismo nos séculos de Renascimento, com enfoque em suas principais continuidades e rupturas, assim como aponta para os principais motivadores, para o acento cívico e político que esse movimento ganha com o passar dos anos, e também, nos permite traçar as rupturas envolvidas numa visão mais ampla de história da filosofia que busca significar o Renascimento.

Não pretendo dizer que esse é o único caminho para estudar o republicanismo do Renascimento, mesmo porque as fontes são inúmeras. Mas, certamente a abordagem através da questão militar, a busca por vincular os soldados ao núcleo da vida cívica, assim como os cidadãos ao núcleo da vida militar, é uma via pouco explorada e muito frutífera, uma vez que esclarece as razões republicanas que estão por trás dessa ideia, assim como o estatuto da relação dos humanistas com a antiguidade, mas, principalmente, analisa a importância do processo de passagem da vida contemplativa para a vida ativa como o principal traço distintivo do Renascimento.

ABSTRACT

The deal of this work is to show how texts underexplored by the tradition as “*The Art of War*” of Machiavelli and “*Della Milizia*” of Leonardo Bruni allow us to understand a transition to a new way of life and a new philosophy that features Renaissance.

Motivated by the instability of Italian politics, also by war and mainly by the growing of the usage of mercenary troops these books absorb not only the urgent need about discussing military affairs but also were inserted in a politic movement of ideas in Florence: the civic humanism. An intellectual movement that promoted republicanism and civic life.

The texts acquired a character of practical projects about reformation of the military institutions which had as main guideline to establish a link between the exercise of citizenship and the military service so that the armies become self-sufficient and no more ensure its power through mercenary troops.

Our hypothesis is that the study of these texts together shows the development of humanism throughout the centuries of Renaissance focusing in its continuities and in its breakpoints as also points to the main reasons of the civic and politic accent that embodied this movement as the time passed by and allow us to talk about breakpoints in a broad view of philosophy history that attempts to understand Renaissance.

It is not my intention to say that this is the only way to study Renaissance republicanism even because there are countless sources. But certainly this approach through the military affair that aims to link the soldiers to the civic life as the citizens to the military life is underexplored and very productive once clarifies not only the republican reasons that are behind this idea and the nature of the relation between humanists and the classic antiquity but mainly analyses the importance of the passage from the contemplative life to the active life as the distinctive mark of Renaissance.

Key-words: Machiavelli; Political Philosophy; Renaissance; Civic Humanism; War.

INTRODUÇÃO

Quando nos colocamos diante do desafio de dividir a história da filosofia em períodos, a principal dificuldade que encontramos pela frente é a de estabelecer pontos de transição que justifiquem de modo satisfatório a separação entre um período e outro. Esses pontos de transição são formados pelo conjunto das razões que levaram a prática filosófica a ser desenvolvida a partir de novos parâmetros. Eles funcionam como critérios que nos permitem diferenciar a filosofia que é feita dentro de um contexto histórico em relação a que é feita em outro contexto.

Grande parte da dificuldade de eleger esses “*turning-points*” diz respeito à incapacidade de um evento singular representar todas as rupturas e continuidades que estão em jogo na passagem de um período a outro, uma vez que essas transições envolvem muitos elementos. As grandes transições nos modos de se viver e se pensar ao longo da história são todos frutos de um longo processo que não tem data de nascimento precisa e nem data de morte. Essas transições acompanham inovações técnicas, transformações nas ordens políticas, e também, os desdobramentos envolvidos no desenvolvimento dos debates filosóficos. Elas envolvem mudanças em fatores econômicos, sociais, militares e em todas as outras esferas que representam a atividade humana. Dizem respeito ao que nos permite falar que o homem vivia e pensava de outra forma no passado, diferente da que vivemos.

Apesar dos critérios envolvidos em um *turning-point* específico funcionarem como ferramentas limitadas, eles proporcionam um campo de investigação profícuo a respeito da natureza da investigação filosófica de cada tempo, e também desenvolve nosso olhar crítico para a história.

O Renascimento italiano é um período da história da filosofia que compreende a transição do mundo medieval para o mundo moderno. É nesse período que

transformações nas artes, no pensamento e na vida cotidiana começam a se desenvolver na direção de abandonar tradições medievais fundamentais e criar novos modos de vida. Do ponto de vista histórico, podemos considerar o surgimento de cidades livres como o “*turning-point*” mais decisivo para a continuidade do processo de transformação do mundo medieval. Do ponto de vista da filosofia, a passagem da vida contemplativa para a vida ativa é a principal chave conceitual que nos permite traçar a ruptura com a filosofia escolástica, e, além disso, nos permite marcar o início de uma nova reflexão sobre a vida do homem na cidade.

A originalidade do Renascimento reside no modo como as ideias que impulsionavam o homem à ação refletiam a construção de uma experiência real. É no ocaso do mundo medieval, que coincide com os primórdios do Renascimento, o momento no qual as comunas italianas insurgem contra o poder dos reis, dos papas e dos imperadores. Essa reivindicação por liberdade se traduziu no surgimento de vários corpos políticos que se viram diante do desafio de organizar uma vida civil, e, também, no surgimento de um discurso da liberdade.

O desafio da liberdade e da consciência histórica foi encarado por uma série de pensadores e artistas ao longo dos 300 anos de Renascimento, que mudaram de maneira decisiva o eixo da reflexão filosófica centrada na teologia e no aristotelismo medieval. Esse grupo de intelectuais recebeu a denominação de humanistas, eram eles os responsáveis pelo deslocamento do debate filosófico, que antes estava centrado em Deus, em direção a uma reflexão sobre a liberdade humana. Promoveram ruptura entre o determinismo divino e a liberdade humana.

Esse movimento de ideias, denominado humanismo, passa por fases ao longo dos séculos de Renascimento e é importante conferir significado aos diferentes momentos, isso para que possamos compreender o amadurecimento de uma tradição

filosófica que se inicia centrada em um elogio da liberdade humana, e que se desenvolve posteriormente na construção de um debate político em torno da vida cívica, e da cidadania, assim como em ações na cena pública.

A amplitude do humanismo passa desde o surgimento das universidades e a reformulação dos currículos, que passaram a incluir as “*studia humanitas*”, ou humanidades (disciplinas como grego, latim, retórica, oratória, direito, medicina), até o momento em que três séculos depois, representantes da chancelaria de uma república do porte de Florença se valem das técnicas retóricas e do classicismo dos primeiros anos de Renascimento para defender os interesses republicanos na ordem prática das coisas, na vida ativa, através da participação na vida da cidade. Mas, apesar das diferentes elaborações dos temas humanistas, o conceito nuclear para abordarmos essa tradição não pode ser outro se não o da liberdade.

Apoiados no estudo da antiguidade greco-romana, os primeiros humanistas, como Petrarca, se empenharam em resgatar as formas de discurso antigas como as técnicas ciceronianas de oratória e retórica para construir não só um elogio à liberdade humana, mas um discurso que convence, um discurso para ser ouvido na cidade, um discurso que desperta o homem para seu vínculo com os outros homens, e que coloca a cidade como um denominador comum dos homens que os dignifica.

Com o passar dos anos o trabalho dos poetas, dos artistas e dos filósofos levou à consolidação de valores como a liberdade e a cidadania na cultura italiana, os quais foram absorvidos por um grupo de homens que estavam à frente de importantes cargos públicos na república de Florença. Essa nova fase do humanismo é conhecida como humanismo cívico e marca o momento em que as ideias sobre a vida cívica encontraram lugar dentro de uma república. O resultado do impacto da tradição da liberdade diretamente na vida de uma república conferiu peso político às ideias centrais do

humanismo de modo que a liberdade passa a ser entendida como um valor republicano, em oposição às monarquias e as tiranias. É a partir desse momento que nasce a ideia humanista de que só as repúblicas são livres.

Esses elementos que pontuamos até aqui constituem uma pequena introdução ao significado do Renascimento na história da filosofia. De forma resumida, podemos dizer que o surgimento de cidades que acompanha o surgimento de uma nova ordem social coloca o homem diante de problemas diferentes dos problemas metafísicos das universidades medievais; coloca o homem diante dos desafios que a vida em comum apresenta, como a liberdade e a cidadania. Essa nova reflexão sobre a vida em comum evoluiu desde um elogio da natureza humana até a construção de um pensamento político de matriz republicana, que se converteu em ação na cena pública.

Nosso objetivo nessa dissertação é demonstrar o desenvolvimento dessa transição mais ampla que representa o Renascimento na história da filosofia através do recorte de um tema clássico do humanismo: a questão militar. Através desse tema é possível perceber como as reivindicações humanistas se conectam com o contexto histórico de surgimento das cidades, com ideal intelectual da vida ativa e promovem o desenvolvimento de uma nova matriz republicana. Nesse sentido, a questão militar nos permite abordar os principais “*turning-points*” históricos e filosóficos que singularizam o Renascimento e nos permite avançar em direção à novidade republicana que se consolida enquanto tradição em Florença.

O primeiro capítulo, intitulado “A Itália em crise”, é composto por duas seções que pretendem apresentar a dimensão da crise política e militar que assolava a península a partir do século XIII até o século XV. A primeira seção, intitulada “A fragmentação política da península”, é dedicada à apresentação das transformações políticas que possibilitaram as comunas a lutar por sua autonomia política frente às forças

estrangeiras, com enfoque nos elementos que nos permitem dizer que essa insurreição das comunas inspirou o desenvolvimento do discurso da liberdade posteriormente, constituindo uma consciência histórica do que é a luta pela liberdade e a fundação de uma nova ordem social. A segunda seção intitulada “A questão militar: os soldados mercenários” volta a atenção para o desenvolvimento do uso de soldados mercenários ao longo dos séculos do Renascimento. O uso desses soldados se relaciona com as razões da fragmentação política apresentadas e também com a crise militar que os humanistas condenam através de seus textos. O objetivo dessa seção é apresentar as particularidades dos mercenários de cada época, para que possamos ter um background preciso do que eles representavam na vida da cidade, e possamos compreender mais à frente como a crítica aos mercenários ao longo do Renascimento ilustra o desenvolvimento do humanismo em direção ao humanismo cívico.

No segundo capítulo, intitulado “A defesa da liberdade”, nosso foco se volta para o debate em torno do conceito de humanismo cívico. Esse capítulo é dividido em três seções. Na primeira delas, intitulada “Humanismo cívico: uma matriz republicana”, apresentaremos o debate em torno do conceito cunhado por Hans Baron a respeito do significado do humanismo a partir do século XV, apontando as controvérsias que dividem os estudiosos do assunto, para que possamos nos posicionar no debate e levar a cabo a investigação da nossa hipótese de que a questão militar ilustra a transição representada pelo Renascimento. Na segunda seção, intitulada “Os chanceleres florentinos”, nosso objetivo é descrever a atividade dos humanistas dentro da vida da cidade buscando corroborar a tese de Baron de que o giro em direção à vida ativa e a participação na cena pública, se relacionam com o surgimento de uma filosofia republicana. Na terceira sessão, intitulada “O expansionismo não é o fim da república”, continuamos com o foco nos humanistas cívicos, buscando discutir alguma de suas

posições sobre a prática militar que explicitam o caráter republicano das ideias que são construídas sobre a vida em comum.

Depois de apresentar no capítulo I o background histórico da discussão que envolve a crise militar, e apresentar no capítulo II o background cultural da mesma discussão, ou seja, o contexto intelectual, vamos nos direcionar no terceiro capítulo para a investigação mais detalhada dos textos do Renascimento que justificam o caminho tomado por nós. O capítulo III, intitulado “A crítica aos mercenários”, é composto por duas seções, cada uma dedicada ao estudo de uma obra que apresenta a crítica aos mercenários. Na primeira seção, intitulada “Della Milizia de Leonardo Bruni”, apresentamos o texto de um clássico humanista cívico, buscando mapear os elementos que o vinculam à tradição humanista que atacou o uso de soldado mercenários. Na segunda seção, intitulado “O Príncipe de Maquiavel”, a ideia é mapear os elementos centrais da crítica da Maquiavel, para que possamos levar a cabo uma comparação de suas ideias com as de Bruni, de modo que vá se explicitando a transição que pretendemos demonstrar dentro do Renascimento, que diz respeito ao estreitamento dos laços entre o discurso da liberdade e à transformação da vida pública cotidiana.

No quarto capítulo, intitulado “A Arte da Guerra e a vida cívica”, apresentaremos na primeira seção, intitulada “A gênese do pensamento militar de Maquiavel”, a trajetória militar do filósofo para que fique demonstrado como as ideias do humanismo caminharam na direção de se converter em um projeto prático de reforma das instituições. Essa transição das ideias em direção ao âmago da vida civil ilustra o significado do Renascimento como o período em que o homem foi impulsionado em direção à vivência da coisa pública. Nessa seção, podemos ver como vários elementos da teoria militar de Maquiavel apresentados no Príncipe foram argumentos desenvolvidos ao longo de sua atividade na chancelaria, isso não só destaca

o teor do trabalho na chancelaria, apresentado o capítulo II, mas reforça a nossa hipótese de que a questão militar é um excelente recorte para quem busca investigar o significado do Renascimento como uma transição. Na segunda seção desse capítulo, intitulado “A Arte da Guerra”, voltaremos o foco para uma análise detalhada da “Arte da guerra” de Maquiavel, uma obra em que ele trata mais detalhadamente sobre a questão militar, elabora a crítica aos mercenários, e coloca a questão do exercício da cidadania através da vida cívica como a questão central do assunto militar. A análise detalhada dessa obra mostra como os argumentos construídos ao longo da trajetória de Maquiavel se ligam entre si, como se ligam com as principais reivindicações humanistas e republicanas, e como se ligam com o projeto da fundação de uma nova ordem social.

Percorreremos esses passos de investigação seguindo a hipótese de que de Bruni à Maquiavel acontece uma transição no humanismo que é nuclear para entendermos a transição que representa o Renascimento, e que nos ajuda à apreender o significado da novidade intelectual que está em jogo. A crítica aos soldados mercenários que vincula os dois autores a uma tradição humanista nascida Florença é o foco para o qual está voltada nossa hipótese, compreendendo o amadurecimento dessa crítica, assim como as razões históricas e intelectuais que estavam em jogo, podemos dizer que Maquiavel ocupa um lugar fundamental dentre os “*turning-points*” que nos permitem falar em um amadurecimento do modelo humanista destacando as rupturas e continuidades que juntas iram contribuir para o surgimento da experiência moderna.

Capítulo I

1- A Itália em Crise

O objetivo do nosso primeiro capítulo é apresentar o nascedouro da questão militar como um problema histórico para que possamos entender como essa questão se tornou um problema clássico do humanismo italiano. Dessa maneira, poderemos visualizar com mais nitidez nos capítulos posteriores porque a discussão em torno do uso de soldados mercenários ocupou lugar central no debate filosófico no século XV na Itália.

Para dar cabo as nossas intenções vamos dividir esse capítulo em dois momentos, em primeiro lugar vamos analisar a situação política da península itálica no período pré-renascentista em busca das razões que estimularam um cenário contínuo de guerra. Em seguida, vamos reconstruir historicamente o papel representado pelos mercenários ao longo dos séculos de guerra do Renascimento.

Na primeira seção (1.1) nosso foco está voltado para a compreensão de como as transformações envolvidas na ruína do mundo medieval em sua relação com o surgimento de cidades e a renovação urbana fomentaram um contexto bélico na Itália dando especial atenção para a influência da disputa entre o papado e o Sacro Império Romano Germânico nesse contexto.

Na segunda seção (1.2) vamos resgatar os elementos históricos que nos permitem tratar das mudanças que acompanharam o uso de soldados mercenários ao longo do Renascimento, visando compreender porque o debate em torno dos mercenários se constituiu como o cerne da questão militar nas elaborações humanistas posteriores, influenciando não só a reflexão sobre a guerra, mas fazendo parte de um movimento político de ideias, o republicanismo.

É só percorrendo essas etapas de análise que poderemos entender porque o estudo da guerra tanto como fenômeno histórico quanto como problema teórico é um caminho impreterível para a compreensão da sociedade italiana no Renascimento. A crise italiana, como percebeu Maquiavel alguns séculos depois, não tinha outra razão senão a má ordenação militar. Se a Itália no século XVI se encontrava “*mais escrava que os hebreus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada...*”¹ foi por não ter respondido às necessidades históricas de seu tempo negligenciando em criar fundamentos militares consistentes utilizando tropas mercenárias em excesso e colocando-se à mercê dos interesses estrangeiros.

Olhando para o ocaso do mundo medieval e para o surgimento de uma nova experiência social na península nos deparamos com o contínuo surgimento de cidades. O desenvolvimento da vida urbana é um traço distintivo do período que precede e inspira a reflexão humanista. As inúmeras rivalidades entre cidades emergentes e poderosas nações vizinhas fizeram a Itália atravessar muitos séculos de guerra, deixando-a diante do desafio de se organizar militarmente como condição para a garantia de sua liberdade, mas segundo o testemunho dos humanistas a Itália falhou diante dessa missão.

¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001 página127.

1.1- A fragmentação política da península

“Se Metternich definia a Itália do início do século XIX como uma simples “expressão geográfica”, com que qualificativo desdenhoso teria ele brindado a península mais fragmentada ainda no tempo de Maquiavel? ”²

Essa pergunta, colocada por Paul Larivaille no início de sua obra “*A Itália no tempo de Maquiavel*”³, destaca ironicamente o alto grau de fragmentação política que a Itália atingiu ao final do século XV. O território circunscrito pela península vinha sendo disputado por diferentes rivais a muitos séculos, de modo que era impossível reconhecer qualquer tipo de unidade política estável. A situação era marcada por estados concorrentes, por uma variedade de ordenações e tradições políticas, assim como por um contexto contínuo de guerra, que influenciou na realidade econômica e cultural das cidades diversificando seu desenvolvimento e gerando uma diversidade de formas políticas.

Em termos gerais, podemos dizer que a península se encontrava dividida entre cinco estados regionais⁴ que constantemente se opunham em conflitos:

- 1) Reino de Nápoles
- 2) Estados Pontifícios
- 3) República Florentina
- 4) Ducado de Milão
- 5) República de Veneza

² LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. Companhia das Letras. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo. 1988 página 9.

³ LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. Companhia das Letras. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo. 1988

⁴ Utilizamos o termo “regionais” justamente porque a autoridade não era consistente e consolidada em todo o domínio circunscrito por essas regiões. Várias pequenas repúblicas e principados orbitavam essas regiões e lutavam por autonomia e independência.

Para aprofundarmos nossa compreensão da crise italiana é importante destacar que as disputas entre esses cinco estados regionais não resumiam a fragmentação política que tomamos como nosso objeto. Dentre os conflitos que assolavam o território do *Regnum Italicum* estavam as disputas internas, mas também as disputas externas, afinal, em torno desses cinco grandes estados gravitavam forças estrangeiras que tomaram a Itália desintegrada como objeto de seus interesses, tais como a França, a Espanha e o Império Germânico. As forças estrangeiras por serem mais coesas davam a tônica dos conflitos na maioria das vezes, obrigando as forças italianas a neutralizar suas ambições e submetendo-as à condição de presa fácil para as poderosas nações vizinhas, o que colocava a Itália em uma situação degenerada e corrompida.

Além da perspectiva externa do conflito de interesses e da perspectiva interna que tinham a península como palco, falta falar do último elemento que compõe essa fragmentação política, o qual consideramos o mais importante para o caminho que pretendemos percorrer: as comunas que buscavam defender sua autonomia frente aos vizinhos e aos estrangeiros, aqueles que estavam diante do desafio de se armar para a garantia da própria liberdade diante dos ameaçadores vizinhos.

O que nos interessa constatar dessa situação de disputa entre os potentes italianos, as nações vizinhas e as comunas é que apesar dos inúmeros conflitos, tanto de ordem externa quanto de ordem interna, nenhuma das partes que brigam por proeminência territorial e supremacia política consegue concretizar suas ambições em um domínio consistente que seja reconhecido pelos vizinhos, fomentando dessa maneira um contexto bélico agitado, uma guerra contínua. Como salienta Larivaille, essa fragmentação política favoreceu não só a diversidade, mas principalmente os particularismos e as rivalidades, se revelando catastrófica para o destino da península,

transformando a Itália em um verdadeiro campo de batalha, “um mosaico de Estados e dimensões territoriais”⁵.

Maquiavel já apontava para esse aspecto da fragmentação política italiana em seus “*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*”⁶, segundo ele, a Igreja teve papel determinante nesse processo. Independentemente das causas dessa situação o que nos interessa na fala do filósofo italiano é um testemunho de uma Itália fragmentada, incapaz de reconhecer uma autoridade política e vulnerável frente às ameaças estrangeiras:

“E, realmente, terra alguma jamais foi unida ou feliz, a não ser quando inteiramente submetida a uma só república ou a um só príncipe, como ocorreu com a França e a Espanha. E a razão de a Itália não estar nas mesmas condições e de não ter também uma só república ou um só príncipe para governá-la é somente a Igreja: porque, tendo ela aqui estabelecido sede e governo temporal, não teve força, nem virtú suficiente para ocupar a tirania da Itália e tornar-se seu príncipe, enquanto, por outro lado, não foi bastante fraca para, por medo de perder o domínio das suas coisas temporais, convocar a ajuda de algum poderoso que a defendesse contra aquele que tivesse tornado poderoso demais na Itália, conforme se viu outrora em muitos casos, como quando, com a ajuda de Carlos Magno, ela expulsou os Lombardos, que já eram quase reis de toda a Itália; e quando, em nossos tempos, tirou o poder das mãos dos venezianos com a ajuda da França e depois expulsou os franceses com a ajuda dos suíços. Portanto, não tendo sido poderosa para ocupar a Itália nem tendo permitido que outro a ocupasse, a Igreja impediu que ela fosse governada por um só príncipe; e foi por estar submetida a vários príncipes e senhores, dos quais nasceram tanta desunião e tanta fraqueza, que a Itália se tornou presa não só dos bárbaros poderosos quanto de

⁵ LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. Companhia das Letras. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo. 1988 página 9

⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

*qualquer um que a
ataque.”(MAQUIAVEL:2007:56)⁷*

O interessante da pergunta a partir da qual iniciamos nossa investigação, a respeito do desdém com que Metternich olharia para a fragmentação da Itália no século XV, é que ela poderia ser estendida aos séculos anteriores a vida de Maquiavel, no tempo em que encontramos as raízes dessa desintegração na península. Podemos dizer que Metternich não hesitaria em usar um qualificativo muito pior do que simplesmente “desdenhoso” para descrever a fragmentação política da Itália se recuasse sua atenção para os anos anteriores a 1300. Michael Mallet, por exemplo, encontra no final do século XII o estágio mais avançado de desintegração política na Itália desde o colapso do império romano.⁸ Olhando pelo mesmo ângulo, Lauro Martines caracteriza a história dos séculos XI e XII como uma história de fratura política e confusa autoridade⁹, e, além disso, repete a descrição que Metternich faz do século XIX, afirmando que a Itália no século XII não era nada mais do que uma expressão geográfica¹⁰.

Seria de grande valor teórico traçar as linhas que conectam a fragmentação política do século XI à fragmentação do tempo de Maquiavel buscando reconstruir historicamente o significado desse processo; mas, o que de fato nos interessa ao resgatar os séculos anteriores a Maquiavel é conferir significado às transformações pelas quais a Itália passou nesse primeiro momento, de modo que possamos compreender o que representou a transição de um mundo essencialmente feudal ao que concebemos como a experiência do Renascimento.

⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 56

⁸ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009. Página 6

⁹MARTINES, Lauro. *Power and Imagination City States in Renaissance Italy*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1988. Página 7 “a story of political wreckage and confused authority.”

¹⁰ MARTINES, Lauro. *Power and Imagination City States in Renaissance Italy*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1988. Página 7.

Na obra, “*Power and Imagination*”¹¹, Lauro Martines nos ajuda a resgatar a importância do primeiro estágio dessa fragmentação política, descrevendo-o como um momento marcado essencialmente pela insurreição de comunas armadas que buscavam fundar sua autoridade política e sua independência frente seus vizinhos. Segundo Martines, esse primeiro estágio é uma parte orgânica do Renascimento como um todo; estágio que dura até 1300 e fornece as bases para a compreensão da experiência do segundo estágio, que se estende até o século XVI. No segundo estágio, o contexto político continua fragmentado, a luta das cidades por independência política e liberdade continua, mas agora vem acompanhada de uma alta cultura literária, de artes e ideias que tomaram esse mundo em transformação como seu objeto e foram se desenvolvendo através da problematização desse mundo.

Para que possa ficar claro como se deu o processo em que as realidades históricas foram absorvidas por um movimento político de ideias, do qual Maquiavel fez parte, é preciso dar atenção ao papel representado pelas comunas, para o qual Lauro chama atenção. Martines defende a hipótese, na qual nos apoiamos, de que atingir o segundo estágio esteve vitalmente enraizado nos valores e no espírito do primeiro momento, que é caracterizado essencialmente pela ascensão das comunas como forças independentes¹². É nesse primeiro estágio que está a base fundamental das transformações que conferem significado ao esplendor Renascimento não só como um período de transição entre a vida feudal e a vida moderna, mas como um período marcado por um movimento político de ideias que acompanhava o surgimento de cidades.

¹¹ MARTINES, Lauro. *Power and Imagination City States in Renaissance Italy*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1988.

¹² MARTINES, Lauro. *Power and Imagination City States in Renaissance Italy*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1988. Pag Xi, Prefácio

A partir do século XII na Itália, se inicia um processo em que a autoridade política é colocada em cheque historicamente. Reis, papas e lordes feudais foram depostos, atacados pelo surgimento de cidades guerreiras, que avançavam sob a liderança de comunas em direção à constituição de um poder político local¹³. O ataque aos poderosos locais representa uma ruptura com o “status quo”, essa insurreição acarreta um conjunto de mudanças nos modos de se viver, de se organizar socialmente e de se pensar o mundo. O ataque aos poderosos locais vem acompanhado pelo desafio da fundação de um corpo político, o desafio de uma nova ordenação. Isso levou à construção física de cidades, ao surgimento de uma nova economia, de uma nova sociedade, novos estados, e o objeto que mais nos interessa: um novo conjunto de valores que são absorvidos não só culturalmente pelos séculos posteriores, mas politicamente.

A maioria das famosas cidades do império romano na Itália sobreviveu às difíceis condições da idade média e nos séculos XI e XII, e só a partir da renovação urbana que acompanha esse período retomaram seu crescimento no mercado e no contato internacional, as cidades estavam inseridas em um processo de intensa atividade comercial no mediterrâneo, importante para encorajar a construção de sua autonomia política, que por sua vez, trouxe prosperidade à posição das indústrias milanesas e aos banqueiros florentinos.¹⁴ Esses fatores minaram as forças das instituições feudais promovendo um momento de inovação. Ao mesmo tempo, o crescimento econômico contribuiu para a agressividade das cidades italianas, criando um ambiente inóspito, isso porque, o crescimento das populações levou à necessidade de mais lugares para se viver, o alargamento mercantil e industrial exacerbou as rivalidades econômicas e

¹³ MARTINES, Lauro. *Power and Imagination City States in Renaissance Italy*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1988. Pag 7

¹⁴ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 9

culminaram em grandes esforços para a dominação de mercados, territórios para se viver e fontes de matéria prima.

É só a partir da consciência histórica do que representava o papel das comunas na fragmentada península que os humanistas poderiam elogiar uma nova maneira de se viver, que se encontra em oposição ao mundo medieval, e é marcada pelo desafio da liberdade, da guerra e da vida civil. O que a ação política dessas cidades representa é a fundação de um corpo político independente, e os dois problemas que a fundação coloca são: o problema da guerra e o problema da liberdade, problemas sobre os quais se debruçaram os humanistas, e que trás consigo inúmeras dificuldades, ainda em maior grau para um contexto tão agitado belicamente, como era a Itália.

O estágio em que chega a disputa entre o papado e o Império Germânico pela proeminência territorial na península é apontado por muitos estudiosos como o principal elemento que desencadeou essa situação na Itália que estamos chamando de fragmentação política. Como encontramos no livro “*Matrizes do Republicanismo*”¹⁵, organizado por Newton Bignotto, depois de séculos de disputa entre o papado e o Império Germânico pela hegemonia na Itália, esse conflito atingiu um estágio que colocou as comunas italianas diante de um “vácuo de poder”¹⁶ a partir do século XII. Isto é, uma ausência de impedimentos para uma empreitada em direção à independência política e a fundação de um estado, o poder permanecia como um espaço aberto, pronto para ser ocupado.

¹⁵ BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

¹⁶ ADVERSE, Helton. *A Matriz Italiana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Pág 54

Nem os papas, nem os imperadores conseguiram concretizar suas ambições universalistas em relação à península em autêntico domínio político. Essa situação gerou o “vácuo de poder” que proporcionou às comunas italianas a possibilidade de fundamentar sua real autonomia política frente a essas duas forças externas, desenvolvendo-se na direção do auto-governo e da criação de novas instituições políticas. Sem o domínio concretizado por nenhum dos lados, os desafios da fundação de um corpo político e da garantia da própria autonomia foram problemas latentes que propiciaram diversas experiências históricas e se tornaram objeto de reflexão dos pensadores italianos posteriormente.

Quentin Skinner, autor da obra “*As fundações do pensamento político moderno*”¹⁷, é uma referência obrigatória para quem pretende estudar a transição que tomamos como nosso objeto. Nessa obra, a modernidade é entendida como uma ruptura, um corte no tempo que se deu a partir de dois pontos fixados pelo autor: o Renascimento e a Reforma. Esses dois momentos são destacados por nos permitirem compreender a essência das transformações sofridas pelo mundo medieval.

Assim como Lauro Martines e Michael Mallet, Quentin Skinner busca significar o Renascimento voltando sua atenção para os primórdios desse período, no século XII; encontrando ali os pilares sobre os quais se sustentou o esplendor do *Quattrocento e do Cinquecento*. Enquanto Lauro nos ajuda a marcar essa primeira fase do Renascimento como o momento de ascensão das comunas, e também a compreender que essa realidade histórica foi absorvida culturalmente pelos séculos posteriores, Skinner nos fornece as razões que possibilitaram a empresa das comunas através de uma análise do embate entre o papado e o Império germânico.

¹⁷ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: R.J. Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

Skinner resgata o historiador germânico Oto de Freising que já no século XII olhava para o norte da Itália e tratava do surgimento de uma nova forma de organização política e social que apresentava duas novidades: perdera seu caráter feudal e haviam desenvolvido uma forma de governo que se chocava com a ideia de que a monarquia hereditária é a melhor forma de governo, a mais correta.¹⁸ O que temos aqui é a descrição do processo de emancipação das cidades em relação à tutela do Império Germânico, as cidades dessa região evoluíram na direção de constituírem uma importante matriz do republicanismo marcando uma importante ruptura que é central para o humanismo.

Desde os princípios do século IX, nos tempos de Carlos Magno, quando o império se estendeu da Alemanha até o norte da Itália, os imperadores germânicos sustentavam pretensões em relação à Itália, não só em relação ao domínio territorial, mas também ao reconhecimento de sua soberania. Essas pretensões foram asseveradas no século X quando o imperador Oto I decreta a anexação do *Regnum Italicum* às possessões germânicas. Dois séculos depois, na época da ascensão de Frederico Barbarosa ao trono imperial, as cidades italianas já estavam desenvolvidas economicamente e escarnciam da autoridade do imperador; esses foram dois motivadores que aumentaram o interesse germânico na península e fizeram com que Frederico II levasse a cabo a antiga pretensão de domínio do *Regnum Italicum*. Essas sucessivas tentativas do Império de impor domínio sob as cidades italianas tiveram mais dois personagens relevantes segundo Skinner, são eles: Dante Henrique de Luxemburgo, e Luís da Baviera, que em 1327 viu um ponto final às pretensões imperiais na península.¹⁹

¹⁸ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: R.J. Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 pag 25

¹⁹ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: R.J. Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Pag 26.

Para Michael Mallet, o fim das pretensões germânicas em relação à península é anterior ao fixado por Skinner em 1327, Mallet aponta a batalha de Legnano travada em 1176 entre as tropas imperiais e a Liga Lombarda como um momento decisivo na relação entre as cidades e o império fazendo com que depois da morte de Frederico II em 1250 os imperadores não conseguissem retomar essa empresa com contundência²⁰.

Independentemente da questão cronológica que separa os dois pesquisadores, nos interessa compreender o papel das comunas nessa derrocada do poder germânico na Itália, que diz respeito à formação de ligas militares defensivas, assim como compreender as consequências dessa derrocada para o futuro desenvolvimento cultural na Itália, que diz respeito a uma alavancada cultural no centro e no norte.

O declínio do poder imperial deve ser entendido como um longo processo que não podemos resumir a uma data, Mallet tem razão em destacar a importância da batalha de Legnano nesse processo em função do que representou a vitória de uma liga militar independente formada pelas cidades, mas como mostra Skinner, as empreitadas imperiais continuaram depois dessa batalha, cada vez com menor efetividade e menos relevância, mas de toda forma contribuindo para a continuidade da fragmentação.

Em 1176, o herdeiro do trono germânico se casou com a herdeira do Reino Normando de Nápoles e da Sicília fazendo com que o casal se tornasse senhor de toda Itália com exceção aos estados da Igreja²¹. Mas a aparente unidade criada entre o ilusório domínio do norte, na Lombardia e na Toscana, e a avançada monarquia Normanda de Nápoles e Sicília não chegou a se estabilizar. A tentativa de Frederick Barbarosa de dar substância às ambições de soberania imperial no norte da Itália encontrou uma ocasião de esperança transitória em relação ao domínio unitário na

²⁰ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 7

²¹ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 (1974 primeira publicação.)pág 6-

península frustrada pelo crescimento da força da independência das cidades da área. A batalha de Legnano, também em 1176, é decisiva nesse longo processo de declínio do poder imperial, pois ao determinar os limites das pretensões imperiais no norte da Itália deslocou o eixo da disputa entre papado império para o sul da Itália enfraquecendo essa região economicamente e fazendo com que ela ficasse a parte de um desenvolvimento cultural que se deu no centro e no norte, onde as cidades representaram barreiras para a consolidação dos domínios tradicionais²². O confronto entre Angevinos e Aragoneses passou a representar o núcleo da oposição entre papado e império e também a circunscrever o palco das disputas entre os interesses franceses e os espanhóis²³.

Essa diferença de desenvolvimento cultural entre o Sul e o Norte apontada por Michael Mallet após a batalha de Legnano reforça a hipótese de Lauro Martines, na qual nos apoiamos, de que é no espírito da ascensão das comunas que está fundado o auge do Renascimento, principalmente nos problemas que essa ação política das comunas coloca: guerra e liberdade. Foi na região em que as cidades se insurgiram contra a soberania imperial que podemos encontrar o esplendor do humanismo nos séculos posteriores se configurando como um movimento político de ideias.

No que diz respeito às ligas formadas pelas cidades para resistir ao domínio imperial é importante lembrar que elas não eram federações políticas, mas alianças militares defensivas que demonstraram certa eficiência nesse momento de declínio do poder alemão na Itália. A liga Lombarda resistiu com sucesso à dominação imperial, a liga Guelfa das cidades Toscanas deu apoio substancial ao papa e aos Angevinos, mas foi o conjunto de cidades virtualmente independentes que formavam a liga que deram complexidade política ao século XIII gerando conflitos internos.

²² MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 (1974 primeira publicação.)pág 7

²³ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 (1974 primeira publicação.)pág 8

Como os imperadores alemães foram perdendo aos poucos os interesses nos assuntos italianos da parte central e do norte, essas cidades não se viram mais sujeitas às ameaças dos exércitos nem do papa e nem do império que brigavam no sul. Já que as cidades não se viam mais sob a ameaça nem do papa e do império não precisavam das ligas para se defender. A liga lombarda e depois a liga toscana desmoronaram gradualmente e as rivalidades entre as cidades se acirraram e vieram à tona. Nesse contexto a guerra se tornou uma possibilidade contínua devido às rivalidades econômicas que entraram em jogo depois da renovação urbana, como o domínio dos mercados e dos territórios. Não era mais a possibilidade de um ataque do exército imperial que era temido, mas a constante hostilidade das cidades vizinhas. A guerra deixa de acontecer dentro de um prisma da defesa das muralhas da cidade e passa a ser a empresa de fazer campanhas agressivas contra seus vizinhos. A expansão da autoridade das cidades-estados sobre as áreas rurais ao redor mostraram que não eram mais muralhas que deveriam ser defendidas, mas sim fronteiras.

Diante dessas condições, o apressado recrutamento das comunas que foi eficiente no contexto das ligas para a defesa contra os germânicos não era mais uma arma efetiva. Uma infantaria permanente e especializada se fez necessária para o dever da guarnição das fronteiras e uma guerra de cerco eficaz. Acima de tudo, cavalarias profissionais eram necessárias para as agressivas campanhas de verão e para os saques e devastações que eram tão destrutivos para a economia das cidades. A expansão da economia através de uma revolução comercial no mediterrâneo apontava para o crescimento de cidades como Florença e Milão que naturalmente buscaram através disso um sistema militar mais eficiente e menos oneroso.

A Batalha de Legnano é tão importante por isso, após esse embate o paradigma da guerra se altera dentro da Itália, as rivalidades internas se acirram e a guerra sai de

uma perspectiva defensiva e passa para uma perspectiva de expansão. As condições históricas obrigam as cidades a evoluírem na organização militar para assegurarem a independência que conquistaram através da formação das ligas que as permitiu o auto-governo. As transformações que faziam ruir o mundo medieval são as mesmas que obrigaram os italianos a refletir sobre a questão militar, colocando esse problema no centro das discussões sobre a vida civil.

Em relação à atuação do papado nesse processo de insurreição das cidades e na derrocada do poder germânico podemos dizer que ele foi o principal aliado das cidades na luta contra o Império, assim como faz Skinner quando volta sua atenção para a relação entre as cidades e o papado²⁴. Ele nos mostra a importância que teve o papado no processo que descrevemos através da reconstrução histórica da aliança entre as cidades e o papado, assim como fez na análise da relação das cidades com Império ao reconstruir historicamente as tentativas de dominar o norte²⁵.

A aliança se inicia com Alexandre III em 1159 depois que Barbarosa se recusou a sancionar sua elevação ao trono pontifício. Alexandre forneceu apoio militar e político quando as cidades da Lombardia formaram a liga em 1167 encorajando a construção de Alessandria para a contenção do avanço imperial, Alexandre liderou ataques quando a liga se juntou contra Barbarossa e participou das negociações da Paz de Constança em 1183. Gregório IX firmou um tratado contra Frederico II na década de 1230 reativando a aliança com Gênova e Veneza em 1238 e com a Liga Lombarda no ano seguinte após excomungar Frederico. Inocêncio IV prossegue nessa mesma política, em 1243 empregou tropas pontifícias para atacar guarnições imperiais na Lombardia e retomou a aliança com as cidades toscanas a fim de reforçar sua cruzada anti-imperialista. Em

²⁴ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: R.J. Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 pag 35

²⁵ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: R.J. Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 pag 26-28

1244 uma breve trégua foi firmada até o momento que Frederico tentou mudar os termos e Inocêncio o excomungou, a partir daí essa aliança conduziu as cidades lombardas a uma série de vitórias militares que pôs fim às invasões imperiais em 1250.²⁶

Como saliente Skinner essa aliança comportava um perigo, pois o papado também tinha pretensões universalistas em relação à península e aspirava governar o *Regnum Italicum*. Os papas procuravam manipular as políticas internas das cidades do Norte²⁷ fomentando rivalidades internas e dificultando a consolidação da independência das cidades.

Assim como o império foi perdendo a força o papado também entrou em um período de confusão posteriormente. O resultado disso foi uma diminuição dessa tensão internacional específica e o acirramento das disputas internas italianas, das quais o papado continuou representando um papel muito decisivo nas cidades do centro e do norte por tê-las ajudado nas campanhas contra os imperadores. Essa disputa entre papas e imperadores germânicos por autoridade temporal e espiritual na Europa acabou se tornando um problema italiano²⁸, foi um conflito que dividiu a Itália entre guelfos e gibelinos²⁹, sendo determinante para a fragmentação política e para o futuro da Itália.

²⁶ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: R.J. Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 pag 34

²⁷ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: R.J. Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 pag 35

²⁸ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 8

²⁹ Ver Mallet e Skinner

1.2 A questão militar: os soldados mercenários

Depois da análise das condições históricas que fomentaram um contexto contínuo de guerra na fragmentada Itália ao longo do Renascimento, vamos considerar os elementos envolvidos na questão militar que fizeram com que o seu principal problema dissesse respeito ao uso de soldados mercenários nessas guerras, problema que recebeu atenção especial dos humanistas. Nosso objetivo aqui é apresentar uma panorama de como se deu a evolução do uso de mercenários e compreender os principais fatores do contexto histórico que levaram a isso. Acreditamos que a crítica humanista que é feita posteriormente a esse quadro que é o núcleo da discussão onde queremos chegar deve ser compreendida a luz desse processo que culminou nos mercenários como um fator permanente e altamente organizado no século XV. Os pilares que sustentam essa crítica estão relacionados ao desenvolvimento de uma nova matriz política que se desenvolve nesse contexto e condena desde seu início um corpo político que não pode contar com as próprias forças.

A obra “*Mercenaries and their Masters*”³⁰ é um ponto referencial para aqueles que pretendem estudar a guerra italiana no período que vai do século XIII ao século XVI e é a nossa base para esse capítulo. Como coloca William Caferro no prefácio desta obra, Mallet olha para a guerra como parte essencial das relações entre os estados e da vida de qualquer comunidade histórica³¹, um elemento inseparável de seu contexto político, econômico, social e cultural, portanto deve ser apreendida como um elemento básico do que entendemos como a sociedade italiana do Renascimento.

Para que possamos compreender melhor porque a questão dos soldados mercenários se tornou o principal tema de reflexão dos humanistas italianos a respeito

³⁰ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009

³¹ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 (1974 primeira publicação) pág 1 “part of total human history”

da guerra é de grande valor apresentar de modo geral o panorama que Michael Mallet oferece em seu livro a respeito da atuação dos mercenários. Nos quatro primeiros capítulos Mallet reconstrói a história da utilização de mercenários a partir do século XIII até o tempo de Maquiavel lidando os seguintes aspectos: o recrutamento, o pagamento e os contratos, inovações táticas e técnicas, interações no acampamento, administração, instituições e política, aspectos econômicos e culturais. Buscamos olhar para as transformações sofridas pelos exércitos italianos nos diversos âmbitos apresentados por Mallet como parte do conjunto de mudanças que dão ao Renascimento o lugar de transição do mundo medieval ao moderno.

Em sua análise, Mallet adota uma divisão temporal da história conectada à evolução do serviço dos mercenários e de forma mais geral à evolução dos exércitos italianos no período em questão. No primeiro momento da divisão de Mallet, o século XIII, os estados italianos começaram a se apoiar em grupos de mercenários contratados individualmente ou em pequenos grupos, em geral, formavam uma cavalaria que fornecia suporte à milícia comunal constituída por uma infantaria; o segundo período que vai de 1320 a 1380 é marcado pelo surgimento das companhias de mercenários e pelos capitães estrangeiros, nesse momento os estados italianos contratavam exércitos inteiros, o terceiro período vai de 1380 a 1420 é marcado pelo aparecimento dos *condottieri*, capitães excelentes que se destacaram no comando das companhias, e o período final é marcado pela formação de exércitos mais permanentes e instituições, período que vai de 1420 a 1450 de intensa atividade bélica entre as cidades.

Os exércitos do século XIII, organizados no momento de fundação das cidades já não são mais estritamente feudais, baseados na relação de suserania e vassalagem.³² Os principais componentes dos exércitos italianos nesse momento eram cidadãos

³² MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 10

recrutados (soldados comunais) e mercenários. Os exércitos italianos do século XIII eram formados por uma mistura de elementos feudais, comunais e mercenários, com um ligeiro crescimento do uso de mercenários, modificações nos elementos feudais e uma gradual organização dos mercenários em companhias, apesar disso, o recrutamento de cidadãos ainda formava o núcleo dos exércitos lombardos e toscanos.

Os lombardos no século VIII contavam com uma obrigação universal do serviço militar, e essa tradição sobreviveu no norte e no centro. Com o crescimento das cidades, sua defesa foi confiada a um grupo recrutado de cidadãos, e na medida em que as cidades ampliavam seu controle na zona rural circundante a milícia urbana passava a ser abastecida por similares recrutamentos nas zonas rurais. Essas milícias compostas por cidadãos das cidades da Lombardia e da Toscana eram o principal componente no cenário bélico da Itália do século XIII³³.

Podemos dizer que a principal mudança em relação ao serviço militar obrigatório feudal é que ele deixou de ser um dever em relação a um senhor e passou a ser um dever cívico, era uma obrigação prestada à esfera pública e não a um senhor. As obrigações militares eram estendidas só àqueles que formavam a classe política: os cidadãos; a regulação acerca do que era um cidadão variava de cidade pra cidade, mas em um sentido mais geral cidadão eram aqueles que tinham uma participação permanente na comunidade; longa residência, ter propriedades; eles não tinham só o privilégio de participar do governo da comuna, mas também a obrigação de pagar impostos e prestar serviços militares³⁴. Sendo assim, tanto o desafio de fundamentar uma autonomia política, proporcionado pelo vácuo de poder, quanto a crescimento da vida urbana contribuíram para que no âmbito militar a ideia do exercício da cidadania

³³ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 10

³⁴ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 11

representasse um forte imperativo que regulava a atividade militar no momento de formação das milícias comunais. Isso é um momento de transição que deve ser compreendido levando em conta o declínio das formas feudais de vida como resultado do processo histórico que teve as cidades armadas como protagonistas. Só assim podemos dar os primeiros passos na compreensão das mudanças militares que acompanham todo esse processo de fragmentação política e se tornam objeto de interesse dos humanistas

O sistema da milícia comunal não representava um problema econômico mesmo sendo um serviço militar que era pago, pois não era o caso dos cidadãos procurarem converter suas obrigações em um serviço pessoal voltado para o pagamento em dinheiro; mesmo porque como sua função era defender as muralhas da cidade, os soldados podiam se revezar e manter suas ocupações cotidianas. As milícias comunais eram basicamente formadas por infantaria, e como recrutas comunais eles não eram bem treinados e deviam sua força ao número e à determinação, só vieram a ter um papel ofensivo com a introdução da besta³⁵. A milícia comunal podia ser entendida como um dever cívico que não era excessivamente oneroso e era voltado exclusivamente para a defesa. Um orgulho patriótico, e o reconhecimento da cidadania faziam parte do universo das milícias comunais voltadas para a defesa.

Ao longo do século XIII essas milícias foram gradualmente sendo fortalecidas pela presença cada vez maior de mercenários. O que nos interessa é distinguir a ação e o papel dos mercenários ao longo do Renascimento nesses exércitos, porque falar em mercenários no século XIII é uma coisa completamente diferente de falar em mercenários no século XV. Quando falamos em mercenários no século XIII estamos falando basicamente em estrangeiros. Primeiro porque todos os soldados eram pagos.

³⁵MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página Página 13

Mesmo que fosse possível distinguir aqueles que lutam por um sentimento de patriotismo e um senso de obrigação daqueles que lutam por dinheiro, fica mais claro para a nossa análise traçar a linha que separa nativos de estrangeiros, tropas comunais de mercenários.

Esses mercenários do século XIII eram contratados e serviam como indivíduos e depois passaram a ser contratados através de companhias. Essa transformação acompanha um fluxo de mudanças mais amplo. Foi a combinação de novas possibilidades econômicas, novas necessidades políticas, oportunidades militares e inovações técnicas que proporcionou essa mudança nos exércitos e é seguindo a linha proposta por Mallet que podemos reconstruir as condições que proporcionaram o crescimento do uso de mercenários assim como o advento das companhias.

A formação das ligas defensivas foi um fator que estimulou a constituição de um grupo permanente de mercenários dentro da organização militar das cidades por exemplo. Com a formação da liga das cidades toscanas no ano de 1260³⁶, foi firmado o compromisso de cada cidade da liga de fornecer contingentes para um exército comum, assim passaram a manter uma pequena força de mercenários para formar esse contingente. Uma razão que Michael Mallet sugere para essa inovação é a de que as cidades se comprometeram a lutar não só pela defesa de suas cidades, mas pela defesa de outras cidades, fazendo com que a motivação que inflamava as tropas comunais no início do século se perdesse, já que nem todos os cidadãos estão dispostos a dar a vida numa guerra que não tenha como fundamento a defesa da sua cidade.³⁷ A ideia do exercício da cidadania através da atividade militar começa a ruir. A solução imediata para esse problema foi fazer coincidir as obrigações da liga com o uso de tropas

³⁶ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 14

³⁷ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 14

mercenárias de modo a preencher os contingentes dos exércitos. Da mesma forma que se tornou inevitável o uso de mercenários dadas as obrigações da liga, foi inevitável que os mercenários se tornassem um fator “semi-permanente” na organização militar e assim iniciou-se um processo de organização dos mercenários em companhias sob o comando de certos líderes.

A presença de exércitos imperiais na Itália ao longo do século XIII, assim como as expedições Angevinas e húngaras, o declínio das cruzadas ao final do século XIII fizeram com que muitos soldados permanecessem como mercenários nos estados italianos³⁸. A presença de um grande número de exílios políticos, de grandes grupos de tropas estrangeiras fez crescer a oferta de soldados em um tempo de guerra sendo outro fator relevante na organização dos mercenários em companhias.

O crescimento do uso de mercenários não se deve ao sentimento de desconfiança dos novos governantes em relação a seus súditos. O primeiro fator a ser explicado para entendermos essa mudança dos contratos individuais para as companhias é o fator econômico. Em alguma medida decorre do fato de que mercenários estavam disponíveis, em função do território ter sido palco de muitas guerras e das necessidades das ligas, e decorre do fato das cidades poderem pagar esse serviço; em função do crescimento econômico e da renovação urbana.

Um fator de ordem política que Mallet ressalta para explicar o início do declínio da milícia comunal é o acirramento dos faccionalismos internos a partir da diminuição da tensão internacional entre o papado e os imperadores. Profundas fraturas faccionais no interior da classe política dificultaram um recrutamento eficiente da milícia comunal, o faccionalismo produziu exilados políticos, homens para os quais a guerra se tornou

³⁸ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 15

uma profissão natural assim que eles viram a possibilidade de recuperar suas posições nas suas cidades nativas. Algumas das primeiras companhias de mercenários se originaram dos guarda-costas de oficiais cívicos.³⁹

Do ponto de vista militar, as novidades do século XIII, exigiram uma crescente demanda por sofisticação tática e colaboração entre as tropas, as quais uma experiente tropa mercenária fornecia uma esperança de atingir. Uma vez que o número de mercenários começou a desempenhar um papel cada vez maior nos exércitos italianos era inevitável que eles começassem a se organizar em companhias sob o comando de líderes reconhecidos; com essa nova organização era mais fácil para os estados os recrutarem, e a experiência militar dos mercenários reunidos em companhias fixas ia aumentando a medida que iam lutando juntos, aperfeiçoando sua eficiência em lutar sempre ao lado dos mesmos companheiros.

Outros fatores militares acompanham esse processo de transformação do uso de mercenários: tradicionalmente a infantaria era equipada com uma lança curta ou espada e um escudo, mas o novo poder de fogo fez com que a infantaria se dividisse em homens de pique e lança e homens portadores de escudos mudando conseqüentemente todas as manobras de reagrupamento e de formação das tropas; a introdução em grande escala do arco e do longo arco entre as armas principais a partir da experiência das cruzadas. Ao final do século XIII já estavam estabelecidas como armas da infantaria e seu uso provocou novos problemas e novas especializações táticas e estratégicas, conferindo um importante impulso para a arte da guerra, a guerra como ciência. Eram armas que exigiam longa prática para seu uso eficiente e acabaram por fomentar e encorajar a especialização e o profissionalismo, não só nos que atiram com o arco, mas também dos que tem que se defender dele; a mudança nas armaduras utilizadas foi outra

³⁹ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 17

inovação técnica que aumentou a demanda por especialização e profissionalismo, a substituição de armaduras de couro e malha por armaduras pratadas e a introdução de armaduras nos cavalos exigiam preparo físico para usá-las, eram armas para profissionais e não para cavaleiros feudais ou civis⁴⁰. Foram transformações como essas que alargaram o *gap* entre soldados profissionais e soldados comunais fazendo com que fosse necessário procurar empregar os profissionais caso você os pudesse pagar.

Segundo Mallet, o processo econômico, político e militar que envolvia as cidades italianas do centro e do norte no seu conjunto de transformações, fez com que fosse inevitável a adoção de mercenários. É a partir desse quadro apresentado que vemos as razões para que a questão militar se centrasse em torno dos mercenários no Renascimento.

A batalha de Campaldino 1289⁴¹ ilustra bem a conclusão que pretende-se tirar das questões bélicas do século XIII segundo Mallet. Essa batalha entre Florença e Arezzo, no vale de Arno, foi lutada pela liga toscana liderada por Florença e os gibelinos liderados por Arezzo. Os guelfos ganharam com uma formação tática mais atualizada em relação aos arcos, piques e escudos, já os gibelinos ainda utilizaram uma formação mais tradicional. Foi uma ilustração da importância das armas missivas, e o resultado de um aperfeiçoamento tático alcançado por um exército ainda formado em sua maioria por tropas comunais mas que contaram com um importante fortalecimento dos mercenários exercendo uma função substancial.

No início do século XIV, já encontrávamos em alguns exércitos grupos de 100 a 200 mercenários, muitos ainda recrutados individualmente, mas que no fluxo das

⁴⁰ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 17-19

⁴¹ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 21

transformações sociais passaram a organizar-se em companhias por diversas razões já aludidas. (A exigência de profissionalismo, experiência, a facilidade dos contratos, a oferta de mercenários estrangeiros de outras guerras já anteriormente agrupados, os exilados políticos).

As grandes companhias eram amálgamas de companhias menores que escolhiam seus líderes entre si, a partir de consultas entre as companhias. A inquestionável qualidade corporativa das companhias do início do XIV tem que ser destacada, assim como sua importância enquanto tropa auxiliar em várias batalhas. Eram companhias itinerantes, com vários líderes que contratavam com diferentes estados, algumas chamaram a atenção de escritores humanistas da época que sempre as condenaram. Mas foram muitas as companhias, algumas de pouca duração, outras esboçando uma maior continuidade, ainda aquelas com grandes ambições.

Se pensarmos que mercenários vivem em guerra, quando a paz era assinada eles tinham três opções: se retirar para algum lugar e viver de seus inflados lucros sazonais, procurar outra guerra, ou criar eles mesmo condições artificiais de guerra, se tornando “foras-da-lei”, grupos independentes que vivem de saques, resgates, chantagem e também prestam serviços a alguns estados que podem pagar. Para os exilados políticos (frutos do faccionalismo interno) e os soldados estrangeiros de outras guerras (húngaros, alemães, angevinos), os quais formavam uma imensa proporção dos mercenários no século XIV, não existia nenhum lugar seguro no inverno para o qual eles podiam se retirar nos tempos de paz. Procurar uma nova guerra poderia ser uma longa jornada porque as chances de encontrar uma nova guerra no inverno seriam difíceis. Assim, a opção de formar esses grupos militares independentes foi a utilizada por muitos soldados. A saúde econômica da Itália garantia bons contratos e boas recompensas. Além disso, existia a falta de oportunidades nos outros lugares da Europa;

recessão econômica e desemprego na Alemanha, por exemplo, o que fez a Itália particularmente interessante para os soldados alemães, e eram eles que predominavam entre os mercenários.⁴²

Assim as companhias surgiram e foram embora, e como foi sugerido no início do capítulo eles não eram os únicos elementos presentes no século XIV. Mercenários eram empregados tanto como indivíduos como em pequenos grupos e o uso de grandes companhias era um expediente excepcional. Além disso, o uso de milícias comunais recrutadas sobreviveu no século XIV durante mais tempo do que se pensou. Em Florença, apesar do emprego de mercenários ser uma prática comum e altamente organizada em 1320, e tanto Florença como Pisa terem regulamentações completas e detalhadas para o recrutamento e o controle dos mercenários, a cavalaria comunal ainda era encontrada nesses exércitos e as obrigações cívicas da milícia permaneciam.

A ideia de que a guerra italiana no século XIV foi dominada por mercenários estrangeiros e capitães estrangeiros é errada. Era raro ter mais de duas ou três companhias atuando ao mesmo tempo na Itália e poucos estados eram capazes de contratá-los. Com certeza existia certo número de mercenários disponíveis e a maioria dos exércitos contavam com eles, mas, quando uma cidade italiana queria atacar outra, ainda era na sua própria milícia que estavam sua força em primeiro lugar. Foram poucos os momentos que eram forças militares relevantes totalmente autônomas independentes.

Algo que contribuiu de forma decisiva para o fim das companhias foi que a constante ameaça que elas geravam entre 1360 e 1370 produziu uma série de ligas direcionada especificamente contra as companhias. As ligas estipularam a manutenção de exércitos permanentes formados por estados membros provendo uma ação militar comum contra as companhias. Nem sempre essa ação deu certo, uma vez que era difícil

⁴² MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 25-28

a colaboração entre os estados italianos que normalmente eram rivais, mas as possibilidades de empregar exércitos permanentes já proveu uma solução ao problema. Aqui estava uma alternativa atraente para todos, mas os ambiciosos soldados e as companhias começaram a acabar assim que seus líderes começaram a servir para estados individuais nas novas condições de crescimento de empregos permanentes.

Mas esse longo processo do crescimento do uso de mercenários em direção a manutenção de forças mercenárias permanentes teve um corolário natural. Os custos da guerra aceleraram enormemente e a presença de mercenários disponíveis tornou a guerra ainda mais comum. Os papas no século XIV gastavam 60% da sua fortuna na guerra, e essa era uma proporção que se aplicou a maioria dos estados italianos. Isso significou um grande aumento nos impostos, e um crescimento na administração das finanças guerra. Muito se argumenta que as principais forças no crescimento da burocracia organizada de instituições fiscais e de crédito e centralização do poder político foram o crescente custo da guerra.⁴³

Foi a partir dos novos gastos com a guerra que o século XIV demonstrou maior desenvolvimento na questão bélica em função do aparato administrativo e burocrático que se criou para lidar com esses gastos.

Para os estados da Itália a guerra significou uma coisa muito diferente em 1380 do que era um século atrás. Os anos de 1380 foram decisivos para a história da guerra italiana com o fim das grandes companhias e o surgimento de capitães individuais como a chave para o desenvolvimento militar subsequente. De 1380 a 1424 foi um período de transição no qual os grandes *condottieri*, liberados das restrições das corporações organizadas, começaram a lutar ao lado dos cada vez mais fortes tentáculos do controle do estado.

⁴³ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 50

O principal fator para o declínio da influência das companhias foi o crescimento de uma estrutura política mais organizada ao final do século XIV. A tendência dos grandes estados italianos de expandir e desenvolver uma organização política mais coerente e centralizada levou inevitavelmente a uma ênfase maior nas forças de defesa permanentes. As companhias não tinham condições de sobreviver contra o crescimento militar dos estados mais poderosos ou contra as ligas dos estados menos poderosos, e eles não tinham razões de existir com o crescimento da atração de serviços contratados.

Um exemplo relevante dessa nova conjectura política é o milanês Giangaleazzo Visconti, apesar de não ser uma figura marcial, ele se demonstrou atento à necessidade de um poder militar organizado para levar a cabo sua intenção de tornar Milão o estado predominante no norte da Itália. Ele fez de Jacopo dal Verme seu capitão geral em 1378 que serviu por 30 anos, enquanto ainda era governante de uma pequena parte do estado milanês. Podemos entender a indicação de Jacopo dal Verme como capitão geral como um indicador do crescimento da reputação militar.⁴⁴

Podemos dizer que nas duas últimas décadas do século XIV, em Florença, Milão e em um menor grau em Pádua e Verona, a compreensão da necessidade de forças permanentes e comandantes permanentes já era clara. Veneza nesse estágio tinha pouco interesse territorial na Itália e pouca necessidade de manter qualquer força considerável de tropas. Mas no centro e no sul a situação era mais complicada, já que tanto o estado papal quanto Nápoles estavam constantemente afligidos pela guerra civil. Nesse contexto mais conturbado os *condottieri* exerceram um papel diferente, eles se tornaram uma espécie de árbitros da situação fazendo com que suas alianças fossem menos claras e mais breves. Segundo Mallet, foi nessas condições que os poderosos *condottieri* ganharam a reputação de infidelidade e ambição; as chances estavam lá para eles

⁴⁴ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 52

apanharem cidades e criarem estados para si mesmos. Os estados papais em particular já eram uma mixórdia de cidades semi-independentes, muitas delas regidas por vigários papais que tinham alianças com o papa, e muitos dos *condottieri* procuraram rivalizar com eles. Nessa região outro grupo de *condottieri* estava vindo à frente, apesar de com frequência estarem envoltos em uma mais rígida e disciplinada situação política no norte, tenderam a vir pro sul em busca de oportunidades pessoais.

Florença, libertada do pesadelo da agressão milanesa, foi capaz de atenuar em alguma medida sua guarda defensiva e seus compromissos militares. A crescente corrente da ideologia do humanismo cívico com seu ênfase na participação ativa dos cidadãos tanto no governo quanto na defesa da cidade contribuiu para a elevação do medo tradicional de Florença à mercenários e a relutância a gastar dinheiro com eles. Com isso, apesar das demandas militares do ataque a Pisa em 1405-6 e da prolongada defesa do estado contra o rei Ladislau de Nápoles entre 1409 e 1414, o progresso de Florença na direção da criação de um exército permanente durável e de criar relações permanentes com *condottieri* foi retardado. Grandes capitães passaram brevemente nas páginas de contas das expedições militares florentinas, mas nenhum rivalizou com Hawkwood, a quem Mallet dedica uma extensa parte do texto para reconstruir sua trajetória.⁴⁵

Milão Florença e Veneza estavam prestes a embarcar em 30 anos de guerra prolongada das quais a instituição militar permanente finalmente emergiu. Martin V tinha claramente começado o processo de restauração da ordem no estados papais e construiu um exército papal. Alfonso de Aragon já estava comprometido com sua longa campanha para capturar o trono de Nápoles, uma campanha que terminou em sucesso e uma nova e mais poderosa dinastia napolitana em 1442. Desse momento em diante é

⁴⁵ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 62

necessário pensar mais em exércitos, instituições militares, e administração militar mais do que capitães individuais para quem as oportunidades de ações independentes estavam rapidamente minguando. Isso não quer dizer que os líderes não eram *condottieri*, mas eles eram *condottieri* do tipo de Jacopo dal Verme.

A pechincha, o regateamento que se deu em termos de contrato era em parte sobre dinheiro, mas também era sobre prestígio e a posição de *condottieri*. Números, taxas de pagamento, adiantamentos, bônus, grau de autoridade, e posição futura, tudo entrou na negociação.

Tudo isso nos traz aos contratos sob os quais mercenários Renascentistas serviam – as *condotte* das quais milhares de exemplos sobreviveram e as quais devem formar um dos pontos de partida para um estudo dos mercenários italianos⁴⁶. A *condotta* era o contrato assinado entre o *condottieri* e seu empregador que estipulava a provisão de um certo número de tropas por um determinado período em troca de pagamento, primeiramente em dinheiro. O termo não era um termo militar específico; era usado para os contratos envolvidos na provisão de muitos serviços públicos assim como concessões de mineração, subsídios de privilégio na coleta de impostos, contratos de provisão etc.⁴⁷

A *condotta* militar era em muitos aspectos similar a escritura inglesa ou a francesa *lettre de retenue*, a principal diferença era que enquanto os contratos ingleses e franceses eram normalmente emitidos para súditos da coroa para serviço pago ao rei, na Itália, porque os estados eram muito menores e as condições sociais e econômicas tão diferentes, eles eram normalmente emitidos para profissionais estrangeiros. Que essa distinção necessariamente implicava menores termos de serviço, menos continuidade,

⁴⁶ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 80

⁴⁷ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 80

ou menos compromisso, é uma falácia que Mallet pretende corrigir. A intenção principal da *condotta* era a provisão de tropas, e isso posicionou os *condottieri* como empresários em certo sentido, mas normalmente era esperado na Itália que o *condottiere* lideraria suas tropas. Os *condottieri* do Renascimento são quase invariavelmente soldados, não, como estava começando a acontecer na Alemanha, contratantes capitalistas de recrutamento. Isso não se encontra na Itália do século XV. Existiram algumas *condotte* da segunda metade do século XV nos quais o *condottiere* foi autorizado a delegar liderança da companhia, mas isso era excepcional⁴⁸. Finalmente, a *condotta* não era só o contrato assinado entre um soldado e um estado empregador. As companhias desses *condottieri* eram construídas na mesma base contratual, como comandantes de esquadrão ou soldados menores recebiam *condotte* do próprio *condottiere*. No entanto, não era comum o caso de um *condottiere* receber um contrato e depois subcontrate para formar uma companhia. As grandes companhias eram entidades permanentes com arranjos contratuais internos bem separados dos contratos estatais dos seus líderes. A companhia de Michelotto Attendolo, teve uma existência contínua de 1425 até 1448 durante o tempo em que 512 *condottieri* assinaram contratos com Micheletto. Quando ele entrou no serviço Veneziano em 1441, ele tinha a companhia de 561 lanças que incluíam 167 *condottieri*. Alguns desses homens tinham mais de 50 homens com armas, outros tinham apenas 1.⁴⁹

A primeira cláusula substancial de uma *condotta* era estabelecer o número de tropas a ser providas. Isso seria expresso in termos individuais de cavalaria e infantaria, tudo isso implicava uma unidade liderada por um cavaleiro de armadura, mas com o tamanho variando entre 2 e seis homens. Durante o século XIV e o início do século XV

⁴⁸ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 81

⁴⁹ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 81

era comparativamente raro uma *condotta* mista chamando por cavalaria e infantaria. Mas na parte final do século XV muitas companhias mistas se formaram, e se tornou cada vez mais raro para uma força de cavalaria pesada não ser acompanhada tanto de infantaria e de arqueiros montados. Enquanto as primeiras *condotta* eram normalmente específicas sobre a forma que as tropas se armariam com detalhadas cláusulas isso foi ficando raro no período posterior. Isso foi parte de uma tendência geral da *condotta* de se tornar abreviada e formalizada com o passar do tempo.

Existiam duas formas excepcionais de contrato nas quais o preciso número de tropas requerido não era dito, e esses dois apareceram na segunda metade do século XV. Ambos eram referidos como *conducta ad provisionem* e a diferença estava na posição do soldado a quem o contrato era emitido. O contrato era usado por alguns velhos capitães, a quem cuja prudência era deixado o exato tamanho da companhia, e na outra ponta da escala era usado por experientes soldados de baixo calão para assegurar seus serviços pessoais. No último caso sempre se esperava que o *condottiere* tivesse alguns seguidores, mas seus números eram imateriais.⁵⁰

A duração do contrato era uma importante distinção em relação à escritura inglesa a que foi aplicada na maioria das *condotte* depois da metade do século XIV. O período do contrato era quase invariavelmente divididos em dois; a primeira parte, conhecida como *ferma*, era o período estabelecido do serviço ; a segunda parte era um período adicional que o empregador podia reter os serviços do *condottieri* se ele quisesse e desse a devida notificação. Essa segunda parte do contrato era conhecida como *ad beneplacitum*, ou em contratos italianos – *di rispetto*.⁵¹ O empregador era obrigado a notificar o *condottiere* algumas semanas ao final da *ferma* se mais serviços

⁵⁰ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 82

⁵¹ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 84

seriam requeridos. A introdução dessa opção na segunda metade do século XIV era um passo claro em direção à redução da falta de continuidade no sistema e em direção a estender contratos. Ao mesmo tempo, a duração dos contratos começaram a crescer. No século XIV era costumeiro para os contratos ser assinados por dois ou três meses; implicando que no final do outono quando a temporada de campanhas acabava os contratos acabavam. No início do século XV as *condotte* eram raramente emitidas por menos de 6 meses de *ferma* , mais seis meses *ad beneplacitum*, e até contratos de 1 ano mais um ano nas primeiras décadas. Uma vez que contratos de seis meses mais seis meses se tornaram comuns, era clara a possibilidade de serviço contínuo era prevista. Em torno de 1440 muitos contratos venezianos eram de dois anos mais dois anos, e tinham poucos contratos excepcionais dados até por períodos maiores. Nesse tempo os processos através dos quais contratos eram confirmados para o período opcional e renovados depois disso se tornaram completamente formalizados no sistema veneziano. Foi se tornando normal que os *condottieri* se tornassem permanentes em serviço, a não ser que eles ofendam seriamente o estado ou a não ser que ele façam um pedido positivo para sair.

O corolário óbvio desses desenvolvimentos eram *condotte* dadas por períodos ilimitados, mas isso de fato, era muito raro. Soldados presumidamente se sentiam mais seguros com contratos por períodos estabelecidos nos quais eles sabiam que eram renováveis quando estavam lidando com governantes, papas, que podiam mudar rapidamente. No entanto, nos contratos mesmo estão algumas evidências do crescimento da permanência de mercenários no sistema italiano. Durante o século XV soldados passaram sendo identificados com os estados pela continuidade de seu serviço. Isso era particularmente aparente em Veneza na primeira metade do século, mas se aplica a outros exércitos em grau menor. Mais atrás desse desenvolvimento estavam os

florentinos; Micheletto Attendolo já estava ultrapassado no início de 1430 e atrasado em 1470 quando Florença tinha poucos condottiere permanentes em quem podia se apoiar.⁵²

O terceiro elemento importante na condotta eram as cláusulas de pagamento. As tropas são pagas em taxas padronizadas. Além do acordo contratual em relação ao pagamento, havia uma consideração financeira muito importante: o adiantamento, *prestanza*. Toda *condotte* negociava um adiantamento imediato para o *condottieri* reequipar sua companhia. Além disso, era uma prova de boa fé da parte do empregador. Apesar da *prestanza* ter se tornado algo anacrônico se pensarmos nas condições futuras do final do século XV e serviços permanentes, os *condottieri* ainda insistiam em requerer a *prestanza*. O adiantamento normalmente representava um quarto ou um terço do pagamento total para o início do período na primavera quando os *condottieri* retiravam suas tropas dos quartéis de inverno. Quando o contrato era por mais de um ano, a metade era paga no primeiro ano.⁵³

A *condotta* apresentada era a mais comum, que caminhava em direção a um serviço por tempo integral e pagamento completo, mas também existiam contratos com outros tipos de obrigação; *condotta in aspetto*, o condottiere e sua companhia eram chamados quando havia necessidade. Esse contrato era um dispositivo mais comum no século XIV, quando alguns estados mantiveram um número significativo de tropas mercenárias permanentes. O condottiere nesse tipo de contrato era livre para lutar a guerra que quisesse, se quando chamado estivesse pronto a servir com a companhia estipulada. Para esse serviço se recebia menos pagamento, cerca de um terço que se tornava pagamento completo na ocasião do serviço prestado. A *condotta in aspetto* era

⁵² MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 83

⁵³ MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 página 84-85

particularmente apropriada para os *condottieri* príncipes, que tinham uma base independente e seu próprio estado com o qual se ocupar. O último aspecto da condotta que é importante ressaltar são os tipos menos formais de *condotta part-time* que eram comuns no século XV, aquelas em que começou a se remunerar os capitães em tempos de paz.

Depois de apresentar como evoluiu o uso de mercenários ao longo dos séculos de Renascimento e como funcionavam os contratos dos *condottieri*, principais alvos das críticas humanistas, vamos caminhar em direção ao olhar que se formou em torno dessas condições históricas buscando avaliar a natureza da crítica feita a essa organização militar. Os pontos de polêmica em torno das vantagens e desvantagens do uso de mercenários são muitos como problematizamos através da obra de Mallet, no entanto, as razões que levam à posição de que esse era um sistema prejudicial e indesejável são construídas dentro de um contexto republicano que nos fornece as balizas para entender que mesmo diante das condições históricas que assolavam a Itália e levaram ao uso de mercenários cada vez de forma mais permanente essa foi uma opção ruim que não condiz com o desenvolvimento da vida cívica e da autonomia das cidades que estava sendo desenvolvida e marca o espírito do Renascimento.

Capítulo II

2. A DEFESA DA LIBERDADE

Depois de considerar os principais elementos históricos que caracterizaram a crise política e militar que atravessou a Itália durante o Renascimento vamos voltar nossa atenção para o desenvolvimento cultural e intelectual que acompanhou esse processo buscando compreender como o problema histórico da guerra formulado da maneira como foi pelos humanistas ganhou uma dimensão política vinculada ao republicanismo e à vida cívica.

É importante ressaltar que o humanismo não é uma manifestação unívoca de ideias restrita a apenas uma região e nem ligada a um momento específico dos séculos de Renascimento. O humanismo é um fenômeno cultural mais amplo e diversificado que passa por diversas fases e guarda suas particularidades nos diferentes lugares em que ele se desenvolveu. Para atingir nossos objetivos teóricos e conferir precisão metodológica à nossa abordagem, que se inicia pela questão histórica, vamos tomar como referência para nossa análise o modo como Hans Baron descreveu o humanismo assim como a intensa problematização posterior de suas ideias pela tradição por diversos autores e por seu principal opositor James Hankins.

O principal pressuposto que está por trás do trabalho canônico de Hans Baron e que orienta o caminho que estamos percorrendo é o de que o método de interpretar os grandes momentos de transição na história do pensamento à luz de seu contexto político e social ainda não prestou todo o serviço que poderia para os estudos do Renascimento⁵⁴. As mudanças envolvidas no processo de renovação urbana que descrevemos no primeiro capítulo formaram um novo mundo e conseqüentemente um

⁵⁴ BARON, Hans. *The crisis of the early Italian Renaissance*. Princeton University Press, 1955 Página 7

novo olhar para esse mundo, uma nova matriz de pensamento, uma nova forma de agir e o que é mais importante: uma nova tradição de pensamento político.

Na primeira seção desse capítulo (2.1) pretendemos percorrer os principais argumentos que nos levam ao conceito baroniano de humanismo cívico para que através das polêmicas que giram em torno dessa hipótese possamos compreender de maneira mais geral a novidade política do pensamento que surge num mundo em transformação e, especificamente como o debate em torno da participação cívica apresentou um caminho aos humanistas para pensar seus problemas históricos, como o problema da guerra. Na segunda seção (2.2) apresentaremos a hipótese de Baron através do exemplo histórico dos chanceleres florentinos, homens que através da ação na cena pública e imbuídos das reivindicações republicanas continuaram a representar a alta cultura das letras humanistas e compartilhar de seu vocabulário e inspiração. Na terceira seção (2.3) vamos apresentar como a questão militar se encaixava na agenda dos humanistas cívicos buscando desvincular o expansionismo romano do núcleo que forma a matriz republicana que estamos investigando.

2.1 O humanismo cívico: uma matriz republicana

Em 1955, Hans Baron publicou a obra “*The Crisis of the Early Italian Renaissance*”⁵⁵ alterando de maneira decisiva os rumos dos debates e das pesquisas em torno do Renascimento italiano. Seu ponto de partida foi buscar uma alternativa às interpretações do Renascimento que até então privilegiavam só o estudo do caráter monárquico da realidade política e cultural italiana. Seguimos essa motivação de Baron já que a partir da reconstrução histórica que trabalhamos no primeiro capítulo podemos afirmar que esse tipo de interpretação não demarca onde está o momento mais original do Renascimento a partir do qual foi possível seu desenvolvimento posterior. As interpretações principescas cometem o erro de considerar o humanismo a partir de um contexto posterior, o estado moderno unificado, realidade que não condiz com a fragmentação política da península.

A principal lacuna a ser preenchida que motivou o esforço de Baron foi justamente o reconhecimento do caráter histórico-social das repúblicas italianas como Florença como a força motriz de uma nova ideologia política que se inseriu definitivamente na história do pensamento ocidental, o republicanismo. No *Quattrocento*, essas repúblicas livres que tiveram Florença como seu principal exemplo contribuíram de forma crucial para os grandes avanços do modelo humanista através da defesa da liberdade republicana frente às constantes ameaças dos outros regimes e através da vivência de uma participação cívica. A pergunta que cerca o trabalho de Baron como sintetiza Helton Adverse é: porque essas atitudes cívicas e republicanas emergiram em Florença no século XV e não em outro lugar, o que especifica o momento político em que essas ideias passam a circular?⁵⁶

⁵⁵ BARON, Hans. *The crisis of the early Italian Renaissance*. Princeton University Press, 1955

⁵⁶ ADVERSE, Helton. *A Matriz Italiana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 56

A tendência a vincular os grandes avanços nas ciências e nas artes à Itália dos príncipes e dos Signori ou às grandes monarquias do século XVI surge a partir do trabalho de Jacob Burckhardt publicado em 1860 *“Die Kultur in Italie”*⁵⁷. Essa obra, também muito influente, se desenvolve a partir da ideia de que o principal traço distintivo do Renascimento é a relação entre “individualismo” e exercício do poder despótico⁵⁸.

O foco de Burckhardt está voltado para a compreensão das tiranias como a consequência natural da superação do sistema feudal, como se residisse nelas a chave para a compreensão das mudanças que estão em jogo na superação mundo medieval. No entanto, como mostramos no primeiro capítulo a transformação do sistema feudal é um processo que se inicia muito antes do advento das grandes monarquias absolutas e acontece de forma fragmentada em diversos contextos políticos dentro da Itália, tendo como principais personagens os governos comunais e as repúblicas livres. Em uma importante seção da famosa obra do historiador alemão, *“O estado como obra de arte”*⁵⁹, Burckhardt também trabalha a evolução política dos estados italianos no século XVI com a atenção voltada para o modo como diversos soberanos, tais como os Sforza em Milão e os Medici em Florença se esforçavam para se perpetuar no poder.

Como mostramos no primeiro capítulo da dissertação a realidade política da Itália é mais complexa e heterogênea do que o olhar de Burckhardt foi capaz de captar. Significar a riqueza cultural do Renascimento exclusivamente através de seu caráter principesco é deixar de lado talvez sua parte mais original, a resposta que as repúblicas

⁵⁷ BURCKHARDT, J. *A civilização da Itália do Renascimento*, 2.ed; trad. S. Tellaroli, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

⁵⁸ ADVERSE, Helton. *A Matriz Italiana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013 página 52

⁵⁹ BURCKHARDT, J. *O Estado como obra de arte*. Penguin e Companhia das Letras. São Paulo 2012. S. Tellaroli

livres deram para sua condição histórica⁶⁰. É partindo dessas lacunas que Baron estabelece um novo ponto de continuidade entre o Renascimento e a modernidade diferente do individualismo, para Baron o momento em que as cortes italianas irão transformar o Renascimento e se apropriar dele é posterior ao momento substancial que nos permite caracterizar as rupturas do humanismo com o mundo medieval que significaram o Renascimento. Se recuarmos o escopo da análise do século XVI para os séculos anteriores que tomamos como nosso objeto é inevitável que o republicanismo apareça como um elemento tão decisivo quanto os levantados por Burckhardt. Como mostra Helton Adverse: “para Baron não é o individualismo o elemento de continuidade entre o Renascimento e a modernidade, mas o republicanismo”⁶¹.

Nos primeiros anos do século XV a sociedade civil das cidades-estados italianas já existia há várias gerações dentro de uma perspectiva totalmente nova em relação ao mundo medieval. Seguindo a leitura de Baron é nesse primeiro momento e não no século XVI que acontece a ruptura mais significativa no humanismo a partir da qual foi possível o amadurecimento de uma nova forma de conceber o mundo, acompanhada do desenvolvimento do modelo que ele chamou de humanismo cívico. A originalidade desse período fez com que o lugar da predominância cultural do Renascimento nas primeiras décadas do *Quattrocento* fosse nas repúblicas como Florença e não sob o jugo da ideologia tirânica, ou principesca. Baron pretende mostrar a crueza das leituras que pensam que nas primeiras décadas do *Quattrocento* o tempo da liberdade cívica já havia se extinguido e a via principesca era a única via possível. Alison Brown defende esse ponto de vista no artigo “*De-masking Renaissance republicanism*”⁶², segundo ela existe

⁶⁰ Ver MARTINES, Lauro. *Power and Imagination: City States in Renaissance Italy*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1988. (primeira publicação 1979)

⁶¹ ADVERSE, Helton. *A Matriz Italiana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013 página 53

⁶² 18. BROWN, Alison. *De-masking Renaissance republicanism* in: HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press, 2000 página179

um *gap* entre a realidade política e a retórica da liberdade. Para Alisson, ao final do século XV e no início do século XVI o ideal republicano já tinha perdido credibilidade e por mais que seja possível traçar uma linha de continuidade entre os humanistas cívicos, seus textos não teriam mais a capacidade de retratar a realidade histórica das instituições florentinas. Quando abandonamos esse tipo de leitura podemos entrar em contato com as ideias e ações de um grupo de cidadãos e humanistas cívicos que estavam prontos para agir na cena pública diretamente defendendo os interesses comuns.

A primeira novidade para qual Baron aponta é uma ruptura em relação ao primeiro estágio do humanismo do *Trecento*, uma transição em relação ao que ele chama de uma primeira forma de classicismo. O surgimento dos humanistas cívicos estaria relacionado a uma nova relação com o resgate da antiguidade que já era feito na idade média tardia. A marca da transição para a qual ele chama atenção, é que esses homens não eram só homens das letras, da educação e das artes, são diferentes dos humanistas do *Dugento* e do *Trecento*, eles fazem parte da formação de um ideário político que tem sua sede em Florença. A reformulação dos valores que orientam a ação do homem, das atividades artísticas, dos métodos de ensino e conteúdo que significavam o que entendemos como humanismo é feita através de uma nova relação com a antiguidade e dentro de um contexto político específico. Como ressalta Baron, os humanistas cívicos demonstravam um sentimento de afinidade com o conceito grego de *pólis*, pois eram nutridos por uma experiência política e social de seus dias dentro de um contexto de valorização intelectual da história.⁶³

Como nos mostra Harvey Mansfield em seu artigo “*Bruni and Machiavelli on civic humanism*”⁶⁴ Baron define o humanismo cívico a partir de uma ruptura entre o humanismo “não cívico” de Francesco Petrarca do *Trecento* e o humanismo cívico de

⁶³ BARON, Hans. *The crisis of the early Italian Renaissance*. Princeton University Press, 1955. Página 3-4

⁶⁴ MANSFIELD. C, Harvey. *Bruni and Machiavelli on civic humanism*. *Uncivic humanism* página 223

Leonardo Bruni do *Quattrocento*. O que é fundamental de se destacar é que essa é uma ruptura que se dá através de um processo gradual, no qual aparecem no meio do caminho homens como Coluccio Salutati e Filippo Villani.

O principal legado do trabalho de Baron foi a inserção definitiva do conceito “humanismo cívico” no vocabulário de pesquisa desse período, ele serviu para conferir significado a uma nova fase do movimento de ideias que colocou o homem no centro do processo de ação e passou a estar intimamente conectado com a vida pública de Florença. A principal intenção de Baron era demonstrar a transição pela qual passou o humanismo petrarquiano que ainda permanecia na esfera da retórica e do discurso em direção à novidade política de um movimento de ideias do qual fizeram parte homens como Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Maquiavel, os quais estiveram à frente de importantes cargos públicos durante períodos turbulentos, ao longo dos quais a defesa de Florença enquanto regime foi se constituindo não só como ação na cena pública, mas também como discurso, inaugurando uma nova fase no desenvolvimento cultural italiano.

No primeiro capítulo da obra de Baron, chamado “*Os elementos da Crise: Classicismo e Transformação política*”, é apresentada a ideia que nas primeiras décadas do século XV o humanismo petrarquiano e a mentalidade do Trecento foram profundamente alterados. O início do Trecento tinha uma adoração ilimitada pelas coisas antigas, e por imitá-las essa relação com a antiguidade amadureceu e ganhou nova forma em função da nova realidade histórica e política. Segundo Baron, as mudanças mais radicais nas escolas de arte e no pensamento aconteceram a partir da coincidência entre uma nova consciência histórica com uma nova relação intelectual com a antiguidade, o que Baron chamou de uma nova fase do classicismo. A antiguidade deixa de ser um modelo a ser copiado e uma medida rígida da produção

artística e intelectual e passa a ser um modelo que serve como inspiração para a produção de algo novo, inspirado nos antigos, diferente do mundo medieval e original daquele tempo. Em outras palavras podemos dizer que os humanistas passaram a estabelecer uma relação mais crítica com a antiguidade.

O núcleo da tese de Baron sustenta que a defesa da liberdade republicana assim como o desenvolvimento de uma ética de participação cívica emergiu entre os cidadãos e os humanistas do século XV em Florença como uma consequência direta do embate contra as ambições dos duques milaneses da família Visconti. São esses os dois traços distintivos do humanismo cívico: a ética de participação cívica e a defesa da liberdade de Florença frente aos outros estados em guerra. O advento da guerra entre o ducado milanês e a república florentina em 1402 é o momento histórico que serve de referência para a transição em direção ao humanismo cívico, pois só a consciência histórica do que representava aquele embate poderia ter alterado os rumos do humanismo e re-significado o que tradicionalmente a história concebeu como o humanismo italiano. Essa guerra opunha não só os interesses dos estados envolvidos, mas opunha dois tipos de regimes diferentes. Helton Adverse coloca a ética de participação cívica que nasce em Florença como a passagem da vida contemplativa para a vida ativa e a defesa da liberdade republicana como o resultado de uma nova consciência histórica⁶⁵. Essas observações nos ajudam a organizar em linhas gerais a tese de Baron. É só com uma volta aos antigos que visa a ação na cena pública de uma cidade livre e com a consciência histórica do que Florença representava no século XV que o humanismo cívico pôde moldar uma matriz republicana original, forjada no cruzamento da herança clássica com a realidade histórica e política.

⁶⁵ ADVERSE, Helton. *A Matriz Italiana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013 página 56

Baron defende que os que eram jovens no início do século XV testemunharam eventos que foram decisivos para a sobrevivência de uma liberdade civil republicana e também para a emergência de um sistema de estados independentes. Nesse momento, algumas das cidades-estados que sobreviveram à tirania e às forças externas expansionistas tais como a Espanha, França e Império Germânico, travavam uma prolongada batalha que teve sucesso em limitar o grande progresso dos regimes principescos na Itália Renascentista. O resultado dessa batalha foi o fracasso do absolutismo de construir na Itália uma centralização monárquica do Norte (Milão, Veneza) com o Centro (Florença, Estados da Igreja) comparável com a estrutura política e cultural da França e da Espanha do século XVI. O resultado dessas guerras foi a sobrevivência de cidades-estados independentes e livres que deram a tônica para uma transição nas artes, no pensamento e nas ciências que caracterizam o elemento vital do Renascimento.

O fator notável dessa mudança que acompanha a nova forma de classicismo é justamente a posição assumida pela república Florentina e o ideário político construído por seus cidadãos em torno dessa posição. Baron mostra porque a posição de Florença na guerra contra a tirania do norte possibilitou a novidade do classicismo adentrar a uma fase de cunho estritamente político. Para reforçar seu argumento Baron oferece um exemplo de uma tentativa frustrada de dar um caráter cívico ao humanismo ao longo do *Trecento* em função da tirania ter impossibilitado isso. Só na República Florentina seria possível acontecer a transição que caracteriza o período do Renascimento. Por volta de 1300, Albertino Mussato di Padua iniciou uma tentativa de união do humanismo Pré-Petrarquiano com o mundo cívico. Estava nascendo uma cultura cívica inspirada na literatura antiga nas repúblicas do Norte da Itália (Padua, Vicenza, Verona, Milão). No entanto, essa empreitada não gerou frutos porque a vida independente dessas repúblicas

e a liberdade tinham perdido todo o espaço para a tirania. Nos estágios avançados do século XIV, o humanismo era um movimento literário que seus expoentes ou não tinham qualquer identificação com um grupo específico dentro da sociedade Italiana, ou começaram a se ligar a tirania⁶⁶.

O principal elemento da abordagem de Baron que nos serve de base metodológica é a crítica que ele faz às leituras principescas que ignoram o “*political background*” que nos esforçamos para reconstruir no primeiro capítulo desse trabalho. Como mostra Harvey Mansfield, apesar de Baron estabelecer relações íntimas entre eventos políticos-militares e os escritores, poetas, oradores e filósofos defendendo que os eventos são primordiais, o seu interesse está voltado para os escritores enquanto expressões e intérpretes dos eventos históricos.⁶⁷

Essas ideias de Baron não foram unanimemente aceitas nas pesquisas e através de sua problematização enriqueceram ainda mais o debate. Um dos grandes pontos de controvérsia é associação que Baron faz entre a evolução do *Quattrocento* como uma consequência direta da guerra contra os milaneses. John Najemy no artigo “*Civic humanism and Florentine politics*”⁶⁸ nos ajuda a identificar os principais pontos em torno dos quais surgiram polêmicas em torno da tese de Baron. Segundo ele encontramos controvérsias em relação à gênese do humanismo cívico, em relação à sua originalidade e em relação a sua capacidade de representar a política republicana no século XV. Para Baron a origem das principais ideias do humanismo cívico como a liberdade republicana e a vida ativa é uma consequência das guerras contra Milão. Em relação a originalidade ele afirma que o humanismo cívico representa uma ruptura em relação a um humanismo apolítico e de adoração irrestrita aos antigos. A respeito da

⁶⁶ BARON, Hans. *The crisis of the early Italian Renaissance*. Princeton University Press, 1955. Página 5-8

⁶⁷MANSFIELD. C, Harvey. Bruni and Machiavelli on civic humanism. *Uncivic humanis* página 223 223

⁶⁸ NAJEMY. M, John. *Civic humanism and Florentine politics* página 76

capacidade de representar a realidade histórica florentina Baron acredita que a defesa da liberdade, igualdade e a participação dos cidadãos no governo refletiam a experiência da cidade de Florença e o espírito das instituições republicanas.

Baron encontrou opositores em todos esses pontos. Em relação à origem Jerrold Seigel e Gene Brucker questionam a relação direta entre o aparecimento dos textos e qualquer crise internacional⁶⁹. Em relação à originalidade um de seus principais interlocutores é Quentin Skinner, autor da obra *“Fundações do pensamento político moderno”*⁷⁰. Nessa obra Skinner tenta estabelecer uma continuidade entre o republicanismo medieval que emergia das tradições retóricas e escolásticas e o momento que Baron toma como seu objeto buscando questionar a originalidade dos humanistas cívicos. Dentro da perspectiva de Skinner, se a principal novidade em relação ao humanismo do *Trecento* é o exercício de cargos públicos e a ação na cidade norteadas pelas ideias de liberdade e pátria não existiria novidade nenhuma, mas sim uma continuidade com uma tradição mais antiga. Skinner se esforça para recuperar o vocabulário cívico que marca o século XV em um momento anterior, mostrando que já eram utilizadas as ideias de liberdade e bem comum entre os teóricos do governo comunal no século XIII. O incômodo principal de Skinner com a tese baroniana é o fato dela apontar uma data específica (1402) para o surgimento de uma ética da liberdade cívica no âmbito político. Para Skinner os efeitos na cena pública dessa ética de participação cívica e de defesa da república são fruto de um processo mais longo que vem amadurecendo desde a ascensão das comunas acompanhando o contexto histórico. Além desse problema existe a sobrevivência de correntes republicanas de cunho aristotélico que se diferem da corrente cívica. Skinner busca traçar uma linha de

⁶⁹ NAJEMY, M. John. *Civic humanism and Florentine politics* página 77

⁷⁰ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: R.J. Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

continuidade do republicanismo medieval até aquele que surge junto com o avanço das comunas e caracteriza o período anterior ao que Baron toma como seu objeto.

Já em relação a capacidade do humanismo cívico de retratar a realidade florentina a oposição à tese de Baron costuma vir de historiadores que buscam mostrar como Florença era dominada por uma oligarquia e sua proclamação de defesa da liberdade republicana era um disfarce para as campanhas expansionistas na toscana.⁷¹ Mikael Hörnqvist é um dos que segue essa linha de raciocínio com o qual estabeleceremos um diálogo mais detalhado nos próximos capítulos. Outro opositor de Baron que teve um trabalho com grande repercussão e segue essa tendência é James Hankins. Esse estudioso faz uma ataque mais radical à tese de Baron dizendo que o humanismo cívico não era nada mais que uma ideologia de classe, um instrumental do governo a serviço dos interesses da oligarquia florentina. Nesse sentido, os humanistas não passariam de retóricos profissionais⁷² ao invés de pensadores e inovadores como descreve Helton Adverse ao se referir às ideias de Hankins. Hankins busca demonstrar a relação entre o caráter retórico dos textos dos humanistas cívicos e seu caráter a-histórico⁷³.

Dentre os principais opositores de Baron, podemos destacar que o trabalho de Hankins teve um impacto virulento nas pesquisas se tornando uma referência tão importante quanto Baron e oferecendo um caminho diferente. Caminho do qual discordamos e não pretendemos percorrer seus argumentos como fizemos com os de Baron. No entanto, é importante falar sobre um compêndio organizado por Hankins

⁷¹ Ver 3HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli and Empire*. Cambridge University Press, 2004.
HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli's military project and the Art of War*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010

⁷²ADVERSE, Helton. *A Matriz Italiana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 53

⁷³ HANKINS, James. *Rhetoric, history, and ideology: the civic panegyrics of Leonardo Bruni*. In: HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press, 2000. Página 143

chamado “*Renaissance Civic Humanism, Reappraisals and Reflections*”, que conta com a contribuição de diversos pesquisadores que mencionamos, tais como John Najemy, Alisson Brown, Harvey Mansfield e tem como objetivo central a reflexão em torno da tese de Baron.

Na introdução dessa coleção de textos, Hankins apresenta o modo como ele lê a tese de Baron, o que está de acordo com as diferentes formulações que apresentamos até agora, segundo ele Baron retrata que o Renascimento florentino foi inspirado para alcançar grandeza cultural através da devoção a ideias de patriotismo, governo popular e serviço público. Esses ideais, herdados da Grécia antiga e da república romana foram redescobertos e popularizados por um movimento de intelectuais e educadores que Baron chamou de humanistas cívicos.⁷⁴

Desse ponto de partida Hankins começa a reconstruir a recepção do trabalho canônico de Baron para que possa elaborar sua própria posição dentro desse debate. Ele traça uma linha de continuidade entre Baron, Pocock e Skinner, guardando as particularidades de cada um e se distancia desse grupo de leituras que ele associa a ideologias políticas que privilegiam certas ideias republicanas que servem tanto aos liberais como aos marxistas⁷⁵.

O primeiro estudioso mencionado por ele é Pocock, autor de “*The Machiavellian Moment: Florentine Thought and the Atlantic Republican Tradition*”⁷⁶. Pocock reinterpretou o humanismo cívico como uma tradição distinta no pensamento político moderno. De acordo com Pocock, o mais relevante do humanismo cívico é um discurso político transmitido da Florença renascentista para a Inglaterra de Cromwell, e

⁷⁴ HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press, 2000. Introduction página 1

⁷⁵HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press, 2000. Itrouduction Página 4

⁷⁶ POCOCK, J.G.A *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republic Tradition*. Princeton University Press, 1975

daí para a América colonial tendo como principal consequência a formação de uma das matrizes ideológicas da revolução americana. Seu principal objetivo era desvincular dos estudos políticos a ideia de que a filosofia republicana na América descendia diretamente da tradição liberal de John Locke e das tradições contratualistas assim como das teorias do direito⁷⁷. Como nosso problema central não diz respeito à discussão dos impactos gerados pelo humanismo cívico a partir do século XVII, mas sim da compreensão desse fenômeno a partir da relação com seu contexto histórico não nos interessa reconstruir como o trabalho de Pocock e o de Skinner recolocaram a história do republicanismo como atividade central na escola de Cambridge a partir da problematização do trabalho de Baron. O ponto central é entender as razões pelas quais Hankins fala sobre esses pesquisadores como responsáveis pelo desenvolvimento de uma tradição da qual ele discorda.

Da mesma forma que John Najemy apresentou os principais pontos em torno dos quais giram as polêmicas em torno da tese de Baron, Hankins oferece as diferentes estratégias para se questionar a tradição republicana que são objeto de discussão em sua obra. A primeira delas é a recusa a aceitar que o republicanismo existiu como uma ideologia coerente nos primórdios do pensamento moderno, nesse sentido não poderíamos dizer que o republicanismo constitui uma tradição ou linguagem de qualquer discurso político específico, os temas como virtù, corrupção, participação ativa, devoção ao bem comum são considerados temas mais antigos e dispersos.⁷⁸ É a partir desse tipo de posição que Hankins chega a dizer que Skinner é mais empírico que Pocock e menos radical que Baron.⁷⁹

⁷⁷POCOCK, J.G.A. *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republic Tradition*. Princeton University Press, 1975 2

⁷⁸ HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press, 2000. Introduction página 3

⁷⁹ HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press, 2000. Introduction página 5

Como o próprio Hankins diz na introdução de seu compêndio, nenhum dos autores que contribuíram com a obra oferecem uma tese tão grande como a de Baron ou a extensão que Pocock dá a esse primeiro impulso, eles estão interessados em propor novas visões a respeito da história do republicanismo.⁸⁰ Hankins tende a associar a história do republicanismo consolidada por Baron e a escola de Cambridge a interesses políticos envolvidas nas querelas entre marxistas e o liberalismo, essa associação faz com que as leituras do Renascimento se tornem tendenciosas aos olhos de Hankins e acabam funcionando a serviço de uma ideologia que não condiz com o contexto histórico italiano do século XV.

O primeiro tema do compêndio de Hankins é a relação do humanismo cívico renascentista com a tradição medieval, como se as novidades no vocabulário republicano apontadas por Baron no início do Quattrocento tivessem suas raízes na escolástica e retórica medieval. Tema elaborado por James Blythe a partir do argumento que Ptolemy de Lucca, o mais republicano do medievo tardio é uma figura muito mais relevante do que qualquer humanista cívico do Quattrocento, por já ter “desacralizado” a imagem de Roma muito antes de Leonardo Bruni criticando o império de César como tirano e corrupto.⁸¹

Nessa primeira abordagem vemos uma questão cronológica a respeito da gênese do humanismo cívico que não é nosso objeto central de discussão, por outro lado, encontramos os temas que estão em jogo como a nova relação com a antiguidade que permitiram falar em uma continuidade do próprio Ptolemy de Lucca com Bruni e Maquiavel, o que reforçaria a tese de Baron e a nossa investigação. A respeito desse

⁸⁰HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press, 2000. Introduction página 8

⁸¹ BLYTHE, James. “Civic humanism” and medieval political thought” in: HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press, 2000 página 30-75

mesmo assunto na sequência do compêndio William J. Connel⁸² sugere que os esforços de Baron, Pocock e Skinner para assimilar Maquiavel ao humanismo cívico se tornaram intensamente problemáticas e essa a ideia que nos interessa combater muito mais do que as teorias medievais. O que estamos tentando fazer é traçar a linha que conecta Maquiavel à realidade histórica que levou homens como ele a fornecer uma nova linguagem para as novidades políticas desse mundo em transformação.

Outro interlocutor importante para a discussão que pretendemos levar a cabo que também contribui para o compêndio de Hankins com o texto “*The twomyths of civic humanism*”⁸³ é o sueco Mikael Hornqvist. Segundo ele, do ponto de vista interno o humanismo cívico só serviu para consolidar a hegemonia da oligarquia pós-Ciampi e do ponto de vista externo o humanismo cívico promoveu o imperialismo florentino na região toscana. Ele rejeita a ideia de que o humanismo cívico seria uma ideologia de auto-defesa e aponta para uma suposta ética de coexistência pacífica entre os estados a qual consideramos uma má interpretação do que Baron pretende mostrar. Para Hornqvist os humanistas exploraram o estudo da antiguidade clássica para construir o mito imperial de Florença espelhado na república romana. Essa perspectiva do autor sueco tem como principal objetivo repensar e reformular o significado da liberdade florentina, perspectiva que o levou a utilizar o conceito de liberdade negativa, uma vez que a liberdade no sentido positivo de auto-governo seria incompatível com a realidade histórica. Ele diz que os moradores do contado, as áreas rurais de Florença, e os pertencentes as classes mais baixas não participavam das ações cívicas e da vida pública ativamente, a soberania da república dependia de um domínio em relação a um centro imperial.

⁸² CONNELL, William. *The republican idea* in: HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press, 2000 página 15-29

⁸³ HÖRNQVIST, Mikael. *The two myths of civic humanism* in: HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press, 2000 página 105-143

No próximo capítulo vamos discutir com mais atenção algumas das críticas de Hankins quando nosso foco for Leonardo Bruni e vamos rebater as críticas de Hörnqvist quando nosso foco for a arte da guerra e o expansionismo. Lá poderemos discutir com mais precisão se a descrição que Baron fez dos humanistas retrata ou não a realidade histórica florentina e afirmar nossa ideia central que a partir do contexto histórico fragmentado da Itália no período pré-renascentista foi possível surgir um movimento intelectual intimamente conectado com a vida pública de Florença que teve Maquiavel como representante se olharmos o conteúdo de suas principais discussões sobre a guerra.

2.2 Os chanceleres florentinos

Nessa seção o nosso objetivo é exemplificar como as doutrinas políticas e os ideais morais que estavam em jogo no humanismo cívico, tais como a liberdade republicana e a participação cívica, refletiam uma experiência cotidiana e serviam para defini-la e orientá-la. Ainda apoiados na hipótese de Baron, buscando justificá-la e abandonar as leituras que não reconhecem a originalidade do humanismo cívico, vamos tomar como referência o trabalho de Eugenio Garin, autor da obra “*Ciência e vida civil no Renascimento italiano*”, na qual através da análise da trajetória de Coluccio Salutati, ilustre chanceler florentino, nos ajuda a ilustrar o homem de ação dessa nova fase do humanismo⁸⁴.

Em 15 de abril de 1375 o Conselho do Povo de Florença aprovou a nomeação de Coluccio Salutati a chanceler *dettatore* da cidade, um notário matriculado na corporação dos Juizes e Notários que tinha como função específica cuidar da comunicação no âmbito da política exterior. Escrevia cartas em nome da cidade aos príncipes, governantes, à Igreja e a pessoas privadas.⁸⁵

Como já apresentamos no primeiro capítulo, o tempo de Salutati foi de intensa atividade diplomática em função das turbulências bélicas e do contexto político agitado. Sendo assim, o modo de se comunicar e guiar as relações com seus interlocutores que costumava ser trabalho para escrivães e retóricos adquire um peso político decisivo. A forma através da qual se apresentar e se comunicar perante todas as forças que estavam em jogo no fragmentado cenário italiano falando em nome de uma cidade como Florença era fundamental para fazer alianças, para construir reputação, dar mostras de

⁸⁴ GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo.

⁸⁵ GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 21

confiança, intimidar o que não tem outro significado a não ser posicionar a cidade politicamente dentro do contexto de guerra. Tudo isso fazia com que a tarefa do chanceler exigisse mais do que as capacidades tradicionais de um escrivão ou de um retórico. Como descreve Garin, estavam em jogo a astúcia diplomática e a ciência jurídica, a *virtù* política, a capacidade de propaganda, a eficácia literária e a penetração psicológica.⁸⁶

Todas essas qualidades listadas por Garin que um chanceler deveria ter indicam a necessidade de uma boa educação intelectual, um refinado conhecimento histórico a respeito das ações dos grandes homens, assim como as qualidades também indicam sua capacidade de agir na cena pública, no confronto com outros homens. A rica cultura que os humanistas têm acesso, a herança clássica, é um elemento que não vem desacompanhado da ação cívica, a principal marca de ruptura em relação ao Trecento sugerida por Baron. O resgate da alta cultura literária está intimamente conectado com a possibilidade de agir através das instituições florentinas sob a orientação da cultura clássica.

O que nos interessa destacar a partir dos requisitos para se ocupar o cargo na chancelaria florentina é que eles são demandas das próprias condições históricas de diplomacia que exigem um homem sagaz e bem instruído. Dentro dessa perspectiva a atividade na chancelaria requeria a consciência histórica do que Florença representava na querela da península. Isso está de acordo com a hipótese de Baron que foi só a partir da consciência histórica do que representava o embate florentino contra as tiranias do norte que foi possível uma transição no humanismo.

⁸⁶ GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 23

As cartas da chancelaria adquiriam o tom de ordens aos homens de armas, instruções aos embaixadores, e em outros momentos assumiam um caráter de manifesto destinado a apresentar de forma clara e distinta as posições políticas das partes envolvidas em causa. Para escrever esse tipo de carta se fazia necessário o uso de especialistas nas técnicas do discurso persuasivo e especialistas nas relações humanas com uma experiência política relevante. Como aponta Garin, esse é o tipo de conhecimento de homens como Salutati, uma sabedoria da ordem da experiência e dos contatos pessoais, um conhecimento da vida prática, construído a partir de sua ação na cidade e através do fascínio pelos grandes nomes. É uma sabedoria que extrapola o domínio de uma doutrina específica e se dá no confronto da vida cotidiana com uma formação humanista. O puro homem de ação fornecendo uma linguagem para o problema cívico que estava em jogo.⁸⁷

O papel representado por ele dentro da vida da cidade não é o mesmo de um humanista do Trecento, e a novidade que ele apresenta é justamente a função que ocupa dentro de um corpo político republicano contextualizado historicamente. Como coloca Garin:

“A função política junto à municipalidade de Florença teve provavelmente uma importância decisiva para a renovação do saber que recebera de Petrarca um impulso tão profundo. Nos seus primórdios, o Humanismo afirmou-se no campo das artes da palavra, da lógica e da retórica; e, unido a essas, também no campo da moral e da política.”(GARIN:1996:23)⁸⁸

⁸⁷ GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 23

⁸⁷ GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 23

⁸⁸ GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 23

Podemos entender o trabalho do chanceler como a união entre um objetivo cultural poderosamente renovador do humanismo a uma vocação cívica. As cartas são coerentes com uma concepção de mundo e com uma visão dos deveres do cidadão, assim como com são coerentes com uma nova elaboração do republicanismo que tem como principal inspiração Roma. Podemos identificar uma postura carregada de valores políticos republicanos no epistolário da chancelaria que sobrevivem não só como ideal mas como um prática cotidiana de ação através das instituições.

O fato de um homem como Salutati, intelectual de formação humanista, tornar-se chanceler de uma república com o porte de Florença teve como consequência não só uma renovação da originalidade das formas de discurso, mas também dos modos de vida, das concepções políticas e da imagem de Florença; o mais importante a ser ressaltado diante dos nossos objetivos é que todas essas novidades que marcam uma nova fase no humanismo em Florença é que elas marcaram o início de nova uma tradição, ou seja, outros homens ilustres contribuíram para a continuidade de uma atividade política fortemente marcada pela retomada da cultura antiga assim como por temas republicanos. Suas ações ecoavam tanto no âmbito cultural quanto no âmbito político, fornecendo impulsos para a divulgação e a prática de uma nova vida na cidade, assim como impulsos para novas concepções de mundo e uma nova filosofia da vida em comum. Salutati se tornou uma referência importante entre os homens das letras e ao mesmo tempo falava em nome da cidade. Garin o coloca como um ícone da realização do ideal da vida ativa para o humanismo cívico e associa a hegemonia cultural florentina na Itália no período que vai do século XIV à meados do século XV a essa

nova fase em que os cargos públicos demandam uma postura carregada de valores políticos.⁸⁹

Seguindo os passos de Garin e através da análise de uma pequena parte do epistolário vamos destacar os elementos envolvidos na prática de Salutati que nos permitem falar em uma continuidade posterior no humanismo cívico legando a homens como Leonardo Bruni e Maquiavel não só um novo campo conceitual, mas uma herança política. Em termos gerais, como já mencionamos, os pontos mais relevantes são: 1) a originalidade das formas de discurso 2) o novo modo de vida da participação cívica 3) a imagem da república florentina associada ao conceito de liberdade e à herança romana.

Analisando parte do epistolário de Salutati podemos encontrar como os principais temas republicanos e cívicos passaram a fazer parte da vida pública:

“Nesta ilustre cidade, flor da Toscana e espelho da Itália, rival daquela gloriosíssima Roma da qual descende e cujas antigas pegadas segue, combatendo pela salvação da Itália e pela liberdade de todos, aqui em Florença, ocupa-me um trabalho ininterrupto mas de grande importância. Não se trata de uma cidade qualquer; não me limito a comunicar aos países vizinhos as decisões de um grande povo; devo manter informados dos acontecimentos os soberanos e os príncipes de todo o mundo.”(GARIN 1996:21)⁹⁰

No pequeno trecho da carta de Salutati a Gaspar, Escudeiro de Broaspini, em 17 de novembro de 1377, é notável a habilidade literária e o uso de elaboradas formas retóricas das quais se vale o chanceler para exaltar a grandeza de Florença, assim como o a posição preeminente ocupada pela cidade na Itália, envolvida nas mais diversas

⁸⁹ GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 24

⁹⁰ GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 21

relações internacionais. Isso não só prova que o tempo da liberdade não havia se extinguido como defende Alison Brown, como também destaca o perfil requerido para um chanceler desse tempo. Florença deve se portar como uma grandiosa cidade, e isso envolve necessariamente a exaltação de suas instituições republicanas que seriam as principais responsáveis pela liberdade.

Em primeiro lugar, as formas retóricas utilizadas para a construção desse discurso e a eficácia literária que ele apresenta colocam em evidência a formação humanista Salutati. Como comenta Garin, ele entrou em contato com as obras dos homens ilustres na escola bolonhesa de Pietro da Muglio, tornou-se amigo e correspondente de Petrarca e de Boccaccio, além de um admirador irrestrito de Dante. Homem embebido de cultura clássica, apaixonado e bem sucedido pesquisador de textos antigos, investigador e dignificador do saber latino, celebrador da filosofia e da poesia grega.⁹¹ São essas informações sobre a vida intelectual de Salutati que nos permitem falar em uma continuidade no humanismo, assim como em uma ruptura. A continuidade em relação ao humanismo do *Trecento* seria o domínio das formas retóricas e sua formação que tem a antiguidade clássica como referência, enquanto a ruptura em relação à primeira fase do classicismo diz respeito ao que Salutati faz com esse conhecimento na cena pública.

A respeito do conteúdo apresentado no trecho que destacamos através dessa tradicional forma retórica, podemos identificar concepções políticas e o olhar de Salutati para Florença, a forma como ele a concebia, que, obviamente, estava de acordo com a percepção cultural humanista e sua formação clássica. A liberdade é o centro em torno do qual orbita o humanismo cívico; ela é entendida como o único valor que torna a vida digna de ser vivida e é colocada como a grande marca do povo florentino. Florença é

⁹¹ GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 25

concebida como a defensora da liberdade, a cidade incumbida do dever de salvar a Itália das tiranias; elaborada como a herdeira legítima da Roma republicana dentro dessa exaltação retórica.

É importante ressaltar todos esses elementos quando buscamos interpretar a fala de Salutati em nome da cidade para evitarmos o equívoco de reduzir as posições políticas do humanismo cívico à retórica. Como argumenta Garin, o sentido do humanismo enquanto movimento cultural não está separado dos documentos ligados a uma prática cotidiana que representava o interesse republicano: “Obras como a *“Invectiva contra os Loschi”*, ou tratados como *“Do Tirano”* ligam-se de modo indissolúvel às missivas escritas na luta contra os Visconti. Aí aparecem as mesmas frases e os mesmos argumentos. Os tratados se fundamentam nas experiências e essas se articulam nas linhas de uma contínua reflexão.”⁹²

Ainda evitando a redução desse novo modo de vida à retórica e buscando trazer a tona a originalidade do discurso é importante estar atento, por exemplo, para o modo como é feita a evocação da história romana, por mais que fosse um procedimento comum, constituía uma base para a teoria da ação política e não só uma idolatria a tudo que fosse antigo. A retórica é nesse caso um instrumento cívico, uma arma de combate, um instrumento a serviço da construção de novos modos de vida centrados na liberdade e fundamentados na cidadania.

Salutati veio a ser um humanista que exercia o papel de artífice da política exterior florentina. Divulgava a imagem de Florença que serviu como impulso a novos estudos. Estamos diante de uma renovação política e cultural. Os ensinamentos não vêm mais das cátedras universitárias, mas do Palazzo dei Signori. Encontramos em Salutati a

⁹² GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 26

manifestação do humanismo na esfera pública como a construção de um saber a partir do vínculo entre a vida ativa e o elogio da liberdade humana.

*“Espero que um dia se possa escrever sobre o meu título que fui chanceler de Florença”*⁹³

Podemos recolher vários exemplos que o orgulho de Salutati por Florença dá a tônica de seus discursos. Era um orgulho em relação a imagem de Florença como o lugar da liberdade e como herdeira de Roma. Esse orgulho fazia parte do modo como ele exercia sua profissão e constituía o modo como Florença se portava, se apresentava e se concebia. Ele foi responsável pela propaganda de uma concepção do que representava Florença naquele contexto de tão variadas formas políticas. O mais interessante dessa imagem de Florença construída e divulgada pelos humanistas cívicos é que ela está de acordo com as condições históricas do que representava Florença na Itália.

O elogio de Salutati a Florença é fruto da ideia de que essa é a cidade ideal para todos os homens, uma vez que a liberdade, o mais nobre valor, é sua principal marca e o valor que Florença que se propõe a defender. Florença é a cidade com a mais elevada vocação humana, e por isso, Garin mostra como essa imagem de Florença divulgada por Salutati teve impacto na tradição através de afirmação de Bruni que diz que todos os que lutam pela liberdade são idealmente florentinos, isso são desdobramentos do desenvolvimento do humanismo:

“Leonardo Bruni, discípulo de Salutati, imitando um elogio feito outrora a Atenas, dirá, com êxito, que todo italiano é filho de duas pátrias: a do

⁹³ GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 22

seu lugar de origem e a de Florença, cidade plena de humanidade devido à sua vocação humana. Dirá ainda que todos os oprimidos, todos os banidos, todos os exilados, todos os que combatem por uma causa justa são idealmente florentinos.” (GARIN 1996:24)⁹⁴

O nosso objetivo ao retomar um pouco da trajetória de Coluccio Salutati é mostrar como o contexto histórico que colocava Florença diante de vários inimigos forneceu elementos para a construção de ideais políticos através não só da cultura humanista que vinha amadurecendo, mas da estrutura republicana de Florença que ganhou um elaborado vocabulário político. O contexto contínuo de guerra estimulou a associação entre Roma e Florença ao longo da tradição tendo como núcleo dessa relação a defesa da liberdade republicana. Bruni herdou essa temática, assim como Maquiavel e todo o pensamento italiano nos séculos de Renascimento. Nos próximos capítulos da dissertação vamos analisar detalhadamente o texto de Bruni e o texto de Maquiavel para que possamos entrar em contato direto com as formulações mais elaboradas dessa tradição. Até aqui interessa marcar a gênese de uma atividade pública que foi adquirindo peso político ao longo dos anos.

Nas cartas dos anos entre 1375 e 1378 o chanceler elabora os temas que serão centrais em sua filosofia política: as características do estado tirânico, e os fundamentos da vida civil. Salutati formulou o princípio de que toda lei que não se volte francamente para o proveito de quem é governado necessariamente transforma-se em tirania. Além disso, sustentou a ideia de que nas cidades livres o soberano é o povo. Garin defende a ideia que segue na esteira de Baron de que o ideal político de Salutati é definido em 1389 no embate com os milaneses liderados pelos duques da família Visconti. Cito um

⁹⁴ GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 24

trecho de uma carta de 1393 escrita por Salutati no seu exercício de chancelaria em resposta aos Visconti que já invadiam algumas cidades da região Toscana. Nessa carta é declarada a guerra da república contra o principado, da liberdade contra a tirania, de Florença contra Milão:

“Essa palavra, a paz, que é a primeira da carta, é uma imprudente mentira: como prova disso está a invasão da nossa terra... São estas as obras da paz? ... Para defender a nossa liberdade, declaramos guerra ao tirano lombardo que quer ser ungido rei, e pegamos nas armas pela liberdade dos povos oprimidos por um jugo tão terrível. Confiamos na justiça eterna e inefável do Deus supremo, para que proteja a nossa cidade, olhe para a miséria dos lombardos e não queira antepor a ambição de um único mortal a imorredoura liberdade do povo e à salvação de tantas cidade” (GARIN 1996:30)⁹⁵

Na sequência apresentamos mais um trecho através do qual podemos visualizar os traços distintivos do humanismo cívico e como o vocabulário republicano e a imagem de Florença elaborada através de sua relação com Roma:

“Se quisermos algum dia fazer reviver em nossos peitos o antigo vigor do sangue itálico, este é o momento de experimentá-lo, pois estamos movidos por uma causa justa. Qual é o italiano, qual é o romano que, prezando a virtude e o amor da liberdade, poderá suportar ver tantas cidades nobres, tantos castelos sofrerem a bárbara devastação dos franceses, enviados pelos dignitários da Igreja para saquearem toda Itália, enriquecerem-se com os nossos bens, beberem o nosso sangue? Mais cruéis do que os gauleses, mais atroz do que os tessalônicos, mais traiçoeiros do que os líbios, mais bárbaros do que os cimbrios, em nome da Igreja eles invadiram a Itália: homens sem fé, sem piedade, sem caridade, quando não se sentem

⁹⁵ GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 30

suficientemente fortes, apostam nas nossas discórdias, e para oprimir-nos, as suscitam, endossam e alimentam.” (GARIN 1996:27)⁹⁶

Essa parte do epistolário utilizada por Garin endossa a ideia de Baron a respeito dos novos rumos que o humanismo vai seguindo ao final do século XIII e no início do século XIV. Independentemente das polêmicas em relação à data de nascimento do humanismo cívico, tanto Baron como Garin recorrem à oposição entre Milão e Florença para desenvolver suas ideias, isso torna evidente que o humanismo é definido e orientado pelo republicanismo dentro de um contexto de estímulo para a participação cívica.

⁹⁶ GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da república florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala. Tradução: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo. Página 27

2.3 O expansionismo não é o fim da república

Voltando à questão militar que é o nosso objetivo central, vamos apresentar como ela se encaixa de modo mais amplo no projeto republicano que se forma em Florença para que depois possamos avançar em direção à formulação mais específica dos projetos militares nos textos de Leonardo Bruni e Maquiavel no próximo capítulo. O que está em jogo aqui é a investigação de como Roma influenciava a imagem de Florença, isso gerou polêmicas entre os comentadores que associaram o expansionismo da república romana ao núcleo do humanismo cívico florentino, no entanto, mostraremos que na questão militar a influência romana não diz respeito ao expansionismo, mas ao tipo de regime que Roma defendia e aos valores cívicos que esse tipo de regime incentivava em sua organização militar, que não aqueles cultivados nos principados e nas tiranias.

A melhor forma de iniciar esta sessão é começar pelo desvelamento da ambiguidade que está sugerida em seu título. Uma possibilidade de conceber o conteúdo do título: “O expansionismo não é o fim da república”, seria a de que ele afirma que a adoção de um projeto militar expansionista não representa a ruína de uma república, nem um rompimento com o ideal republicano. Encarando o título por esse ângulo, nos vemos diante de uma suposta compatibilidade entre uma política de aquisição de territórios e um regime que tem como duplo ideal a liberdade e a vida cívica.

Outra possibilidade de entender o conteúdo desse título é a de que ele está negando que a aquisição de territórios faça parte dos ideais que norteiam a ideologia republicana. Tomando essa via, o título nos faz entender que o expansionismo não faz parte das finalidades visadas pelo republicanismo, ou seja, o expansionismo não é uma necessidade que a república tem que suprir para se realizar enquanto regime político.

Partindo desse esboço teórico que nos oferece duas concepções diferentes a respeito da relação entre a questão militar e o republicanismo, nos aproximamos de uma polêmica que divide os estudiosos do Renascimento italiano. Afinal de contas, como podemos conceber as reflexões sobre o projeto republicano que se forma em Florença no século XV? O expansionismo é parte integrante dessa ideologia ou não? Como a inspiração advinda do imperialismo romano opera na construção dessa matriz republicana?

Norteados por essas questões, vamos propor uma possibilidade de abordar esse problema dando especial atenção ao capítulo quatro do livro II dos “*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*”⁹⁷; faremos isso seguindo a hipótese de que o estatuto do expansionismo no pensamento de Maquiavel, assim como o lugar que ele ocupa no humanismo deve ser revisto.

A escolha desse capítulo está a serviço da problematização de algumas teses de Mikael Hörnqvist, autor da obra “*Machiavelli and Empire*”, um dos expoentes da concepção de que o expansionismo não só é compatível com a república, mas também parte integrante do projeto republicano que se forma em Florença. Segundo ele, o pensamento de Maquiavel está na esteira do republicanismo imperial, ou imperialismo republicano, que seria a principal marca da retomada de Roma como um modelo no Renascimento; a compatibilidade entre expansionismo e república formaria assim o núcleo do pensamento italiano no século XV que se esforçou por responder a suas necessidades históricas.⁹⁸

Hörnqvist inicia sua investigação dando atenção às associações entre o conceito de *libertas* e o conceito de *imperium* ao longo da literatura do Renascimento. Segundo ele, é na associação entre esses dois conceitos que reside a retomada do

⁹⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007

⁹⁸ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli and Empire*. Cambridge University Press, 2004. página

republicanismo romano como um modelo; para ele, o link entre os conceitos está amparado na ideia renascentista de que a república tem duas finalidades: uma do ponto de vista interno (a garantia da liberdade) e a outra do ponto de vista externo (aquisição de territórios, glória).⁹⁹ , Hörnqvist não compreende o estatuto da influência desse texto em um momento de transição do mundo, no qual a filosofia passa a se relacionar com as ações públicas e se voltar para a prática muito mais do que para a realização de um ideal antigo.

O ponto de partida para quem busca investigar as relações entre *libertas* e *imperium* é a história de Salústio “*Belum Catilanae*”. É nessa obra que encontramos a ideia de que repúblicas livres são mais vigorosas e mais propícias a expandir-se do que monarquias e principados. O que sustenta essa ideia é a comparação do crescimento excepcional de Roma quando era uma república com o crescimento hesitante e a estagnação de Roma sob o domínio dos reis. Esse vigor das repúblicas também é comentado por Maquiavel e é um tema comum do Renascimento, mas essa ideia de Salústio não significa que em qualquer condição é sempre bom para a república expandir-se. A expansão é uma possibilidade mais poderosa que a república tem em relação ao principado, mas não fica claro que é um interesse do humanismo cívico promover essa expansão em Florença. Não pretendemos levantar uma polêmica em torno dessa interpretação da obra de Salústio, é de conhecimento dos estudiosos do Renascimento que a temática do expansionismo é central e certamente influencia o debate humanista em sua matriz republicana. No entanto, se buscarmos a linha que conecta Maquiavel a esse contexto teórico que começa a nascer no Trecento não é por essa via interpretativa que encontramos o melhor caminho.

⁹⁹ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli and Empire*. Cambridge University Press, 2004. página

A respeito do caminho tomado por Hörnqvist, tenho a impressão que o estatuto da retomada de Roma como um modelo deve ser revisto. O enxergamos de forma mais clara se encararmos como um modelo que serve mais como inspiração do que como objeto a ser copiado; primeiro porque, essa retomada do passado deve ser pensada à luz do contexto histórico no qual ela é forjada e para o qual ela serve; e, além disso, no pensamento de Maquiavel a retomada de Roma é distinta das primeiras recepções das histórias de Lívio e Salústio.

É importante dar atenção ao fato de que no nascedouro da tradição intelectual que tomamos como nosso objeto temos ao lado da influência das histórias romanas como a de Salústio a influência das leituras de Cícero e Aristóteles. Se somarmos essas influências buscando mapear de que forma Maquiavel se insere nessa tradição dois séculos depois veremos que o que realmente pesa nessa conexão são duas ideias principais: a tendência a valorizar a república como a melhor forma de assegurar a liberdade e a vitalidade/vigor do corpo político; e principalmente o modo de conceber a república em oposição aos principados e monarquias, os quais seriam modos de governo incapazes de garantir a liberdade e estariam fadados à tirania, tanto do ponto de vista da política interna quanto da externa.

Buscando conferir uma apuração metodológica à minha abordagem me apoiarei na ideia de Hans Baron de que o método de interpretar os grandes momentos de transição na história do pensamento à luz de seu contexto político e social ainda não prestou todo o serviço que poderia aos estudos do Renascimento¹⁰⁰. Com atenção a essa colocação, percebi que seria um contrassenso propor um projeto expansionista para Florença que almejasse aquisição de domínio fora da região toscana e muito menos fora

¹⁰⁰ BARON, Hans *From Petrarch to Bruni, studies in humanist and political literature*. Chicago: University of Chicago Press, 1968 prefácio, página vii

do reino itálico, dado o contexto político e militar em que Maquiavel escreve seus textos.

O impacto da tradição que vinculava república e império no pensamento de Maquiavel é melhor compreendido se observado através da lente que opõe a república ao principado. Dessa maneira, a influência dessa tradição responde diretamente ao contexto político inóspito no qual ocorre a guerra de 1402 entre o principado milanês de Giangaleazzo Visconti e a república florentina. O que interessa para os florentinos é se livrar da ameaça constante que representa um principado tão agressivo como o milanês em regiões vizinhas. Nesse tempo Giangaleazzo detinha o monopólio dos principais capitães de companhias mercenárias a seu serviço e levava a cabo uma campanha de expansão que visava o controle do norte. Para se defender Florença precisava que as cidades vizinhas representassem uma possibilidade de defesa conjunta e contenção da ameaça. A expansão é melhor entendida como um movimento em direção a expulsão do domínio do principado na região toscana.¹⁰¹

Baron reforça a importância dessa guerra em ter criado uma consciência histórica capaz de reconhecer a defesa da liberdade frente ao domínio tirânico, e com isso, ter propiciado o impulso cívico ao humanismo do Trecento, porque o que estava em jogo era a defesa de um tipo de regime frente a outro. É com esse importante giro chamado de humanismo cívico que podemos compreender como Maquiavel se conecta com essa tradição. É com a consciência do papel representado por Florença que começa a surgir a ideia da liberdade vinculada a um regime específico, expandir, portanto, seria defender um modo de governo livre para toda Itália.

¹⁰¹ Sobre esse assunto ver a seção 1.2 da dissertação onde falamos do monopólio criado pela família Visconti em relação aos *condottiere* e sobre a formação das ligas defensivas. MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009

Buscando examinar o lugar que Maquiavel ocupa nessa tradição que começa com as leituras de Salústio, não há figura melhor para nos ajudar a compreender as transformações pelas quais passam as ideias do que Coluccio Salutati. Assim como Maquiavel, homem de ação, que se insere nessa tradição de resgate do passado romano, com um acento cívico muito forte, isso é, respondendo à Florença de seu tempo. Nem Salutati, nem Maquiavel são meros retóricos inseridos em um processo cultural e literário de resgate do passado semelhante ao que ocorria no Trecento. Eles olham para o passado visando sempre o presente.

Como mostramos na sessão anterior em alguns dos discursos de Salutati podemos ver como a ideia que vincula república e império inspirada por uma matriz romana se modulou a ponto de opor a república ao principado de forma mais radical. O que está em jogo não é mais a ideia de Salústio de que os principados não são vigorosos e aquisitivos, mas sim de que eles são tirânicos e é preciso defender a república frente a essa ameaça, tornando a defesa da liberdade como o principal legado romano e não seus modos de expansão.

Valendo-me de outro olhar para essa inspiração romana presente em Maquiavel, vou sugerir um caminho alternativo ao de Hörnqvist para compreendermos como opera o expansionismo no projeto de Maquiavel para Florença. Ao invés de vincular o projeto maquiaveliano ao republicanismo imperial, acredito que seja mais coerente vinculá-lo ao humanismo cívico, por essa se mostrar uma alternativa mais razoável diante dos fatos históricos e mais frutífera na abordagem filosófica. Afinal de contas, para onde poderia Florença se expandir já que mesmo internamente era um corpo cindido? Como medir forças com a França e a Espanha sem uma ordenança militar permanente e aparatada administrativamente? Florença poderia no máximo restituir a liberdade às suas cidades

vizinhas buscando se defender já que militarmente estava completamente desorganizada.

No capítulo que escolhi para elucidar todo esse debate, chamado “*As repúblicas procederam de três modos para ampliar-se*”¹⁰² Maquiavel analisa e compara três diferentes políticas expansionistas: dos romanos, dos toscanos, dos gregos. Depois de fazer isso, Maquiavel encerra o capítulo dando as razões que deveriam inspirar os florentinos de seu tempo a seguir um desses modelos.

O modo de proceder dos gregos consistia em tornar as cidades conquistadas súditas ao invés de aliadas. É um modo de proceder considerado inútil em função das dificuldades que surgem na manutenção dessa conquista. É muito difícil subjugar um povo livre que tinha seus costumes próprios. Não é de se espantar que a ruína das repúblicas que procederam com o modo de fazer súditos resultou da insistência em conquistar o que não podiam manter.¹⁰³

O que me chama atenção à crítica que Maquiavel faz ao modo de expandir dos gregos é a causa para a qual ela aponta a fim de justificar as dificuldades que surgem na conquista. Toda a dificuldade de manter um domínio conquistado advém do costume da liberdade. Subjugar um povo que antes vivia livre é uma empresa muito onerosa, que exige muita *virtù* e também muita fortuna¹⁰⁴. Podemos identificar por detrás dessa afirmação a ideia de que uma república é mais vigorosa não só para expandir como pensava Hörnqvist, mas uma república também é mais vigorosa para se defender.

¹⁰² MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 195

¹⁰³ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 196

¹⁰⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 196 “*Por que encarregar-se de governar com violência, máxime cidades acostumadas a viver livres, é coisa difícil e trabalhosa. E se não estiveres armado, e com grandes exércitos, não conseguirás comandá-las nem governá-las.*”

É a partir dessa falha no modo de proceder dos gregos que Maquiavel passa para a análise do modo de proceder dos romanos. O erro cometido pelos gregos não foi outro senão falhar em lidar com o problema da liberdade. Os romanos, ao contrário, conseguiram a proeza de fazer aliados sem perder a sede do império e a prerrogativa do comando. Os romanos lidaram com a liberdade com mais *virtù* do que os gregos, mas ainda assim não são apresentados como o melhor modelo para Florença. Numa leitura apressada, o modo de proceder dos romanos parece o modo superior e o mais adequado para se utilizar como modelo, no entanto, Maquiavel deixa claro que esse é o melhor modo apenas para uma república que deseja expandir¹⁰⁵.

Florença não faz parte do grupo de repúblicas que carecem de um projeto expansionista e teriam Roma como o melhor modelo. Mesmo porque, ao fazer essa diferenciação entre as repúblicas que precisam se expandir e as que não visam isso, Maquiavel nos aponta os benefícios que seguem de uma política que não visa expansão e sim a defesa. O primeiro benefício é que não se entra em guerra com facilidade, outro é que conserva com facilidade aquilo que se conquista¹⁰⁶.

É aqui que ele passa para a análise do modo de proceder dos toscanos, onde podemos visualizar o melhor projeto de expansão para Florença. Projeto que está amparado numa prática militar de defesa e busca assegurar como fins da república a independência política frente às forças externas tirânicas e a participação dos cidadãos na condução da vida política da república, o ideal *vivere civile*. A empreitada de aquisição de territórios na região toscana deve ser entendida através da política das ligas, o objetivo dessa expansão não é nada mais do que expulsar o domínio do principado milanês, e estabelecer uma possibilidade de defesa conjunta.

¹⁰⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 198 “E não pode proceder de outro modo uma república que queira expandir-se; porque a experiência nos mostrou nada mais seguro nem verdadeiro”

¹⁰⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 198

Como afirma Maquiavel o método dos Toscanos “*consistia em formar uma liga de várias repúblicas, em que nenhuma se impunha à outra em autoridade nem em importância, e, nas conquistas, tornar aliadas as outras cidades, de modo semelhante ao que fazem os suíços em nosso tempo e ao que fizeram na Grécia, os aqueus e os etólios nos tempos antigos.*”¹⁰⁷

O modo de proceder das ligas ao não permitir uma grande expansão seguem-se dois benefícios: a) Não se entra em guerra com facilidade b) Conserva com facilidade aquilo que se conquista. Como justifica Maquiavel, não é possível uma grande expansão porque é uma república dividida *disgiunta*, com várias sedes, o que torna difícil as consultas e deliberações. Ademais, não há desejo de dominar, porque, sendo muitas as comunidades partícipes daquele domínio não tem apreço pelas conquistas tanto quanto uma república una, que espera gozá-las em sua totalidade. Além disso, as repúblicas da liga são governadas por um conselho, fazendo com que sejam mais lentas as deliberações do que aquelas que estão por inteiro dentro das mesmas muralhas.

¹⁰⁸Outro ponto destacado por Maquiavel na sequência de sua descrição é o de que a experiência também mostra que semelhante modo de proceder tem um limite fixo, e não há exemplo de que ele foi ultrapassado; esse limite consiste em juntarem-se doze ou quatorze comunidades, sem que se procure avançar mais, porque, atingindo o ponto em que sua defesa ainda lhes pareça possível, não procuram maior domínio, seja porque a necessidade não as obriga a ter mais poder, seja por não se ver utilidade nas conquistas. Não se vê utilidade nas conquistas porque elas precisariam ou prosseguir criando aliados, e dessa multidão proviria a confusão, ou criando súditos; mas, vendo nessa medida grande dificuldade, além de não acharem necessidade em mantê-los, não lhe

¹⁰⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 195

¹⁰⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 198-199

tem grande apreço.¹⁰⁹ Portanto, tendo atingido número com que lhes pareça possível viver em segurança, tendem a fazer duas coisas: uma é receber protegidos e concordar em dar proteção, e por esses meios obter de todos os lados dinheiro que possa ser facilmente distribuído entre elas; a outra é combater em favor de outros, recebendo soldo destes ou do Príncipe que as assoldade para suas empresas. É o que fazem hoje os suíços.¹¹⁰

Voltando a ambiguidade do título, por onde comecei o argumento, devo dizer que ele seria mais coerente se afirmasse que a expansão não é uma finalidade da república, mesmo que consigamos exemplos como o de Roma onde há uma compatibilidade entre império e república não é um exemplo suficiente, pois ele nos mostra um limite de expansão até onde a liberdade pode ser assegurada. E no momento em que a liberdade é perdida colapsa o ideal republicano mesmo que se continue a adquirir territórios. Por isso, concluímos que o expansionismo pode representar o fim da república e certamente não é o que ela visa. Descartamos assim uma das possibilidades contidas na ambiguidade

É por essa via que podemos caminhar em direção a um novo olhar para o projeto de Maquiavel para Florença. A inspiração em Roma deve ser abordada com cautela para não correremos o risco de ver projetos que não condizem com o contexto histórico. Por isso, encerrarei essa sessão com o trecho final desse mesmo capítulo, onde Maquiavel ressalta a importância dos florentinos também se lembrarem dos seus ancestrais toscanos, pois eles podem dar lições tão valiosas quanto a dos romanos: Cito:

¹⁰⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 198-199

¹¹⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 198-199

“E, mesmo que a imitação dos romanos parecesse difícil, não deveria parecer difícil imitar os antigos toscanos, sobretudo para os toscanos de hoje. Porque, se aqueles, pelas razões aduzidas, não puderam criar um Império semelhante ao de Roma, conseguiram conquistar na Itália o poder que aquele modo de proceder lhes permitiu. Poder que lhes foi assegurado, durante muito tempo, com suprema glória imperial e militar, para grande louvor de seus costumes e de sua religião. Tal poder e glória foram primeiramente diminuídos pelos franceses e depois extinguidos pelos romanos: extinção tão perfeita que, conquanto o poder dos toscanos fosse tão grande há dois mil anos, no presente quase não temos memória dele.”
(MAQUIAVEL:2007:200)¹¹¹

¹¹¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 200

Capítulo III

3. A CRÍTICA AOS MERCENÁRIOS

Nesse capítulo direcionaremos nosso olhar de forma mais detida e atenciosa ao conteúdo dos principais textos do Renascimento que trataram da questão militar italiana acerca dos soldados mercenários. A partir do que apresentamos no capítulo anterior, a respeito do vocabulário republicano que se formou no humanismo cívico, através de uma reinterpretação da antiguidade em Florença, como uma resposta às condições históricas, vamos investigar através desses parâmetros duas obras dessa tradição que atendem aos nossos interesses de abordar a evolução da crítica aos soldados mercenários.

A nossa referência na primeira seção (3.1) será o “*Della Milizia*” de Leonardo Bruni e na segunda seção (3.2) “*O Príncipe*” de Maquiavel. O interesse central é apreender o caminho argumentativo tomado em cada um dos textos que leva ao desenvolvimento de uma crítica ao uso de soldados mercenários. Alguns elementos do trabalho de Bruni são herdados por Maquiavel, e são justamente esses fatores que nos permitem abordá-los na perspectiva de um desenvolvimento do debate que acompanha, não só as mudanças históricas em relação ao uso de mercenários, mas as mudanças no humanismo cívico, e também uma transição na história da filosofia.

Nosso interesse é mapear tanto os pontos de contato, quanto o que distingue as duas obras, dando atenção para como a evolução da crítica aos mercenários acontece através de um acento político que vai se tornando mais forte, e da valorização cada vez maior do exercício da cidadania. Tanto Bruni, como Maquiavel, se relacionam com o grupo de pensadores a quem dedicamos o capítulo anterior: os humanistas cívicos, Bruni como um exemplo clássico e Maquiavel como um herdeiro e crítico dessa tradição. Homens de uma formação intelectual preciosa que estão à frente de

importantes cargos públicos em Florença. Ambos constroem sua obra a partir do paradigma da antiguidade, cada um à sua maneira, e a partir da experiência da Itália fragmentada. A natureza das razões que Bruni oferece para que um estado não se apoie no uso de tropas mercenárias difere das razões apresentadas por Maquiavel e é nosso objetivo traçar essa ruptura. Para chegar até ela vamos partir dos pontos que conectam os dois textos.

A principal ruptura do pensamento de Maquiavel em relação à herança de Bruni é o abandono da filosofia aristotélica, que é central para argumentação de Bruni. Dentre os pontos de contato podemos dizer que o republicanismo assim como os elementos mobilizados para a crítica aos mercenários são os dois principais.

3.1 DELLA MILIZIA DE LEONARDO BRUNI

Nessa seção tomaremos como principal referência teórica para abordar a problemática em torno das interpretações do “*Della Milizia*”¹¹² de Leonardo Bruni a influente obra “*War na Society in Renaissance Florence, The De militia of Leonardo Bruni*”¹¹³. Nesse livro, Charles Bayley nos oferece elementos que nos permitem compreender o texto de Bruni a partir dos parâmetros sobre os quais nos apoiamos até aqui e estabelecemos como critérios para estudar a guerra no Renascimento italiano, tais como, o humanismo cívico e o contexto histórico. Segundo Bayley, o “*Della Milizia*” é um importante elo na corrente de controvérsias que se estendem do século XIII ao século XVI em torno da substituição da milícia comunal por tropas mercenárias; e além disso, Bayley afirma que a queda da república vem para exemplificar a tradicional doutrina humanista de que o triunfo de mercenários sobre a milícia comunal anuncia o fim do ideal republicano – *finis reipublicae*.¹¹⁴ O ponto de vista de Bayley corrobora com o caminho que traçamos no primeiro capítulo, buscando descrever o processo que levou os mercenários a ocuparem o lugar que antes era das milícias comunais.

Compartilhamos do pressuposto de Bayley de que humanistas como Bruni, que tomaram a república romana como modelo para a política florentina de seus tempos, se incomodaram com o crescimento do desuso da milícia comunal, pelo fato de que isso significava um rompimento com o ideal romano de *civis armatus*.¹¹⁵ O rompimento com esse ideal, que tem os cidadãos como seus soldados, levou à elaboração de uma

¹¹² BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996.

¹¹³ BAILEY, Charles Calvert. *War and Society in Renaissance Florence: De Militia Of Leonardo Bruni*. University of Toronto Press. 1961.

¹¹⁴ BAILEY, Charles Calvert. *War and Society in Renaissance Florence: De Militia Of Leonardo Bruni*. University of Toronto Press. 1961. Página 1

¹¹⁵ BAILEY, Charles Calvert. *War and Society in Renaissance Florence: De Militia Of Leonardo Bruni*. University of Toronto Press. 1961. Página 1

dura crítica ao sistema de *condottiere*, essa crítica se constitui como um lugar comum do republicanismo desenvolvido em Florença.

A partir do contexto de produção da obra e de seu conteúdo teórico podemos entender o declínio da milícia comunal como o fator mais significante para a construção do “*Della Milizia*”. O cerne da crítica às modificações do sistema militar diz respeito à incompatibilidade do mercenário com a natureza da república e sua conservação, isso em função das maneiras e origens bárbaras dos mercenários, assim como de sua tendência a não se envolver em batalhas e transformá-las em negociações, sua infidelidade e avareza em relação a seus empregadores.

Esse caminho de análise proposto por Bayley, que estamos seguindo, se choca com a interpretação proposta por James Hankins para essa obra em seu artigo “*Civic Knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni’s De Militia*”¹¹⁶. Para ele o assunto central da obra não é uma crítica ao sistema de *condottiere*, mas um programa de reforma da cavalaria florentina construído a serviço dos interesses da oligarquia guelfa. Mais adiante vamos apresentar de forma mais detalhada esse argumento, que pretendemos combater, para que, só assim, possamos vincular as ideias de Bruni ao humanismo cívico e ao republicanismo. Antes disso, vamos apresentar o panorama geral da obra.

A obra é organizada a partir de quatro tópicos centrais:

- 1) A origem histórica e a origem filosófica da milícia.
- 2) A questão se a milícia moderna italiana se conforma com o padrão geral das ideias antigas sobre o serviço militar.
- 3) A questão sobre a reputação do soldado, suas vestes e ornamentos.

¹¹⁶ HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni’s De militia*. Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011.

4) a questão sobre quais são os deveres do soldado em tempos de paz.

Bruni anuncia essa disposição de seu discurso logo no início da obra ao apontar para as etapas de seu argumento. Em primeiro lugar ele irá abordar a origem e a instituição da milícia, para que assim fique claro qual é a natureza do soldado e qual é a natureza da milícia, isso é, como a antiguidade definiu as funções do soldado a partir da natureza da cidade. Feito isso, o procedimento de Bruni será comparar a milícia de seu tempo com aquela milícia originária e ver em que ponto elas se conformam. Esse procedimento serve como ponto de partida para a crítica ao sistema militar florentino ao constatar que a milícia se desviou de sua função original. O último ponto que Bruni irá abordar para concluir sua investigação e sua crítica aos mercenários é a pergunta acerca da função dos soldados no tempo de paz e a problematização da reputação dos soldados, afinal muitos dos problemas gerados pelos mercenários se relacionavam com essas duas questões, a busca dos mercenários por benefícios particulares e as condições artificiais de guerra que eles fomentavam para que suas oportunidades financeiras continuassem a existir.

Vamos reconstruir os argumentos de Bruni para que mais à frente possamos distinguir as rupturas e continuidades do pensamento de Maquiavel com as ideias presentes no *“Della Milizia”*.

O ponto de partida que fundamenta toda argumentação de Bruni é uma formulação do Zoon Politikon de Aristóteles. Segundo o humanista, se o homem é um animal civil e o soldado é um homem, toda instituição militar deve estar voltada para responder às necessidades da cidadania.¹¹⁷ Essa é uma tese forte que vincula o exercício militar ao exercício da cidadania, e é muito importante para o desenvolvimento da

¹¹⁷BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico-Editrice Torinese. 1996. página 657 - “In primo luogo, dal momento che l'uomo è un animale civile, e il soldato è un uomo, tutta l'istituzione militare deve risalire alla <civitas>, la città-stato, come ad un capo.”

questão militar entre os humanistas cívicos, principalmente da ideia de que o exército de uma república deve ser formado por cidadãos. Nesse estágio, o problema ainda se encontra associado à filosofia aristotélica-

Na sequência de seu argumento, Bruni utiliza outro conceito central da filosofia aristotélica que é muito influente nesse tempo de renovação da vida urbana, o conceito de *pólis*. Na matriz de pensamento bruniana a cidade é a promotora e autora de toda a vida e de todas as tarefas dos homens. É a forma como a cidade é ordenada, ou seja, o conjunto de suas instituições que distribui o ofício entre os cidadãos, atende suas necessidades, afasta as adversidades, e da união de muitos traz ajuda às necessidades dos indivíduos.¹¹⁸ Com essa concepção só poderíamos julgar justos os ofícios que são derivados da disposição das cidades e de seus ordenamentos.

A partir desses dois pilares: *Zoon politikon* e *pólis*, através dos quais a investigação de Bruni vai se desenvolver, podemos já apontar alguns elementos que serão utilizados na crítica aos soldados mercenários. Em primeiro lugar, podemos dizer que a atividade mercenária não é uma atividade que às instituições proporcionaram por si mesmas, são, na verdade, condições externas e particulares que desvelam a fraqueza das instituições. Em segundo lugar, que essa prática não está voltada para o exercício da cidadania, que seria a natureza do cidadão, mas está voltada unicamente para o lucro.

Como comenta Bayley, esse recurso a Aristóteles não é só um procedimento retórico de recurso à autoridade muito comum nas produções literárias do início do Renascimento. Ao contrário, é o que fundamenta sua ideia de que os deveres legítimos do homem como animal civil são determinados pelo estado, que distribui encargos públicos e responsabilidades, inclusive militares, entre os cidadãos, visando a

¹¹⁸ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 657 “La città, infatti, è promotrice e autrice di tutta la vita e di tutti i compiti degli uomini. Essa distribuisce gli uffici fra i cittadini, provvede alle loro necessità, tiene lontane le avversità, e dall’unione di molti porta aiuto ai bisogni dei singole.”

preservação e o avanço de toda a comunidade.¹¹⁹ Mesmo Hankins, que lê o texto por uma via que consideramos inadequada, reconhece que Bruni considera o serviço militar como uma função social e política necessária devido à sua instrução aristotélica. Uma vez que o soldado é um homem segue-se que uma investigação sobre a natureza do soldado é uma investigação sobre a natureza do estado.¹²⁰

A partir dessas considerações e desses parâmetros estabelecidos, Bruni investiga as origens da instituição militar como um serviço público, o primeiro grande tema da obra. Para dar cabo às suas intenções, Bruni insere um artifício metodológico dizendo que a forma da cidade é dupla e, por isso, a origem do serviço militar deve ser pesquisada em dois tipos de estados. Primeiramente, ele analisa a cidade ideal pensada pelos filósofos antigos, e depois ele estuda o maior exemplo histórico de perfeição de uma cidade: a república Romana. Ou seja, mesmo que a ideia de *pólis* funcione como um regulador do ideal de cidade, Bruni está atento para a distinção que separa a cidade ideal, pensada pelos sábios, que encontramos nos livros de história, da cidade real, que encontramos na prática. Segundo ele, encontramos os princípios da disciplina militar investigando essas duas cidades e esse seria o único caminho para conhecer a origem da milícia. Só assim poderíamos acessar o que se entende por filosofia e como ela foi introduzida pelos antepassados em suas próprias cidades.¹²¹ Como comenta Bayley, essa distinção de Bruni serve para estabelecer os pontos de identidade entre o estado abstrato dos filósofos e a Roma republicana moldada pela força e pelas circunstâncias

¹¹⁹BAILEY, Charles Calvert. *War and Society in Renaissance Florence: De Militia Of Leonardo Bruni*. University of Toronto Press. 1961.página 318

¹²⁰HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia*. Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011. página 8

¹²¹BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese.1996. página 659 “La forma dela città è dúplice: uma più raffinata, pensata dai sapienti, m ache si trova soltano negli scritti e nelle idee ingegnose; l'altra, quella che vediamo nella pratica e nella realtà. Nell'uma e nell'altra di queste due città dobbiamo ricercare i principi dela disciplina militare, se desideriamo conoscerne l'origine:cioè quale è stata pensata dai filosofi e quale, a sua volta, sai stata disposta dagli antenati nella città vera.”

históricas.¹²² Esse procedimento dos humanistas em geral de retomar a antiguidade deve ser entendido como uma volta ao passado que visa a ação no presente, por isso o cuidado de Bruni ao separar uma perspectiva histórica da investigação da perspectiva filosófica.

A formulação filosófica da ideia de *pólis* feita por Bruni se sustenta na ideia de que o homem é fraco e frágil por natureza, e, portanto, não é suficiente a si mesmo. Assim, os homens precisam de associação e união, de modo que qualquer um, conforme suas necessidades possa receber o que lhe falta da multidão conjunta em mútua assistência. Segundo Bruni essa associação só pode ser chamada de *pólis* ou *civiltà* se atingiu tal perfeição a ponto de possuir em si mesma tudo que o que lhe basta para viver sem ajuda externa. Quando ao invés, não basta a si mesma, não será chamada cidade, porque é próprio de uma cidade atender a plena satisfação das necessidades defronte às exigências da vida.¹²³

É importante destacar o terceiro elemento que é importante para a crítica aos mercenários que vem acompanhado do uso da noção de *pólis*. Dentro dessa perspectiva de que a perfeição de uma cidade está relacionada à sua autossuficiência, o mercenário seria justamente um indício de que a cidade não consegue suprir suas necessidades militares sem ajuda externa, as quais, como nos mostra Bruni na sequência do texto, são necessidades essenciais tanto na cidade teórica quando na cidade prática.

Depois de apresentar a tese de que a perfeição da cidade está associada com sua autossuficiência, surge a pergunta: quais tipos de homens seriam necessários para atingir tal perfeição? Para responder a essa pergunta, Bruni recupera a ideia de

¹²² BAILEY, Charles Calvert. *War and Society in Renaissance Florence: De Militia Of Leonardo Brunni*. University of Toronto Press. 1961.página 318

¹²³ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*.In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. *Unione Tipografico- Editrice Torinese*.1996. página 659 “ Si concorda tra i sapienti che l’uomo è di per sé troppo fragile e debole, e perciò non basta affatto a se stesso. Così gli uomini hanno bisogno di associazione e di unione, in modo che ciascuno, in base alle sue necessità, possa ricevere ciò che gli manca dalla moltitudine congiunta in una mutua assistenza.”

Hipodamo de Mileto sobre as melhores condições de qualquer estado. Para Hipodamo, toda cidade deve ser formada por três tipos de homens: os agricultores, os artesãos e os defensores da guerra¹²⁴. O campesinato para fornecer o trigo, os artesãos para produzir as casas, as vestes e as outras coisas necessárias à vida, os defensores da guerra, para preservar e salvaguardar essas mesmas pessoas e suas obras. Essa divisão feita por Hipodamo, e recuperada por Bruni, coloca a milícia como uma categoria não só necessária, mas natural a qualquer cidade que busca realizar sua perfeição, afinal os artesãos não podem continuar num lugar sem proteção, e os que os protegem não podem ficar sem os objetos necessários à vida. Bruni se apropria de uma forma de naturalismo para explicar a origem filosófica da milícia. Ela se origina de um princípio necessário e natural. É da agregação desses três tipos de homens que resulta um organismo suficiente em si mesmo e completo.

Para somar ao naturalismo de Hipodamo, o próximo passo de Bruni é resgatar o modelo platônico de Estado. Assim como Hipodamo, Platão divide os homens em três categorias, os agricultores, os trabalhadores e os guardiões, mas nesse modelo os guardiões são colocados em um posto mais valorizado já que sua função é defender os outros homens de seus inimigos comuns. Independente da reputação diferente concedida aos soldados pelos dois filósofos, Bruni atinge um consenso do que representava o serviço militar para aqueles que refletiram sobre ele na antiguidade: o fato de ser uma necessidade natural.

Apesar de questionar o modo de como Bruni se apropria de Aristóteles, dizendo que ele funciona mais como fonte histórica do que autoridade filosófica,

¹²⁴ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 659

Hankins concorda que para Bruni essa ideia da necessidade natural da milícia autossuficiente é a visão filosófica do papel da milícia na cidade¹²⁵.

Depois de estabelecer o significado filosófico do serviço militar como um exercício necessário da natureza do cidadão a partir de um consenso entre fontes da antiguidade, Bruni volta seu olhar para a etimologia da palavra *miles*. Na origem a palavra significava aquele que afasta o mal do estado. Não é nosso interesse aprofundar na discussão etimológica que decorre desse ponto, mas é importante ressaltar como o paralelismo entre os métodos gramáticos e históricos fazem parte da construção desse texto vinculando-o de forma direta à tradição humanista.¹²⁶ Bayley dedica um capítulo de seu livro à análise da estrutura retórica do texto e dos métodos clássicos utilizados em sua composição, e através dele podemos perceber a alta sofisticação comum aos textos humanistas e que está presente no “*Della Milizia*”.

Depois de apresentar esse quadro teórico no início do texto, Bruni como bom humanista cívico, diz que uma vez estabelecidos os fundamentos da cidade e estabelecidas suas partes, se abre para os oradores o campo de celebração da justiça, do amor e da força. O que Bruni está querendo dizer é que a partir do momento em que a cidade realiza sua autossuficiência e mostra que sem ela não poderia haver vida para o homem e sem ela o homem não encontraria a satisfação de suas necessidades, surge o amor à pátria e o louvor da morte pela pátria. A ideia de que é só depois de organizados os fundamentos de uma cidade que é possível aos escritores e poetas fazerem sua arte repercute no pensamento de Maquiavel tanto no “*Príncipe*” quanto na “*Arte da Guerra*”.

¹²⁵ HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia*. Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011. página 9

¹²⁶ HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia*. Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011. página 10

Bayley considera que o recurso de Bruni à antiguidade chega a um ponto de unanimidade que é o fato da cidade perfeita ter de ser autossuficiente, e ser capaz de suprir os requisitos essenciais da vida através do esforço de seus cidadãos.¹²⁷ Esse conceito nos direciona para a ideia de que o exército deve ser formado por seus próprios cidadãos. Na questão militar seria esse o símbolo de autossuficiência. Um ponto interessante levantado por Bayley é o de que Bruni recorre primeiro a Hipodamo por ele ser um engenheiro militar e planejador de cidades descrito por Aristóteles no livro II da política como a primeira pessoa de fora da estrutura política institucional a investigar as melhores formas de governo.¹²⁸ Foi por um cidadão que o serviço militar foi pensado como um dever natural da *pólis*.

Dado o primeiro passo, Bruni vai em direção à parte histórica do estudo das origens da milícia. Ele se apoia principalmente em Lívio e Cícero e pondera que na melhor sociedade histórica, o serviço militar era tratado de forma diferente da tratada pelos filósofos. Para Bruni, Roma era sem dúvida o melhor de todos os estados que já existiram, mesmo sendo moralmente inferior à república dos filósofos. Roma era inferior por ser guiada pela fraqueza e fragilidade humana ao invés de ser guiada pela razão. No entanto, ela tinha a vantagem em relação à cidade dos filósofos de ser possível, ser real.¹²⁹ Bayley afirma que Bruni compartilhava com Aristóteles e com Políbio, seu historiador preferido, a convicção de que construções abstratas e moduladas pela razão de seus criadores eram normalmente impraticáveis ou eram perigosas

¹²⁷BAILEY, Charles Calvert. *War and Society in Renaissance Florence: De Militia Of Leonardo Brunni*. University of Toronto Press. 1961.página 319

¹²⁸ BAILEY, Charles Calvert. *War and Society in Renaissance Florence: De Militia Of Leonardo Brunni*. University of Toronto Press. 1961.página 319

¹²⁹BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese.1996. página 667 “Ormais si è detto abbastanza dela prima forma dela civitas. Ora occupiamoci dell'altra: e poichè in questa si trovanomoltissime città, e ciascuna fodata su istituzioni e costumi propri, noi guardiamo soprattutto a Roma, come la città più importante di tutte e quella meglio organizzata.”

fundações doutrinárias.¹³⁰ Independentemente dessa discussão o que nos interessa destacar é a atenção de Bruni para uma filosofia que é feita visando a prática e não só uma busca despropositada pela verdade.

De acordo com Bruni, a origem histórica da milícia coincide com o serviço militar no estado fundado por Rômulo, caracterizado como uma condição temporária. Soldados não formavam uma classe a parte, mas eram cidadãos exercendo deveres militares em tempos de necessidade. Bruni diz que o artesão partia para a guerra não como artesão, mas como soldado, e depois retornava ao seu trabalho não como soldado, mas como artesão. Durante o tempo de serviço, os cidadãos gozavam da honra e dos privilégios da milícia, depois da guerra deixavam de gozar desses privilégios e voltavam às suas posições originais.¹³¹

Outro ponto central que caracteriza a origem histórica da milícia é o juramento militar que Bruni recupera do primeiro livro do “*De Officiis*” de Cícero. Na república fundada por Rômulo só se tornava um soldado sob um juramento e quem não era soldado não tinha a permissão de combater contra o inimigo.¹³² Na perspectiva de Bruni, o juramento funcionava como uma garantia que impedia o cidadão de agir como soldado e vice-versa.

Dessa maneira Bruni caracteriza a origem histórica da milícia a partir de três pontos centrais: 1) um serviço temporário 2) um serviço vinculado a um juramento religioso 3) não era permitido combater a quem não fosse soldado. Depois de apresentar a organização militar romana de forma mais geral, Bruni caminha em direção aos modos mais específicos de suas estruturas.

¹³⁰ BAILEY, Charles Calvert. *War and Society in Renaissance Florence: De Militia Of Leonardo Bruni*. University of Toronto Press. 1961. página 321

¹³¹ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 669 “L’artigiano partiva per la spedizione non come artigiano ma come soldato, e pòirtornava al suo lavoro non come soldato, ma come artigiano.”

¹³² BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 669

Todo o exército de Romulo foi dividido entre os cidadãos que prestariam serviços como infantes e os cidadãos que prestariam serviço como cavaleiros. E essa divisão, como aponta Bruni, dizia respeito a uma superioridade da cavalaria, e que pertencer a essa classe era concedida aos cidadãos mais elevados ou por dignidade, ou pelo tipo de vida, ou pela honra. A mobilidade equestre passou a ser símbolo de nobreza e dignidade, que não era concedida só em tempos de paz e se tornava uma via de acesso ao senado, ao consulado e a diversos cargos políticos.¹³³ Bruni não condena essa divisão entre a nobreza da cavalaria e as outras posições, porque da mesma forma que um cargo no senado é uma honra para um plebeu o mesmo ocorria com os que combatiam a cavalo. É a partir desse ponto que se desenvolvem a maioria das críticas de Hankins que pretende desvincular a obra da forma como leu Bayley, que segue a esteira de Hans Baron. No entanto, Bruni deixa claro que da mesma forma que um pode ser ilustre sem ser rei, alguém pode ser nobre sem ser patrício e mesmo assim se tornar cavaleiro. Para ele, Romulo garantiu os direitos e a liberdade da plebe, pois a mobilidade equestre era algo que se poderia alcançar através da honra e da “importância”.¹³⁴

Depois dessas considerações, Bruni encerra o primeiro ponto que se propôs a discutir tendo apresentado a origem e a natureza da milícia, tanto na cidade abstrata, quanto na cidade real, e conclui que se podemos deduzir alguma coisa sobre o que é o soldado, certamente o soldado é quem protege os cidadãos e os defende na guerra estando obrigados legalmente por um juramento religioso. A milícia dessa forma é definida de forma precisa por Bruni como uma atividade muito honrosa e extremamente

¹³³ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 671

¹³⁴ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 673 “così Romolo: egli volle che la plebe avesse i suoi diritti e la sua libertà. Pure,, distinse cavalieri dalla plebe e dispose che fossero molto a di sopra di essa, ed eccellesero per dignità, per importanz, per onore.”

necessária, designada em conformidade com o direito natural para a conservação da cidade.¹³⁵

O segundo grande tema do “*Della Milizia*” explorado de maneira breve é como a milícia do tempo de Bruni se adequa às origens do serviço militar. Para ele, a milícia de seu tempo só guarda duas características em comum com a de Rômulo, a nobreza a cavalo e a plebe a pé, e o juramento. Enquanto com a milícia dos filósofos guarda a semelhança de ser um serviço permanente e não temporário. Essa milícia produz alguns efeitos sociais. Dentre eles está a busca da parte de cidadãos que procuram a milícia almejando se elevar socialmente da plebe para garantir uma boa condição na cidade para seus herdeiros assim como adquirir honras e dignidade e os que entram pelo fascínio do juramento¹³⁶. Apesar da nobreza dos cavaleiros e da reputação conferida a eles pelo povo, Bruni deixa claro que poderíamos chamá-los de soldados ao invés de cavaleiros em razão da função que eles cumprem, que é a mesma do soldado envolvida na natureza do serviço militar, da mesma forma que poderíamos chamar um senador de cidadão, por exemplo.¹³⁷

E de forma breve, Bruni conclui o segundo tema mostrando em quais aspectos a milícia de seu tempo se conforma com a milícia original: no juramento e na divisão política e social entre cavalaria e infantaria. O interessante de se notar é que apesar da conformação entre esses aspectos do exército romano com a milícia do tempo de Bruni, ele não abandona o incômodo apresentado no início da obra a respeito do desvio que a

¹³⁵ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 675 Si è dimostrato abbastanza, a mio parere, quali siano, nell'uma e nell'altra forma de città, l'origine e la natura dela milizia; e da queste si è potuto dedurre che cosa sai il soldato. Il soldato non è altro che il custode dei cittadini e il loro difensore in guerra, a ciò obbligato legalmente con giuramento. La milizia, poi, è proprio la cosa, certamente onorevolissima ed estremamente necessaria, designata in confomità al diritto naturale, per conservar ela città.

¹³⁶ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 675

¹³⁷ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 678

milícia italiana sofreu de sua forma originária. Logo no primeiro parágrafo da obra, Bruni descreve a milícia de seu tempo como algo que se desviou de sua natureza e conserva poucos vestígios de sua instituição original¹³⁸. É a partir do que separa esses dois tipos de organização militar, e não a partir do que elas têm em comum, que encontramos os principais elementos para desenvolver a crítica aos mercenários a partir da filosofia construída por Bruni e posteriormente por Maquiavel.

O terceiro tema do “*Della Milizia*” é a investigação sobre o significado dos ornamentos de ouro e todas as decorações utilizadas pelos soldados. Bruni começa apresentando duas opiniões distintas sobre o assunto. A primeira de que muitos acreditam que só o ouro dignifica a atividade militar e que é pela decoração que se distingue os bons soldados. Os que defendem essa opinião creem que se tirarmos o ouro do soldado não há motivo algum que o faça exercer esse serviço. A segunda opinião não atribui um vínculo tão grande entre a atividade militar e o ouro, mas entendem que o ouro e as joias são próprias do mundo feminino, enquanto o que é próprio ao soldado são as armas e o ferro.¹³⁹

Sobre essas duas opiniões, a primeira consideração de Bruni é a de que o ouro só veio a fazer parte do universo da cavalaria mais tarde e nunca da infantaria, e ainda assim, não faz parte de sua instituição originária. A cavalaria de Rômulo não fazia uso de ouro. Nesse sentido, é algo que não remonta nem à origem histórica nem à origem filosófica. Isso deixa claro, como afirma Bruni, que é manifesto que a força e a natureza da milícia não dependem em nenhuma instância do ouro e dos ornamentos, mesmo

¹³⁸ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 655 “ Confesso, o illustrissimo, che anch’io spesso ho avuto dubbi su questa milizia del nostro tempo, di solito assegnata come dignità ed onore a uomini insigni, e che com attenzione ho indagato sui suoi inizi e le sue evoluzioni. Certamente, como ho appurato, l’usanza è molto vecchia ed há le sue radici nella stessa più lotana antichità. Ma poi há degenerato col variare dei costumi, e così nel corso di molti secoli há deviato dalla sua strada, sicchè sembra che ormai dela sua propria natura e dela sua originaria istituzione conservi solo poche vestigia.”

¹³⁹ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 679

porque nem todos os cavaleiros passaram a fazer o uso desses artefatos.¹⁴⁰ Sobre esse assunto Bayley comenta que o interesse de Bruni ao opor as duas opiniões a respeito do uso do ouro é ilustrar a estupidez dos que acham que o ouro confere qualquer tipo de virtude a quem o usa.¹⁴¹

A partir dessa crítica à ganância do soldado, encontramos mais um elemento essencial para a crítica aos mercenários. Trata-se da ideia de que eles têm como finalidade exclusiva o lucro. A verdadeira honra do soldado está em exercer essa nobre função garantida por juramento e não nas honrarias que ele alcança e nem na posição política que ocupa. Sua virtude e sua natureza estão voltadas exclusivamente para a defesa dos seus concidadãos. Não podemos deixar essas colocações passarem despercebidas afinal elas representam uma crítica direta a modos que são a definição da atividade mercenária.

Na sequência do texto, Bruni mostra que a introdução do ouro só vem a partir de Tarquínio para distinguir os que são da plebe e os patrícios, sendo o uso de maneira moderada apenas com anéis e não de utensílios extravagantes. O lugar ao qual Bruni quer chegar é que é de acordo com o antigo costume os cavaleiros deviam ser coroados com uma coroa de oliva, para distinguir os soldados mais honrosos. Essa coroa só era mantida para assegurar a dignidade da cavalaria e a superioridade dela em relação à infantaria.

O último tema do tratado é o da função dos soldados nos tempos de paz sobre o qual Bruni afirma que as ideias são muito diversas, mas nenhuma sustentada com a rigorosa metodologia que ele está utilizando. Como coloca Bayley, essa é a mesma pergunta com a qual Cícero inicia o seu “*De officiis*”, a qual ganha a mesma resposta de

¹⁴⁰ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 679

¹⁴¹ BAILEY, Charles Calvert. *War and Society in Renaissance Florence: De Militia Of Leonardo Bruni*. University of Toronto Press. 1961. página 325

Bruni: um soldado é por essência um guerreiro e em tempos de paz não há necessidade de guerreiros.

Voltando ao exemplo romano, Bruni mostra que os soldados desempenhavam diversas tarefas nos tempos de paz tais como: se ocupar dos impostos, exerciam a magistratura, assumiam o cargo de tutores, aplicavam-se em assuntos de família e patrimônio etc.¹⁴² Mas a verdade é que não podemos chama-los de soldados quando estão exercendo atividades que não são dessa natureza. Como retoma Bruni, “soldado” é um nome de guerra, é uma função que se assume na guerra. As ações praticadas em uma guerra não tem espaço na vida civil, quando os soldados retornam às suas casas a função que eles ocupavam é esvaziada. A partir desse ponto, Bruni critica a organização militar florentina por ter os soldados com uma função permanente. Em tempos de paz, as ações militares não tem razão de ser dentro da própria cidade. Bruni dá um exemplo que se um médico assume a função de tutor de um jovem, ele exerce essa função não como médico, mas como professor. Ou seja, todas as funções que o soldado pode exercer nos tempos de paz não são propriamente funções de soldados.¹⁴³

É importante destacar mais um elemento decisivo para a crítica aos mercenários: a guerra para os mercenários é uma profissão, por isso nos tempos de paz ou eles fomentam condições artificiais de guerra ou vivem como foras-da-lei, atacando a estabilidade da vida civil com seus modos violentos. Nos tempos de paz, os mercenários não ocupam outras atividades como sugere Bruni que os soldados o façam, procuram ou criam outras guerras.

A única função que o soldado poderia exercer nos tempos de paz que é própria do soldado é aquela que se necessita da força bruta, situações em que disputas forenses

¹⁴² BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 687

¹⁴³ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 691

não são capazes de resolver e a violência aparece como única via. Assim o soldado deve defender os fracos com sua força e não com sua eloquência ou conhecimento das leis. Defender os fracos é uma ação própria dos soldados nos tempos de paz, que corresponde à estima e à fama que existe em torno dos soldados. No entanto, como mostra Bruni, misturar as ações militares e as armas com os cidadãos e a paz costuma gerar confusão na cidade.¹⁴⁴

A conclusão a que chega Bruni é que fora dos tempos de guerra não existe nenhuma tarefa para o soldado a não ser que não exista paz interna e as condições de violência contra os cidadãos sejam constantes, afinal é da natureza do soldado defender seus concidadãos. Só quando há guerra civil nos tempos de paz é que há espaço para a ação dos soldados.¹⁴⁵

A partir dessas considerações, Bruni comenta que as ações dos soldados em tempos de paz podem ser vinculadas à honra ou trazer desonra para a própria milícia. O que é inaceitável para um soldado nos tempos de paz e contraria seus deveres naturais é usar de sua condição e praticar violência contra os cidadãos que ele deveria estar protegendo. Bruni coloca esse ato como uma traição. Os ultrajes feitos entre os cidadãos são sempre detestáveis, mas se esses ultrajes quando vêm de um soldado é sempre mais desonroso. O soldado é protetor dos cidadãos por juramento e é da natureza de sua profissão considerar apenas isso. Por isso, o soldado deve evitar fazer qualquer mal aos cidadãos através de ofensas e violência, pois isso é contrário a seu ofício.

Quando a milícia é permanente e o soldado não retorna a outra atividade, ele precisa de ter muitas riquezas, para não precisar de pensar em ganhos através de outra

¹⁴⁴ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 693

¹⁴⁵ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 695

profissão. Assim passam a representar um peso financeiro pro estado que tem que assegurar a condição deles. É a partir daqui que aparece o cerne da crítica aos mercenários de Bruni: é contrário ao serviço militar estar voltado para o lucro, ignóbil e desonroso¹⁴⁶. Ou seja, essa atividade não pode representar uma possibilidade de ascensão social, pois traz mazelas para todo o corpo político. Essa é uma crítica ao sistema de exércitos permanentes de mercenários, que vai se formando na Itália ao longo dos anos do Renascimento. Afinal de contas, a atividade mercenária não tem outra finalidade que não seja o lucro, o que é absolutamente contrário à natureza dessa profissão e incompatível com sua dignidade. O soldado deve proceder na vida com um critério seguro e estável, só assim terá seu posto honrado. Como aponta Bayley, recorrendo ao princípio de conduta estoico de que o homem deve conhecer sua natureza e aperfeiçoá-la, Bruni fala sobre a necessidade de uma harmonia entre a natureza espiritual dos guerreiros e as demandas de seu serviço militar¹⁴⁷. Algo que mercenários jamais serão capazes de alcançar.

Bruni encerra o tratado apresentando como seria a fala de um soldado honroso e a fala de um soldado degenerado, levando em conta o que foi dito até então no tratado, a saber, a incompatibilidade da ação militar com o lucro e o ouro, a diferenciação das ações nos tempos de guerra e paz, a obrigação natural do soldado de defender seus concidadãos. São esses os principais elementos que nos permitem estabelecer uma continuidade com o que pensou Maquiavel a respeito da crítica aos soldados mercenários, como mostraremos.

¹⁴⁶ BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*. In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. Unione Tipografico- Editrice Torinese. 1996. página 697 “A questa professione è assolutamente contraria ogni brama di guadagno. Perciò il mercanteggiare, sebbene per altri sai decoroso, per il soldato sarà ignobile e disonorevole: è contro la sua professione.”

¹⁴⁷ BAILEY, Charles Calvert. *War and Society in Renaissance Florence: De Militia Of Leonardo Bruni*. University of Toronto Press. 1961. página 333

Como dissemos no início desse capítulo, Hankins lê a obra por outra perspectiva e não reconhece o conteúdo que apresentamos até aqui como o mais importante a se destacar no texto. Ele se opõe à leitura de Bayley e inicia seu artigo sobre o “*Della Milizia*” nos apresentando uma imagem literária do declínio da cavalaria florentina construída ao final do século XIV, que, segundo ele, correspondia de alguma maneira às mudanças da realidade histórica, que atravessaram o sistema militar e são a principal influência da obra. Nessa perspectiva o que Bruni estaria criticando não seriam os soldados mercenários, mas um determinado momento de decadência da cavalaria florentina.

Nós entendemos que o declínio da cavalaria se relaciona com todos os pontos da argumentação de Bruni que levantamos para estabelecer os parâmetros da crítica aos mercenários. No entanto, mesmo se o declínio da cavalaria está diretamente relacionado à substituição contínua das tropas comunais por mercenárias, eles são a raiz do problema. Como mostramos no primeiro capítulo através do trabalho de Michael Mallet, desde o século XIII os primeiros lugares que os mercenários vieram a ocupar nos exércitos foi justamente a cavalaria por serem mais bem treinados e eficientes, deixando só o recrutamento da infantaria voltado para os cidadãos.

Hankins se esforça para mostrar que os nobres pertencentes à classe da cavalaria gozavam do prestígio e dos privilégios da cavalaria sem assumir as responsabilidades militares desse encargo. Não se sentiam envergonhados pela falta da *bellica virtus*, e sua honra era transfigurada apenas na oportunidade de se vestir de maneira extravagante. Estavam interessados só em seus lucros e mal sabiam manejar uma espada, mas se vestiam com ouro e brilhantes numa tentativa de mostrar seu valor e

honra mesmo sendo covardes, pois nos momentos de guerra as cidades passaram a confiar em sua infantaria e contratar uma cavalaria mercenária que era mais eficiente¹⁴⁸.

Essa imagem de decadência, declínio e desconfiança em relação à dignidade da cavalaria é construída através das citações de Giovanni Bocaccio no “Corbaccio”, do jurista Cino da Pistoia, e uma historieta cômica de Franco Sacchetti. Em todos esses exemplos, tanto no âmbito literário quanto no âmbito cívico, a figura do cavaleiro é satirizada e duramente criticada¹⁴⁹ Em Florença acontecia de uma criança de quatro anos de idade ou um homem velho no seu leito de morte serem nomeados cavaleiros. O título da cavalaria era na verdade resultado de uma ação política e não resultado de virtude militar. Conferir privilégios políticos era o que estava em jogo e não propriamente a função militar da cavalaria. A ideia de Hankins é que o objetivo era sempre enfraquecer ou fortalecer o poder da Parte Guelfa, uma sociedade política conservadora em Florença, que era também uma aliança militar a qual pertenciam os cavaleiros.¹⁵⁰ Outra negligência a respeito da função militar da cavalaria foi mostrada pela prática de conceder o título de cavaleiro a homens que eram mandados em missões diplomáticas. Em 1419 muitos foram feitos cavaleiros apenas para enriquecer o espetáculo de recepção à solene entrada do papa Martin V em Florença.¹⁵¹

Esse contexto apresentado por Hankins como um motivador importante do “*Della Milizia*” certamente faz parte da crise militar florentina e está diretamente relacionada com as críticas feitas por Bruni em seu texto. O declínio da cavalaria está associado com as funções permanentes, com as honrarias concedidas, que nada têm a

¹⁴⁸ HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia*. Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011 página 3

¹⁴⁹ HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia*. Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011 página 2

¹⁵⁰ HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia*. Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011 página 3-4

¹⁵¹ HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia*. Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011 página 5

ver com a guerra e principalmente com o fato da atividade militar estar desviada de sua natureza. Apesar disso, Hankins insiste em ler o texto como uma manobra retórica, para assegurar privilégios oligárquicos, como se as razões que Bruni oferecesse para o declínio da cavalaria não se relacionassem com o crescimento de forças mercenárias permanentes. O fato da cavalaria ter perdido sua substância marcial está diretamente relacionado à posição que os mercenários passam a ocupar, eles se tornaram a melhor alternativa em termos práticos e deixaram a função da cavalaria esvaziada tanto nos tempos de paz quanto nos tempos de guerra, transformando-a num sistema corrupto de favorecimento político.

Para continuar a desenvolver sua crítica, Hankins mostra que a partir de 1419 a Parte Guelfa começou a tomar a frente de um projeto de reforma da cavalaria. Segundo Hankins, a Parte era uma instituição que ocupava um lugar semi-público, semi-privado na vida florentina. O projeto dessa elite conservadora nada mais era que tentar garantir a posição de famílias antigas em Florença e minimizar a influência de *gente nuova* na política e na sociedade. Era também a instituição encarregada de supervisionar as atividades relacionadas à cavalaria comunal, a *dignità cavalleresche* conferida pela comuna de Florença a cidadãos escolhidos.¹⁵²

A Parte procurava excluir gibelinos e camponeses dessa classe cavalheiresca. A dignidade da cavalaria seria renovada tirando ela das mãos dos “impróprios”. Esse movimento de reforma culminou na revisão dos estatutos da Parte Guelfa em março de 1420. Os novos estatutos foram aprovados para garantir o controle dos assuntos da Parte às antigas famílias guelfas e manter de fora a *gente nuova*. Eles também pretendiam prevenir a indiscriminada criação de cavaleiros comunais, que desfigurou a instituição do passado.

¹⁵² HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia*. Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011 página 3-4

Esses estatutos foram revistos por uma comissão de seis membros da Parte, dentro os quais Rinaldo degli Albizzi, um homem que tinha herdado recentemente um papel de liderança em Florença. Essa comissão foi auxiliada no seu trabalho de elaboração dos novos estatutos por um antigo secretário apostólico de quatro papas, Leonardo Bruni de Arezzo, que havia começado recentemente uma nova carreira em Florença como seu historiador oficial.

Para Hankins, a conexão de Bruni e Albizzi é peculiar já que dois anos antes da revisão dos estatutos da Parte Guelfa, Bruni dedicou a Rinaldo o “*Della Milizia*”. O argumento de Hankins leva em conta a coincidência de data (proximidade da data do tratado e da data da revisão dos estatutos), a coincidência de pessoas e também o tema do tratado situando a obra de Bruni como uma parte do programa de reforma da cavalaria comunal. Para Hankins, o texto seria melhor traduzido como “da cavalaria” porque responde a demanda da Parte Guelfa por uma renovação da cavalaria, que já não mais apresenta virtude bélica e é só uma classe privilegiada.

Para Hankins o objetivo do “*Della Milizia*” não é nada menos do que se apropriar do mais glamoroso ideal medieval, o da cavalaria, e reinterpretá-lo em termos Greco-Romanos de serviço militar. Em outras palavras, ele queria fazer uma reforma da cavalaria através de uma retomada da antiguidade. Hankins menciona o estudo de Bayley como uma leitura mais ortodoxa, e entende que sua visão do trabalho de Bruni a serviço da Parte Guelfa é uma leitura menos comum. Para Bayley, o “*Della Milizia*” é enxergado como uma crítica ao sistema de condottiere, falando de forma mais resumida.

Hankins recorre à objeção de Paul Kristeller, que pontuou que a palavra milita deveria ser traduzida como cavalaria, não milícia no sentido de tropas cidadãs voluntárias. Bertelli sugere que o tratado deve ser considerado em conexão com a reforma da Parte Guelfa em 1420 mais do que com uma reforma do sistema de

condottiere. Goldbrunner também repetiu essas críticas ao trabalho de Bayley. Hankins mobiliza esses autores para dizer que a visão de Bayley é enviesada, dá falsa ênfase ao problema dos *condottieri*. Hankins reconhece que Bayley compreende a dimensão do texto que está voltada para o declínio da cavalaria cívica e às críticas aos cavaleiros sem virtude bélica, mas mesmo assim afirma que Bayley força a leitura na direção da crítica aos condottieri.¹⁵³

Sobre essa crítica de Hankins ao trabalho de Bayley cabe mencionar que os elementos fundamentais da crítica aos condottieri feita por Maquiavel tem suas raízes nesse trabalho de Bruni o que só é possível demonstrar a partir de um olhar mais atento aos textos de Maquiavel através dos quais fica evidente a continuidade dessa discussão.

Para Hankins, essa visão deturpada do texto de Bruni é fruto do trabalho de Hans Baron, que tendia a ler os escritos de Bruni como escritos que promoviam o republicanismo e o governo popular. Para Hankins, Bayley foi impressionado pelo conceito baroniano de humanismo cívico e foi pré-disposto a ler o “*Della Milizia*” como um trabalho que defendeu a substituição de tropas mercenárias por soldados cidadãos¹⁵⁴.

Hankins diz que os trabalhos de Baron e Bayley têm sido endossados por estudiosos como Paolo Viti e Lucia Gualdo Rosa e por isso se faz necessário reabrir a pergunta sobre o verdadeiro significado do “*Della Milizia*”. Além disso, a interpretação alternativa de ler o tratado como uma tentativa de reformar a cavalaria comunal em acordo com modelos antigos não foi explorada em detalhe. Segundo Hankins, podemos entender mais claramente o que o Renascimento da antiguidade clássica significou no

¹⁵³ HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia*. Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011 página 6

¹⁵⁴ HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia*. Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011 página 7

contexto político e social de Florença em 1420 através de uma leitura cuidadosa do texto de Bruni.

Diante da possibilidade de ler o texto na perspectiva de Hankins ou na perspectiva de Bayley e Baron certamente seguimos o segundo caminho, pois é só considerando as relações do texto com o humanismo cívico que podemos avançar em direção ao intercâmbio de Maquiavel com essa problemática e a originalidade do republicanismo no Renascimento. Encarar a produção do tempo de Bruni como apenas uma obra retórica, que visava atender interesses oligárquicos, é ignorar as transformações sociais e intelectuais que vem acontecendo desde o século XIII caracterizadas por uma vida política cada vez mais intensa e por uma vida intelectual cada vez mais distante dos padrões rígidos da escolástica, assim como os padrões ciceronianos rígidos do início do humanismo.

3.2 O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL

O objetivo dessa seção é apresentar a teoria militar de Maquiavel no *Príncipe* com enfoque nos elementos que nos permitem abordar sua crítica ao uso de soldados mercenários destacando as heranças brunianas e as rupturas promovidas por Maquiavel.

Do ponto de vista da teoria política que Maquiavel apresenta no *Príncipe*, podemos dizer que o ponto de partida para compreendermos sua crítica aos soldados mercenários é a insistência ao longo da obra na importância do corpo político em contar com fundamentos próprios, no caso das armas – contar com armas próprias. É importante estar atento para o fato de que Maquiavel não depende de noções aristotélicas para elaborar a ideia de um corpo político autossuficiente do ponto de vista militar, por outro lado Bruni adota as noções de *pólis* e de *Zoon politikon* como principal base sobre o qual se apoiam seus argumentos. Essa ruptura é de grande importância para compreendermos um movimento mais amplo da história da filosofia dentro do próprio Renascimento que diz respeito ao amadurecimento do modelo humanista que vai rompendo com teleologias e estabelecendo laços cada vez mais consistentes com a vida cívica cotidiana e com a sobrevivência da república florentina.

Apesar de ambos adotarem como critério regulador de sua teoria política a necessidade do estado garantir sua existência a partir da ação dos cidadãos que compõe esse corpo político, Maquiavel fornece razões de ordem estritamente histórica ou política para tecer sua crítica aos mercenários. A necessidade do estado não depender de ajuda externa não advém das razões de natureza apresentadas por Bruni. como acontece no texto de Bruni, e além disso, Maquiavel não demonstra nenhuma preocupação com o caráter filosófico do problema militar, mas usa da herança filosófica para lidar com os aspectos práticos desse urgente problema italiano, que Bruni já havia percebido e elaborado por outros parâmetros.

O “*Príncipe*” é uma obra que em sua economia geral tem como principais balizas da ação política a conquista e a manutenção do poder. Isso significa que não é em função da natureza política do homem, nem em função da natureza do estado que o uso de soldados mercenários deve ser evitado, o que está em jogo é que os soldados mercenários não representam a melhor estratégia nem para a conquista nem para a conservação de estados. Pelo contrário, Maquiavel demonstra através de exemplos históricos, e através de razões políticas e econômicas como o uso de mercenários leva fatalmente à ruína em função das dificuldades que surgem na administração desse tipo de sistema militar.

É nesse sentido que podemos falar em um amadurecimento do humanismo cívico. As diretrizes que Maquiavel busca na antiguidade vem dos homens de ação e não mais da filosofia aristotélica e escolástica, que ainda é muito forte nos primeiros anos de Renascimento. Da mesma forma que Baron nos ajudou a traçar uma ruptura do humanismo de Petrarca com o humanismo de Bruni e Salutati, podemos traçar uma ruptura de Bruni em relação a Maquiavel através dos mesmos elementos, como cada vez mais o humanismo é um movimento que se conecta intimamente com a vida pública de Florença e vai se convertendo em um projeto de reforma. Estamos cientes de que Bruni não funda sua crítica exclusivamente nas premissas aristotélicas e também mobiliza aspectos práticos decisivos como a reputação dos soldados, a relação deles com o ouro e principalmente sobre a função do soldado nos tempos de paz. Todos esses outros temas, que contribuem para a crítica dos mercenários, ecoam no pensamento militar de Maquiavel tanto no “*Príncipe*” quanto na “*Arte da Guerra*”, assim como em textos menores. Eles são fundamentais para que possamos estabelecer a linha que conecta os dois autores.

Esse trajeto da crítica aos mercenários, que nos leva de Bruni a Maquiavel, evidencia a construção de um projeto político republicano cada vez mais associado ao espírito do Renascimento na medida em que através da mescla do presente com o passado busca mudar o futuro. Logo no próêmio do Príncipe, Maquiavel oferece ao jovem Lorenzo de' Medici o que ele possuía de mais valioso: o conhecimento da ação dos grandes homens. Esse conhecimento, como Maquiavel diz na sequência, encontra suas premissas na contínua leitura das coisas antigas somada à experiência das coisas modernas. Isso significa que esse conhecimento político tem suas raízes no estudo da história romana, e na experiência prática cotidiana com assuntos militares do secretário florentino.¹⁵⁵

No artigo "*Machiavelli's military Project and the Art of War*" Hörnqvist resume em três pontos principais os argumentos que Maquiavel leva a cabo em relação a sua teoria militar, são eles: 1) a ideia de que um estado é fundado em armas 2) O conceito de armas próprias 3) E a ideia de que a introdução de uma nova ordem militar é um processo passo-a passo, construído através de etapas.¹⁵⁶ Vamos nos guiar por essa divisão para facilitar a exposição dos momentos do livro em que esses pontos são explorados, apesar do terceiro tópico considerarmos um ponto mais relevante em textos que vamos explorar no capítulo seguinte. O núcleo da crítica desenvolvida no Príncipe está associado mais diretamente à relação entre os dois primeiros pontos, as armas como instrumento político e as armas próprias.

Logo no primeiro capítulo da obra, Maquiavel apresenta as armas como um instrumento político indispensável em qualquer contexto, destacando seu protagonismo

¹⁵⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Página 3

¹⁵⁶ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli's military project and the Art of War*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010

na vida política, isso significa que independente do regime político, seja ele um principado ou uma república as armas são fundamentais no contexto de conquista de territórios, seja na fundação de um corpo político ou na manutenção dele. Nunca as armas são um elemento secundário nos processos, muito pelo contrário, quando se fala em política necessariamente se está falando em uma atividade que envolve o uso de armas.¹⁵⁷ É relevante destacar que nesse momento Maquiavel ainda não diferencia as armas próprias das armas mercenárias, ele apenas diz que um desses dois tipos de armas são necessárias; só mais à frente na obra, quando o tema das armas próprias começa a ser mobilizado, as armas mercenárias aparecem como uma saída ineficaz e indesejável. O que Maquiavel está interessado em apresentar nesse primeiro momento é o lugar de destaque que as armas ocupam na vida política, e é por elas serem um elemento tão central e fundacional que elas não podem ser negligenciadas como acontecia em Florença. Diante dos nossos objetivos, cabe investigar qual é a natureza das armas para que possamos entender a estrutura da crítica aos mercenários.

Um exemplo emblemático, que nos permite explorar o tema das armas como instrumento político, aparece no capítulo VI, intitulado “*Dos principados novos que se conquistam com armas próprias e virtù*”. Nessa parte do texto, quando Maquiavel comenta a trajetória do frei dominicano Girolamo Savonarola na vida pública de Florença, fica claro o vínculo entre a vida prática e a teoria que Maquiavel pretende desenvolver. É através do recurso a um homem conhecido em Florença, ou seja, do recurso à experiência das coisas modernas, que Maquiavel explicita as razões pelas quais qualquer projeto político deve estar fundado em armas. Quando Bruni pretendia mostrar que o corpo político ideal tem em sua essência homens de armas, o que sustentava sua fala era o recurso a autoridades antigas como Hipodamo, Platão e

¹⁵⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Página 5

Aristóteles e não o recurso a eventos históricos. O recurso histórico feito por meio da evocação de Roma, como mostramos no capítulo anterior, está a serviço da recuperação de um modelo de organização da milícia introduzida por Rômulo e não a serviço de mostrar qual é o papel das armas, mas sim de como geri-las.

Como o objetivo do Príncipe é discutir a possibilidade de se fundar um novo principado militar na Itália e os meios práticos para se conservá-lo, Maquiavel, no capítulo VI, alude à falta de armas como um obstáculo a essa empreitada e, em clara referência à Savonarola, comenta o movimento rápido de ascensão e declínio do frei. À medida que foi ganhando apoio para suas reformas políticas e religiosas, ele não foi capaz de sustentar seu crescimento e nem levar a cabo seu projeto, justamente porque a popularidade, as boas leis e os bons projetos estavam desacompanhados do instrumento político mais poderoso, as armas. Como comenta Maquiavel, faltava a Savonarola, o profeta desarmado, os meios de manter ao seu lado os que acreditavam nele e os meios para fazer os que não acreditavam acreditar. A religião sozinha jamais seria capaz de substituir as armas, mesmo sendo um elemento muito poderoso nas relações sociais.¹⁵⁸

Apesar de Hörnqvist separar em dois argumentos distintos a questão do estado ser fundado em armas e a questão das armas próprias, esses dois temas se vinculam na sequência da obra de forma indissolúvel, porque, como veremos, na continuação do argumento um estado fundado em armas que não são próprias é colocado como um estado mais fraco, que tem menos condições de conservar sua sobrevivência ao longo do tempo. No capítulo X, intitulado “*De que modo se devem medir a força de todos os principados*”, a ideia das armas como o principal instrumento político aparece novamente. Nesse capítulo, Maquiavel se propõe a responder à pergunta a respeito de

¹⁵⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Página 28

como se compara a força de todos principados. Ele não hesita em dizer que o principado mais forte é aquele que não precisa ser defendido por outros, e isso significa que o principado mais forte é aquele capaz de organizar um exército a partir de seus próprios recursos. Contar com a própria *virtù* para evitar as variações da fortuna é a máxima maquiaveliana que guiará sua análise do uso feito das armas. Dessa maneira a força do principado, sua capacidade se conservar ao longo do tempo está diretamente conectada à sua capacidade de se defender com recursos próprios:

“Ao examinar as qualidades desses principados, convém outra consideração: se um príncipe dispõe de estado suficiente para poder governar-se por si mesmo ou se tem sempre necessidade de ser defendido por outros. Para melhor esclarecer esse ponto, direi que julgo que podem governar-se por si mesmo os que, por abundância de homens ou de dinheiro, são capazes de reunir um exército justo e travar batalha com quem quer que os ataque. Assim julgo que têm sempre necessidade de outrem os que não podem enfrentar o inimigo em campo aberto, mas precisam refugiar-se atrás dos muros e defendê-los.” (MAQUIAVEL:2007: 51)

Voltando nossa atenção para o modo como Maquiavel formula a ideia dos fundamentos próprios, ao longo da obra vai ficando cada vez mais clara a diferença do percurso argumentativo que ele apresenta em relação a Bruni, que também parte da ideia de que um estado deve ser autossuficiente. A formulação da ideia de fundamentos próprios aparece em diversos momentos da obra e pode ser considerado o ponto central do Príncipe, que sustenta a crítica aos mercenários. Uma das formulações mais claras a respeito do que são os fundamentos próprios que um estado deve estabelecer, Maquiavel anuncia no capítulo XII:

“Dissemos acima como é necessário a um príncipe ter bons fundamentos; caso contrário, necessariamente se arruinará. Os principais

fundamentos de todos os estados, tanto os novos como dos velhos ou dos mistos, são as boas leis e as boas armas. Como não se podem ter boas leis onde não há boas armas, e onde há boas armas costuma ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei das armas”. (MAQUIAVEL 2007:59)¹⁵⁹

No texto de Bruni o fundamento filosófico do estado estava associado a uma divisão entre três classes cooperativas: guerreiros, artesãos, agricultores e o fundamento histórico associado ao republicanismo romano. Aqui vemos o debate sobre o fundamento do estado ser reduzido exclusivamente às boas armas já que elas seriam capazes de garantir boas leis. É uma tese mais econômica, que abre espaço para uma investigação mais precisa do problema das armas. Na sequência do capítulo, Maquiavel separa as armas em três tipos: próprias, auxiliares e mistas. Dessas, só as próprias têm algum valor, as outras duas são consideradas inúteis e perigosas. Depois de apresentar a razão teórica dos bons fundamentos, e os três tipos de armas, Maquiavel fornece argumentos de ordem prática apresentados com um elaborado tom retórico para dar continuidade à crítica aos mercenários. Até aqui ele só estava preparando a base argumentativa, mas a partir daí ele defende de forma incisiva a superioridade das armas próprias em relação aos mercenários ao associar a ruína da Itália diretamente ao uso de armas que não são próprias como podemos ver na seguinte passagem:

“ As [armas] mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas. Aquele cujo estado se apoia nas armas mercenárias jamais está firme e seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infieis, valente entre amigos e covardes entre inimigos, sem temor a Deus nem fé para com os homes. Adia-se a ruína pelo tempo que se for adiado o ataque; na paz é-se espoliado por elas; e na guerra, pelos inimigos. A razão disso é que elas não tem outro amor nem motivo que as

¹⁵⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Página 59

mantenham em campo senão um pequeno soldo, que todavia não é suficiente para fazê-las morrer por ti. Querem muito ser teus soldados enquanto não fazes a guerra; mas, quando a guerra chega, querem fugir ou ir embora. Disso terei pouca dificuldade para persuadir, visto que a ruína atual da Itália não tem outra razão senão estar há muitos anos apoiada em armas mercenárias.”¹⁶⁰

No mesmo capítulo Maquiavel apresenta outra formulação que destaca a ineficácia das armas mercenárias, quando diz que os capitães mercenários, quando são homens excelentes são perigosos e não se deve confiar neles porque sempre aspirarão a uma grandeza própria, por outro lado se não forem excelentes será esse o motivo do fracasso na guerra.¹⁶¹ A respeito dessa tese, que afirma a inutilidade dos mercenários em qualquer contexto, Maquiavel já responde às possíveis objeções através de uma fala que é nuclear para a nossa pesquisa:

“Se alguém argumentar que qualquer um que tenha as armas em mãos fará o mesmo, sendo ou não mercenário, responderei que as armas devem ser utilizadas por um príncipe ou por uma república. O príncipe deve desempenhar em pessoa o ofício de capitão. A república deve enviar seus próprios cidadãos, e quando enviar alguém que não se mostre valoroso, deverá substituí-lo; e, se o for, deverá contê-lo com as leis para que não ultrapasse os limites. Por experiência, vê-se que somente os príncipes armados fazem progressos imensos, enquanto as armas mercenárias acarretam apenas danos. Uma república que disponha de armas próprias submete-se mais dificilmente a um cidadão do que outra que disponha de armas externas.”(MAQUIAVEL:2007:61)¹⁶²

¹⁶⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Página 60-61

¹⁶¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Página 60

¹⁶² MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Página 60

O tema das armas voltadas para um fim público, serem geridas por deliberação pública e organizadas por elas, é o grande tema que nos possibilitará vincular o republicanismo à vida cívica e à arte da guerra no próximo capítulo. No presente momento, nosso interesse central é apenas destacar essa colocação e ver seus desdobramentos dentro do Príncipe exclusivamente. A respeito das armas funcionarem como um bom fundamento em um principado se o próprio príncipe desempenhar o ofício de capitão, Maquiavel continua a desenvolver o argumento no capítulo XIV, intitulado *“Do que convém a um príncipe em matéria de milícia”*. Nesse capítulo Maquiavel coloca a questão militar como a principal atribuição daquele que pretende conservar um corpo político em seu domínio:

“Deve, portanto, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, suas ordenações e sua disciplina, porque esta é a única arte que compete a quem comanda. (...) quando os príncipes pensam mais em refinamento do que nas armas, perdem seu estado. A primeira razão que te leva a perdê-lo é negligenciar essa arte, e a razão que te faz conquista-lo é ser versado nela.”¹⁶³

Que as armas exercem uma função importante no momento de conquista como coloca Maquiavel no primeiro capítulo é uma ideia fácil de compreender, afinal de contas o momento da conquista e da fundação é um momento de guerra. Mas como podemos constatar ao longo da obra, o papel exercido pelas armas não está restrito a esse primeiro momento, a administração das armas é um problema com o qual o príncipe deve lidar em todos os momentos se constituindo como um dos principais elementos para a conservação do corpo político. No mesmo capítulo XIV, Maquiavel fornece exemplos históricos de príncipes que falharam ao negligenciar as armas,

¹⁶³ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Página 71

mostrando que não há nenhuma proporção entre um homem armado e um homem desarmado, de modo que um príncipe que não organize milícia não é estimado por seus soldados e não pode confiar neles. É aqui que Maquiavel vincula a questão militar ao núcleo da atividade política, argumentando que ela é uma atividade não só dos tempos de guerra, mas também dos tempos de paz. Nos tempos de paz, os soldados devem ser exercitados assim como o príncipe deve estudar a história, para que se estabeleçam fundamentos sólidos na instituição militar fazendo com que ela seja capaz de cumprir sua função.¹⁶⁴ Apesar de Bruni dizer que não há função para os soldados no tempo de paz e Maquiavel defender que se deve delegar funções a eles, o que nos interessa notar é que ambos se questionaram sobre a administração da guerra nos tempos de paz, o que evidencia os inúmeros problemas que surgiam nos tempos de paz em decorrência do uso de mercenários.

Em termos gerais são esses os elementos centrais que organizam a questão militar no Príncipe. A partir desse levantamento podemos perceber que alguns temas levantados por Leonardo Bruni reaparecem na obra de modo que podemos dizer que os mais importantes são: 1) a necessidade do estado ser autossuficiente 2) a necessidade de se pensar sobre o funcionamento das instituições militares nos tempos de paz 3) A crítica a atividade mercenária pelos seus modos e pelos seus objetivos que tem como único motivador a reputação e o ouro. É claro que não podemos deixar de falar do modo como os dois pensadores tomavam a milícia romana como exemplo e referência e do aspecto de que a milícia deve ser organizada a partir das finalidades públicas. Mas esses temas podem ser abordados de forma mais frutífera no próximo capítulo, onde encontraremos em meio aos fundamentos da arte da guerra o exemplo da organização do exército romano do ponto de vista prático e como isso se relacionava a valores

¹⁶⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Página 72-73

republicanos incentivados e desenvolvidos através do humanismo ao longo do Renascimento.

Capítulo IV

4. VIDA CÍVICA E A ARTE DA GUERRA

Nesse capítulo vamos apresentar a gênese do pensamento militar de Maquiavel em seus primeiros anos de atividade na chancelaria, e na sequência a elaboração mais madura de sua teoria militar em “*A Arte da Guerra*”.

Na primeira seção vamos mostrar com os principais temas do “*Príncipe*” e da “*Arte da Guerra*” já haviam sido elaborados por Maquiavel durante os anos em que esteve diretamente envolvido com o projeto da formação de uma nova milícia em Florença.

Na segunda seção vamos analisar de forma mais detalhada os principais argumentos da “*Arte da Guerra*” para que possamos estabelecer sua relação com o conteúdo do *Príncipe* e também com sua atividade na chancelaria.

O mais importante de se destacar é que o núcleo desse projeto que se expressa desde a atividade com chanceler até na “*Arte da guerra*” é vincular a administração militar florentina aos valores republicanos de modo a fortalecer as instituições e promover a vida cívica. O que nos chama atenção é que foi um projeto construído justamente a partir da participação de Maquiavel na vida pública. Esse aspecto reforça a hipótese de que a principal marca do Renascimento é a passagem da vida contemplativa para a vida ativa, uma vez que as filosofias que eram construídas nesse período não só estimulavam e elogiavam a vida cívica, como eram construídas no seio dessa atividade, quando o homem tomou as rédeas de seus problemas mais urgentes.

4.1 A Gênese do pensamento militar de Maquiavel

Nessa sessão vamos partir da apresentação da trajetória de Maquiavel no exercício do seu cargo de chanceler no período que vai de 1498 a 1512 com o objetivo de mostrar como as ideias do humanismo cívico foram nutridas por uma experiência de ordem prática e se converteram através do trabalho de Maquiavel em um projeto de reforma da instituição militar florentina. Tal projeto guardava sua inspiração na antiguidade, tinha suas raízes em um movimento florentino e principalmente buscava fortalecer a república através do estreitamento dos laços entre os cidadãos e as instituições militares.

Uma importante referência para abordamos o estatuto do projeto militar de Maquiavel é o trabalho de Genaro Sasso. Segundo o autor, Brunni reivindicava, assim como Palmieri e outros humanistas, os valores da milícia comunal e se esforçavam por iluminar a glória de um passado que respondia às necessidades do presente. Por outro lado, o foco de Maquiavel, como poderemos constatar nos seus primeiros escritos, está voltado para a oportunidade de reordenar as armas do estado florentino. Para Sasso, a preocupação com o passado e sua glória não eram centrais como a urgência do tempo presente. Para Maquiavel a necessidade de se organizar a instituição militar era prioritária e representava a única saída frente à ruína da cidade e sua ordem.¹⁶⁵

Como comenta Genara Sasso em sua obra, “*Niccolò Machiavelli. Il pensiero politico*”, a ideia de uma milícia florentina não mercenária é reconhecidamente central no cânone da obra de Maquiavel assim como é fundamental na formação que precede suas obras políticas mais famosas. Segundo ele, as impressões de desordem, falta de civilidade e ferocidade deixadas pelas tropas mercenárias enviadas em 1500 à Pisa

¹⁶⁵ SASSO, Genaro. *Niccolò Machiavelli. Il pensiero politico. Vol .* Società editrice il Mulino, Bologna 1980 página 193

jamais foram apagadas da memória de Maquiavel, que na época exercia sua atividade na chancelaria de Florença. Essas colocações de Sasso o direcionam para a tese de que já nos escritos de Maquiavel entre 1500 e 1504 a linha de pensamento que conduzirá seus argumentos posteriormente já estava presente.¹⁶⁶

Compartilhamos da ideia de Sasso que a matéria prima para o desenvolvimento do pensamento de Maquiavel certamente se encontra na sua atividade na chancelaria, quando presenciou de perto todos os malefícios trazidos para a vida pública pela utilização de tropas mercenárias. Por acompanhar essa ideia, consideramos adequado apresentar o contexto em que se encaixam esses primeiros textos de Maquiavel ao longo da atividade na chancelaria a fim de que se explicita a gênese das ideias militares que aparecem mais tarde no *“Príncipe”* e na *“A Arte da Guerra”*.

No dia 28 de maio de 1498 Nicolau Maquiavel é designado como segundo chanceler da república florentina.¹⁶⁷ Sua atividade enquanto funcionário público o colocou em contato com diversas relações diplomáticas reais que enriqueciam seu estudo das coisas antigas. A partir dessa data é que Maquiavel começa a ter a experiência em primeira mão da dimensão da crise militar e da fratura política e territorial em que se encontrava o território florentino depois da invasão francesa de 1494.

A experiência adquirida na chancelaria foi determinante para a construção de seu projeto militar, que pretendemos apresentar. Hörnqvist no artigo intitulado

¹⁶⁶ SASSO, Genaro. *Niccolò Machiavelli. Il pensiero politico. Vol . Società editrice il Mulino, Bologna 1980 página 189*

¹⁶⁷ RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Editora Musa. Tradução Nelson Canabarro. São Paulo 2003. Página 31

“*Machiavelli’s military Project and Art of War*”¹⁶⁸ afirma que Maquiavel foi inspirado pelas experiências que viveu na chancelaria através principalmente da tentativa dos suíços de imitar a antiga milícia romana, inspirado pelo esforço de César Bórgia em se tornar um equivalente moderno dos antigos senhores da guerra e também pela constante leitura das histórias antigas e tratados militares de onde recolheu os principais elementos para o desenvolvimento do projeto militar, que buscava a ordenação de uma nova milícia em Florença¹⁶⁹. É claro que esses eventos foram muito determinantes e podemos verificar seus ecos nos textos de Maquiavel, mas certamente não foram só a especificidade desses eventos que contribuíram e sim a experiência com a vida pública em geral que a chancelaria proporcionava.

Nos primeiros anos do exercício de sua função, entre 1499 e 1503, Maquiavel é enviado à Pistoia e Arezzo para administrar as relações entre as cidades pertencentes ao território florentino e a capital. Nesse período, Maquiavel lida com as dificuldades de se introduzir uma ordem naquele território justamente em função da fraqueza das instituições militares que estavam apoiadas em mercenários e administradas por uma cidade impossibilitada de ser armada já que era dividida em facções. Somada a essa experiência de negociação que evidenciava as dificuldades militares de Florença Maquiavel testemunhou o fracasso das tropas mercenárias na empresa de Pisa no ano de 1505¹⁷⁰.

A partir dessas experiências Maquiavel começou a pensar sobre a possibilidade de se formar uma milícia de camponeses nas imediações da cidade (*condatto*) com o intuito de estabelecer uma organização militar permanente no território baseada em

¹⁶⁸ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli’s military project and the Art of War*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010

¹⁶⁹ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli’s military project and the Art of War*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010 página 113

¹⁷⁰ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli’s military project and the Art of War*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010 página 113

soldados temporários que continuariam a ser recrutados e treinados mesmo em tempos de paz. Essas ideias aparecem pela primeira vez um pouco antes da derrota em Pisa numa crônica em verso chamada “*Decennale Primo*”¹⁷¹ escrita por Maquiavel em 1504. Esse texto tratava da história italiana após a invasão Francesa, ou seja, cobria os anos de 1494 até 1504, ano de sua publicação. As raízes da ideia contida nessa pequena crônica certamente estão ligadas ao contexto histórico do fracasso das tropas mercenárias, mas não por coincidência estão ligadas à tradição que se formou dentro da chancelaria florentina que apresentamos na seção 2.2. Como podemos constatar, a ideia de formar uma organização militar permanente baseada em soldados temporários que tem ofícios nos tempos de paz remontam à problemática que Bruni já enfrentava e elaborava no “*Della Milizia*”. Tudo isso corrobora com o caminho que estamos percorremos até aqui.

Como comenta Helton Adverse, esse texto é um alerta para a necessidade dos estados italianos estabelecerem uma milícia própria a fim de evitar os males das invasões estrangeiras. Para endossar esse ponto Helton recupera uma emblemática frase do texto: “*O caminho seria mais fácil e curto, se vocês reabrissem o templo de Marte*”.¹⁷² Essa frase, ao recuperar o Deus romano da guerra, mostra a necessidade das instituições da república voltarem sua atenção para a organização militar, mais especificamente para a criação de uma milícia própria, ou seja, a fundação de uma instituição militar republicana.

Seguindo a mesma perspectiva, Vivanti encara o conteúdo do “*Decennale Primo*” como uma meditação em torno da necessidade se reorganizar a milícia florentina aos modos existentes em sua fase comunal, que tinha como principal marca as

¹⁷¹ MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli. Página 939

¹⁷² ADVERSE, Helton. *Apresentação da edição Brasileira*. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página XI

armas próprias formarem o núcleo do exército através do recrutamento de seus próprios cidadãos. Vivanti dá um destaque interessante a essa pequena crônica ao dizer que ela tem um tom asperamente crítico a respeito da incapacidade dos italianos de darem conta de uma função política tão importante.¹⁷³ Maquiavel denuncia pela primeira vez a negligência de Florença com uma instituição tão importante durante tempos tão conturbados. Podemos associar essa crítica, que Maquiavel faz às instituições florentinas no “*Decennale Primo*”, ao conteúdo que apresentamos no *Príncipe* a respeito dos fundamentos próprios como o único caminho para um estado que pretende se conservar.

Depois de algumas manobras do gonfanoleiro Piero Soderi e seu irmão Francesco, cardeal de Volterra, a proposta de Maquiavel em relação a formar uma milícia camponesa foi encaminhada aos legisladores e em 30 de Dezembro do mesmo ano da derrota em Pisa, Maquiavel foi enviado para as regiões de Mugello e Casentino para começar a recrutar, equipar, e treinar conscritos entre quinze e quarenta anos de modo que Maquiavel se envolveu em todos os níveis do projeto.¹⁷⁴

O segundo momento ao longo da atividade de Maquiavel na chancelaria que devemos destacar é em 1506, quando ele escreve a “*Cagione dell’Ordinanza*”¹⁷⁵. Nesse texto, os principais temas do projeto de reforma da milícia florentina reaparecem, dessa vez com um olhar mais técnico do que no “*Decennale Primo*”, mas apresentando os mesmos fundamentos maquiavelianos de que um estado deve estar sustentado em armas próprias. O texto é um pequeno documento através do qual Maquiavel justifica a

¹⁷³ VIVANTI, Corrado. *I tempi della politica*. Donzelli Editore. Roma 2008 página 44-45

¹⁷⁴ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli’s military project and the Art of War*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010 página 113

¹⁷⁵ MACHIAVELLI, Niccolò. *La Cagione dell’ordinanza: dove la si truovi et quel che bisogni fare*. In: *I primi scritti politici. Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli.

estrutura da nova milícia que está sendo formada em suas legações a Mugello e Casentino.

O objeto central desse documento são as razões que Maquiavel oferece para explicar porque o recrutamento de soldados deve começar no *condatto*. Não poderiam começar na cidade e nem nos distritos mais afastados por razões de segurança, as primeiras medidas da organização militar deveriam começar na zona rural que circunscrevia imediatamente a cidade. Maquiavel apresenta nesse texto não só o fundamento da *ordinanza* militar (armas próprias comandadas por deliberação pública), que mais tarde reaparece em seus escritos, mas também quais são os primeiros passos para se formar essa milícia.

O ponto de partida do texto é semelhante a uma formulação que aparece diversas vezes no *Príncipe* sobre a qual já comentamos. Ou seja, a de que todo corpo político, seja ele um reino, uma república ou qualquer tipo de associação em que homens exerçam comando, está sustentado em justiça e armas.¹⁷⁶ A diferença dessa formulação para as posteriores é que nesse texto Maquiavel a utiliza para fazer uma dura crítica às instituições florentinas, dizendo que justiça não tinham muita e armas não tinham nenhuma. Feita essa crítica, Maquiavel apresenta uma das formulações mais importantes para a nossa caminhada, a que diz que o único modo de reaver as armas e a justiça em Florença seria ordenar as armas através de deliberação pública e da mesma forma com boa ordem mantê-la.¹⁷⁷

¹⁷⁶ MACHIAVELLI, Niccolò. *La Cagione dell'ordinanza: dove la si truovi et quel che bisogni fare*. In: *I primi scritti politici. Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli. Página 38 – “*Perchè ognuno as che chi disse império, regno, principato, repubblica, chi disse huomini che comando, cominciandosi dal primo grado et descendendo infinito al padrone d'uno brigantino, disse iustitia et armi*”

¹⁷⁷ MACHIAVELLI, Niccolò. *La Cagione dell'ordinanza: dove la si truovi et quel che bisogni fare*. In: *I primi scritti politici. Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli. Página 38 – “*Voi dela*

Helton Adverse endossa o caráter prático desse documento ao dizer que seu principal objetivo é convencer os membros do conselho florentino sobre a necessidade do estabelecimento de uma milícia própria apontando os meios práticos para esse projeto¹⁷⁸. O que nos interessa na fala de Adverse é que ele aponta para uma relação direta com o “*Della Milizia*” no que diz respeito à necessidade de uma reforma que tem como principal foco a ideia de armas próprias, mas traça a importante ruptura para a qual já apontamos; segundo ele, enquanto Bruni apresenta um panegírico no qual a instituição da milícia é enaltecida tanto por constituir uma garantia para a liberdade quanto por conta de seu poder de vincular os cidadãos à república e entre si, Maquiavel reconhece de imediato o caráter necessário do exército próprio e associa de modo estreito a política de seu tempo à arte militar.¹⁷⁹ Depois dessa colocação, Helton recupera a passagem da “*Cagione dell’Ordinanza*” que diz que quem fala em império, reino, principado ou república está falando em justiça e armas, para traçar de forma mais precisa que a discussão que Maquiavel começa a levar a cabo nesse primeiro momento não é da mesma natureza da de Bruni.

Para que possamos entender a proposta de Maquiavel apresentada na “*Cagione dell’Ordinanza*”, vamos recuperar alguns de seus passos argumentativos no texto. Sua primeira consideração diz respeito ao modo como o estado de Florença se encontra dividido. A divisão é feita em três partes: cidade, *condatto* e *distretto*. A partir dessa divisão, Maquiavel pergunta qual desses é o melhor lugar para começar a se formar uma milícia, ou seja, por onde começar o recrutamento dos soldados. A resposta que Maquiavel oferece é que se deve começar pelo lugar que seja mais fácil. Como o

iustitia ne havete non molta, et dell’armi non punto; et el modo ad rihavere l’uno e l’altro è solo ordinarsi all’armi per deliberatione pubblica, et com buono ordine et mantenerlo.”

¹⁷⁸ ADVERSE, Helton. *Apresentação da edição Brasileira*. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página XII

¹⁷⁹ ADVERSE, Helton. *Apresentação da edição Brasileira*. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página XII

exército também é dividido em partes, entre homens que obedecem e homens que comandam, assim como é dividido entre homens a cavalo e homens a pé, fica claro que é mais fácil começar o recrutamento pelos homens que devem obedecer do que pelos que devem comandar e que da mesma forma é mais fácil introduzir milícia em homens a pé do que em homens a cavalo. Sendo assim, Maquiavel aponta o condado como o lugar em que encontramos esse tipo de homem e por isso seu projeto começa por lá.¹⁸⁰

Sobre o conteúdo do início da “*Cagione dell’Ordinanza*”, Hörnqvist levanta a seguinte pergunta: como Maquiavel poderia contribuir para uma refundação do estado florentino através de armas próprias com o recrutamento de infantaria no condado? Segundo Hörnqvist, para traçarmos essa linha do pensamento maquiaveliano é necessário olhar mais atentamente para como a milícia foi organizada e empregada durante seus primeiros anos e para a linguagem que acompanhava as leis aprovadas¹⁸¹. Com esses textos aparece que as funções de policiamento e aplicação da lei desse projeto eram igualmente importantes, ou até mais importantes do que o surgimento de uma força guerreira.¹⁸² Há uma constante preocupação nesses escritos com o problema da desobediência, comportamento indisciplinado e o medo de rebeliões entre as milícias e a população do condado em geral. Apesar disso, seus objetivos mais amplos eram fazer da milícia um instrumento poderoso para vincular os sujeitos do condado à república, se fortalecer trazendo-os para mais perto. No texto Maquiavel aborda esse problema do constante clima de insegurança gerado pelos faccionalismos da elite florentina como o principal fator que dificulta a introdução de armas na ordem da cidade.

¹⁸⁰ MACHIAVELLI, Niccolò. *La Cagione dell’ordinanza: dove la si truovi et quel che bisogni fare*. In: *I primi scritti politici. Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli. Página 38 –39

¹⁸¹ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli’s military project and the Art of War*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010 página 115

¹⁸² HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli’s military project and the Art of War*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010 página 116

A chave para entendermos as armas próprias em Maquiavel é dando atenção ao aspecto que não se refere aos indivíduos que carregam as armas, mas se refere ao estado estar no comando dessas armas. É importante ter em mente que a milícia de Maquiavel não consistia em moradores da cidade ou prósperos proprietários rurais se unindo pela defesa mútua da república. Ao contrário, eles eram camponeses sem nenhum ou limitados direitos políticos forçados a servir como soldados por decreto legal. Colocados sob a autoridade da república e seus comandantes, os recrutados eram equipados com armas que não eram posses privadas, mas pertenciam à república florentina. Assim se esperava que as armas, a disciplina e a organização implicadas serviriam como um elemento unificador organizando o até então vagamente estruturado estado florentino.

A segunda pergunta levantada por Hörnqvist que nos ajuda a organizar o cerne da discussão sobre esse texto é a seguinte: mas poderia o armamento próprio como sugerido na “*Cagione dell’Ordinanza*” significar a extensão dessa reforma disciplinar à capital?¹⁸³ Maquiavel via a introdução de uma nova ordem militar em Florença como um processo dividido em etapas. Na medida em que a ordenança original de 1506 limitava o recrutamento ao condado e não incluía cidadãos florentinos guardava pouca semelhança com a antiga milícia romana. Apesar disso, a intenção de Maquiavel e de seus associados mais próximos era estender a ordenança à cidade e também para as cidades sob domínio no distrito. Mas como Maquiavel mostra isso só pode ser feito depois que o *condatto* estiver militarmente organizado. É melhor começar impondo obediência no *condatto* do que apontar comandantes para uma cidade ~~que~~ cindida politicamente. A respeito da dificuldade de armar a cidade, Hörnqvist recupera uma fala de Guicciardini para dizer que um dos maiores obstáculos para a aceitação da milícia

¹⁸³ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli’s military project and the Art of War*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010 página 117

era o medo generalizado entre os líderes florentinos de que ela seria usada por Piero Soderini e seus apoiadores para instituir o poder tirânico¹⁸⁴. Sendo assim, as finalidades da milícia ficaram voltadas só para fortalecer os laços militares entre a cidade e o condatto. Vincular os cidadãos à república.

A partir das ideias contidas nesses escritos, Hornqvist traça uma linha que as conecta com os pontos que para ele resumiam a teoria militar que encontramos no *Príncipe*. Para Hörnqvist os argumentos militares do Príncipe em conexão com os documentos da chancelaria são: a fundação do estado em armas, o conceito de armas próprias, e a introdução de um novo sistema militar como um processo gradual, dividido em etapas. O *Príncipe* ecoa a reivindicação das Cagione por boas armas em combinação com boas leis e bons costumes para a fundação de estados fortes.

Segundo Hornqvist ter uma fundação forte em armas próprias não é um fim em si mesmo, mas o ponto de partida de um processo. Isso é evidente, segundo ele, no tratamento que Maquiavel dá à luta de César Bórgia para se libertar da dependência de armas dos outros. Sua busca por uma fundação independente em armas próprias faz dele um modelo de novos príncipes a ser emulado. César Bórgia eliminou a facção dos Orsini e a facção dos Colonna para que pudesse administrar os exércitos sem a dependência política de outros. Para o autor sueco, esse seria o principal desdobramento desses documentos no Príncipe.

Como dissemos no início da seção, seguimos a hipótese de Sasso de que esse momento da chancelaria se conecta de forma nuclear ao conteúdo dos textos mais conhecidos de Maquiavel, não só porque foram construídos na concretude da vida ativa

¹⁸⁴ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli's military project and the Art of War*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010 página 117

como pelo intercâmbio de temas que apontam para a evolução de um projeto que tem como principal objetivo unir a vida cívica à vida militar.

4.2 A Arte da Guerra

A centralidade da questão militar no pensamento de Maquiavel se justifica não só pelas necessidades históricas, que se impuseram no tempo de vida do filósofo, mas também pela experiência adquirida através do cargo que ele ocupou na chancelaria de Florença, e pelos fundamentos que ele estabeleceu em sua teoria política. Apesar dessa reconhecida centralidade, como coloca Hörnqvist, “*A arte da Guerra*” permanece como o texto menos explorado dentre suas obras mais famosas.¹⁸⁵ Uma razão que explica a pouca atenção recebida por esse texto em relação aos outros é que grande parte do conteúdo da obra diz respeito a aspectos técnicos da organização militar. Apesar disso, o livro I, que é o mais longo da obra, leva a cabo uma discussão em torno das relações entre a formação de uma milícia e a vida cívica. Nosso objetivo aqui é reconstruir o cenário argumentativo dessa parte da obra, para que possamos demonstrar os laços desse texto não só com a tradição humanista, mas com o desenvolvimento do pensamento de Maquiavel. Só assim se evidencia a transição de um debate, que nasce das condições históricas do século XIII e caminha em direção à constituição de um movimento político de ideias consolidado em uma matriz republicana.

Harvey Mansfield em seu texto “*An introduction to Machiavelli’s Art of War*”¹⁸⁶ defende o argumento de que a “*Arte da Guerra*” deve ser considerada de modo diferente em relação a outros textos de Maquiavel. Segundo ele, Maquiavel tem a noção de que em circunstâncias de guerra homens bons praticam ações que seriam inconcebíveis em tempos de paz, e por isso, não é intenção do filósofo estender a utilidade dessas práticas do campo de batalha para a política dos tempos de paz, como

¹⁸⁵ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli’s military project and the Art of War*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010 página 112

¹⁸⁶ MANSFIELD, Harvey. C. *An introduction to Art of War*. In: *Machiavelli’s Virtue*. University of Chicago Press, 1996

ele faz em outros trabalhos. As ações de guerra são colocadas como modos deploráveis necessários àqueles que precisam lutar.¹⁸⁷

O conceito central do livro certamente se relaciona com essa observação de Mansfield, afinal Maquiavel diz que a guerra só pode ser praticada como arte quando ela está voltada para um fim público, ou seja, quando uma república ou um principado estão no comando das armas. Além disso, faz parte da ordenação militar que o estado crie mecanismos para que a guerra não seja usada enquanto arte por seus cidadãos. A partir daqui, vamos apresentar os argumentos que levam Maquiavel a essa ideia, para que possamos avançar no estudo dessa importante obra, que tem como objetivo central ordenar as relações entre a arte da guerra e a vida civil.

Já no próêmio da obra endereçado ao florentino Filippo Strozzi, Maquiavel se coloca diante de uma vida militar corrompida, quando olha para a milícia de seu tempo, e, assim, anuncia o projeto do livro: uma tentativa de reconduzir a corrompida ordenança militar florentina aos antigos modos, marcados pela união e a conformidade entre a vida civil e a vida militar.¹⁸⁸

Na sequência dessa formulação, onde é apresentada o objeto de discussão, consideramos relevante destacar cinco pontos apresentados no próêmio que gerenciam a economia da obra e nos permitem organizar seus argumentos:

1. Dessemelhança entre *vita civile* e *vita militare* no tempo presente.¹⁸⁹

¹⁸⁷ MANSFIELD, Harvey. C. *An introduction to Art of War*. In: *Machiavelli's Virtue*. University of Chicago Press, 1996 página 191

¹⁸⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página LXXVII

¹⁸⁹ MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli. "*Hanno, Lorenzo, molti tenuto e tengono questa opinione: che e' non sia cosa alcuna che minore convenienza abbia com um'altra, né che sia tanto dissimile, quanto la vita civile dalla militare.*"Página 301

Maquiavel destaca as diferenças entre a vida civil e a vida militar no que toca os trajes e os usos, como aparência, voz e os modos de se portar socialmente. Essas características reforçariam a veracidade da opinião do século XV de que a vida militar e a vida civil são opostas e incongruentes. Como apontou Bruni, a vida militar estava desviada pelo ouro, pela ganância e pela reputação, se mostrando esvaziada de virtude bélica e dos valores cívicos que devem orientar uma república. Maquiavel coloca a vida militar como algo tão deteriorado que se opõe aos modos de um cidadão. Como salienta Harvey Mansfield, ao direcionar seu livro contra a opinião moderna de que a vida civil é oposta à vida militar, Maquiavel pretende que a vida militar tenha suas raízes na vida civil, isso significa que mercenários profissionais deveriam ser substituídos por cidadãos, e não que a vida civil tenha suas raízes na vida militar de modo que os políticos tomem como suas competências a arte da guerra. A impressão central deixada pela obra é a de que a ordenação militar deve estar submetida à autoridade civil.¹⁹⁰ Seguimos a afirmação de Mansfield, quando ele vê no próêmio da obra um plano geral do trabalho que ecoa as reivindicações da “*Cagione dell’Ordinanza*”.

2.A antiga ordem - *Gli antichi ordini* ¹⁹¹

Depois de marcar seu ponto de partida na incongruência entre a vida civil e a vida militar, Maquiavel diferencia a ordenação militar da Itália de seu tempo das antigas ordenações. Ele coloca as antigas ordenações como um contraponto à opinião corrente de que a vida militar e a vida civil são incompatíveis. Nas antigas ordenações o soldado e o cidadão se identificavam. Essas ordenações são o melhor exemplo de como a vida militar deve se espelhar na cidadania. Dentro dessa perspectiva, a razão fundamental da

¹⁹⁰ MANSFIELD, Harvey. C. *An introduction to Art of War*. In: *Machiavelli’s Virtue*. University of Chicago Press, 1996 página 192

¹⁹¹ MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli. Página 301 “*Ma se si considerassono gli antichi ordini, non se troverebbono cose più unite, più conformi e che, di necessità, tanto l’una amasse l’altra, quanto queste;*”

crise que envolve a vida militar é sua incongruência com a vida civil. A situação em que encontramos as armas florentinas é totalmente desvinculada das ações dos cidadãos e controlada por capitães mercenários. A vida militar nesse estado corrompe a função da república de promover o exercício da cidadania em uma das suas funções mais vitais para o corpo político. De acordo com as antigas ordenações, a vida militar deveria defender e garantir o exercício da cidadania, e não impossibilitá-lo.

3. A cidadania e a cidade precisam ser defendidas. A defesa como condição para a cidade; elemento estrutural e necessário a qualquer cidade. A defesa como fundamento da cidade.

Na formulação de Maquiavel para a defesa como fundamento de qualquer cidade, ele mostra que as cidades bem ordenadas, que não têm defesa, são vulneráveis, e por outro lado, a defesa consegue manter até cidades desordenadas. Para ilustrar essa colocação, Maquiavel usa a metáfora de um soberbo palácio que tendo suas gemas de ouro descobertas não consegue se proteger da chuva e toda aquela beleza sem defesa colapsa.¹⁹² A defesa do corpo político é o principal meio de garantia da sua existência. Essa é uma ideia em comum com o “*Príncipe*” e com seus primeiros escritos, a de que todo estado é fundado em leis e armas. O vínculo da vida militar com a vida civil se baseia justamente na necessidade que a vida civil tem em si mesma de ser defendida. Assim, a vida militar e a vida civil devem ser conformes e unidas para a garantia do exercício da liberdade e da defesa do cidadão.

4. Antiga disciplina colocava os soldados como exemplos.

Como Maquiavel coloca ainda no próêmio, tudo o que se diligenciava na ordenação do corpo político bem ordenado se diligenciava em dobro na milícia, fazendo

¹⁹²MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página LXXVIII

com que os soldados fossem exemplos a ser louvados, estimados e imitados, quando essas necessidades eram bem consideradas pelos grandes homens.¹⁹³ Os soldados tidos como exemplo é uma marca da conformidade entre vida civil e vida militar. Andrea Guidi desenvolve uma tese inovadora a esse respeito em sua obra *“Un Segretario militante. Politica, diplomazia e armi nel Cancelliere Machiavelli”*¹⁹⁴. Sobre essa ideia de que os soldados devem representar um exemplo, Guidi destaca a função pedagógica da milícia como um fator necessário na criação de boas ordens e bons cidadãos. Para ele, a energia vital de uma república está associada a essa dimensão formadora que a milícia pode proporcionar e que ele vê como um dos objetivos centrais de Maquiavel nos diferentes momentos de construção de sua teoria militar.¹⁹⁵

5. Antigas ordenações estão de todo corrompidas, e por isso o soldado é odiado. Mas não é impossível reconduzi-las à antiga virtù.¹⁹⁶

No final do próêmio Maquiavel anuncia o projeto da “Arte da Guerra” diante da crise militar florentina marcada pela ameaça à vida civil: buscar inspiração nos antigos modos de ordenação militar para reconduzir a vida militar à vida cívica, de modo que através desses exemplos os soldados voltem a representar um ideal republicano. Essa inspiração vem de elementos técnicos, logístico e militares necessários ao controle do aparato administrativo voltado para as questões bélicas, mas

¹⁹³ MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli. Página 302 *“Questa necessità considerata bene, e da coloro che davano le leggi agli imperii, e da quegli che agli esercizi militari erano preposti, faceva che la vita de’ soldati dagli altri uomini era lodata e com ogni studio seguitata e imitata”*.

¹⁹⁴ GUIDI, Andrea. *Un Segretario Militante, politica diplomazia e armi nel cancelliere Machiavelli*.

¹⁹⁵ GUIDI, Andrea. *Un Segretario Militante, politica diplomazia e armi nel cancelliere Machiavelli*.

Página 159

¹⁹⁶ MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli. Página 302 *“Ma per essere fli ordini militari al tutto corrotti e, di gra lunga, dagli antichi modi separati, ne sono nate queste sinistre opinioni, che fanno odiar ela milizia e fuggire la conversazione di coloro che la esercitano. E giudicando io, per quello che io ho veduto e letto, ch’e’ non sai impossibile ridurre quella negli antichi modi e renderle qualche forma della passata virtù”*

principalmente do ideal de conformidade entre à vida civil e militar, ambas heranças romanas.

Depois do proêmio, o texto se desenvolve em uma estrutura pouco comum na obra de Maquiavel. A “*Arte da Guerra*” é um diálogo que acontece no jardim de Cosimo Rucellai chamado *Orti Oricellari*. Nesse diálogo, Maquiavel não participa como um dos personagens, só no proêmio que Maquiavel ~~fala~~ expõe suas ideias através de suas próprias palavras. Esse detalhe a respeito da participação de Maquiavel chama atenção para uma importante baliza metodológica colocada por Harvey Mansfield a qual pretendemos adotar: a posição de Maquiavel deve ser identificada com a totalidade do diálogo, mas não com um personagem em particular.¹⁹⁷ Helton Adverse também adota essa ideia de que a identificação entre Maquiavel e o personagem Fabrizio Colonna faz perder de vista alguns elementos essenciais da argumentação.¹⁹⁸

No diálogo, Fabrizio Colonna, a autoridade na arte da guerra, é um ilustre *condottiere* romano que é interrogado por Zanobi Buondelmonti, Battista della Palla, Luigi Alamanni e Cosimo Rucellai¹⁹⁹. Muitas leituras comentem o erro de ler a obra assumindo que Maquiavel fala através das palavras de Fabrizio, a autoridade militar. Hörnqvist, por exemplo, vincula ideias expansionistas ao núcleo da proposta de Maquiavel por assumir que o melhor caminho para se ler o diálogo é tomar Fabrizio como o porta-voz de Maquiavel²⁰⁰. Para evitar incorrer nesse erro, apontado por Mansfield, antes de abordar os primeiros argumentos do livro, vamos dar destaque ao

¹⁹⁷ MANSFIELD, Harvey. C. *An introduction to Art of War*. In: *Machiavelli's Virtue*. University of Chicago Press, 1996 página 195

¹⁹⁸ ADVERSE, Helton. *Apresentação da edição Brasileira*. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 Página XIX

¹⁹⁹ Esses personagens são peças fundamentais para colocar o problema da vida cívica a partir dos questionamentos dirigidos a Fabrizio. Não podemos deixar passar de forma despercebida a função social de cada um desses personagens para que possamos entender como esse diálogo remonta a vida social florentina. Zanobi Buondelmonti é um banqueiro e mercador, Luigi Alamanni é um poeta e escritor, Cosimo Rucellai um intelectual que promovia debates em seus jardins e Batista della Palla referido só como um amigo de Maquiavel.

²⁰⁰ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli's military project and the Art of War*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010 página 124

modo como Maquiavel se refere à Cosimo, para que fique clara a importância que ele dá à fala desse personagem, principal interlocutor de Fabrizio. Podemos considerar que as posições de Maquiavel surgem a partir do embate entre as posições de Cosimo, um exemplo de bom cidadão e as posições do *condottiere*, um exemplo de excelência nas técnicas e estratégias da guerra.

O tom retórico das primeiras páginas do livro primeiro, empregadas no elogio à Cosimo Rucellai²⁰¹, não pode escapar aos ouvidos dos leitores que investigam a Arte da Guerra. Depois de apresentar Cosimo como um homem de *virtù*, Maquiavel diz que para gozarmos da memória do amigo falecido será lembrado algo dito com agudez e sabedoria. Diante desse desafio de escolher uma fala grandiosa de Cosimo, Maquiavel introduz uma conversa travada com Fabrizio, na qual o capitão discorreu longamente sobre as coisas da guerra. Maquiavel, buscando lembrar uma fala sábia de seu amigo, escolhe justamente a participação dele nesse diálogo travado com Fabrizio. Isso confere um estatuto à fala de Cosimo que devemos tratar com atenção, uma vez que a fala é colocada como um exemplo de sabedoria. Segundo Maquiavel, Cosimo interrogou Fabrizio com muita prudência e acuidade nos assuntos da guerra: Maquiavel diz que essa conversa com Fabrizio é capaz de reacender no ânimo a lembrança da *virtù* de Cosimo e nos ensinar muitas coisas não só sobre a vida militar, mas também sobre a vida civil.²⁰²

²⁰¹MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli. Página “Perché io credo che si possa lodare dopo la morte ogni uomo, senza carico, sando mancata ongi cagione e sospetto di adulazione, non dubiterò di lodare Cosimo Rucellai nostro; il nome del quale non fia mai ricordadato da me senza lagrime, avendo conosciute in lui quelle parti le quali, in uno buono amico da gli amici, in uno cittadino dalla sua patria si possono desiderare.” (Pág 302)

²⁰²MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli. Página “*E perchè non è cosa di lui più fresca, che il ragionamento il quale ne’ prossimi tempi il signore Fabrizio Colonna dentro a’ suoi orti ebbe com seco (dove largamente fu da quel signore dele cose della guerra disputato, e acutamente e prudentemente in buona parte da Cosimo domandato); mi è parso, essendo com alcuni altri amici stato presente, ridurlo ala memoria, acciò che, legendo quello, gli amici di Cosimo che quivi convennono, nel loro animo la memoria dele sue virtù rinfreschino, e gli altri, parte si dolgano di non vi essere intervenuti, parte molte cose utili ala vita non solamente militare, ma ancora civile, saviamente da uno sapientissimo uomo disputate, imparino*” 302

Ora, se analisarmos com mais calma esses primeiros momentos do livro primeiro, tendo em mente o projeto apresentado no prólogo, podemos dizer que o papel desempenhado por Cosimo no diálogo é crucial, fazendo com que possamos seguir a hipótese de que as ideias de Maquiavel se apresentam a partir das vírgulas que Cosimo coloca no discurso de Fabrizio. Ao passo que o *condottiere* detém o conhecimento técnico de tudo que é preciso para garantir bons soldados, as falas de Cosimo representam a possibilidade de reconduzir essa vida militar à antiga harmonia com a vida civil.

Continuando nessa análise ~~detalhada~~ do texto seguiremos na caracterização das posições de Cosimo e Fabrizio, através das oposições travadas pelos dois na sequência do diálogo.

Depois de receber Fabrizio, que voltava da Lombardia de um serviço ao rei Católico, Cosimo decide ir para a parte mais sombria e recôndita de seu jardim buscando fugir do calor e se deleitar com uma conversa intelectual. Fabrizio acha as altas árvores do jardim deleitáveis, mas se sente hesitante por não conhecer algumas delas. Cosimo responde à hesitação de Fabrizio dizendo que aquelas árvores eram mais louvadas pelos antigos do que são em seu tempo, e por isso, Fabrizio não precisava se espantar por não conhecê-las.²⁰³

A partir dessa fala de Cosimo, que sugeria o desconhecimento de Fabrizio dos modos antigos, o *condottiere* faz uma observação à resposta de Cosimo gerando a polêmica a partir da qual se desdobra o diálogo, e que permeia a cisão da vida cívica com a vida militar. Segundo Fabrizio, os florentinos teriam agido melhor se imitassem os antigos nas coisas fortes e severas que se fazem debaixo do sol, e não naquelas delicadas e indolentes que fazemos à sombra. Fabrizio atribui a corrupção da vida cívica

²⁰³MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página 6

florentina ao amor às coisas delicadas como as artes, a retórica e a filosofia. Essa atenção às coisas delicadas teria resultado na negligência em relação aos assuntos militares. Segundo ele há a antiguidade verdadeira e perfeita, e a antiguidade falsa e corrompida.²⁰⁴

Fabrizio está representando com sua fala justamente a cisão entre a vida civil e a militar, que é o problema que acomete Florença, sobre o qual Maquiavel se debruçou buscando uma solução através dos antigos; O *condottiere* restringe a amplitude da volta aos antigos a assuntos militares, enquanto Cosimo representa uma volta à antiguidade no que ela tinha de valoroso tal como apontado no próêmio. Faltava a Cosimo uma instituição militar organizada como a antiga romana, e faltava ao *condottiere* os valores cívicos republicanos.

É importante ressaltar que é Cosimo quem introduz a tópica do esquecimento dos antigos modos. Fabrizio acompanha a ideia Renascentista da volta aos antigos, mas distingue dois modos de se voltar aos antigos atacando o modo dos estudos. Segundo Mansfield, o que Maquiavel faz através da fala de Fabrizio é uma crítica ao humanismo que o precede, que apesar de recuperar os valores necessários a uma ordenança militar associada à vida cívica deixou de lado a dimensão prática da administração.²⁰⁵ Essa observação de Mansfield é essencial para que possamos alcançar nossos objetivos, afinal ela ilustra um importante aspecto da ruptura que Maquiavel representa em relação a Leonardo Bruni.

Em resposta a Fabrizio, Cosimo defende seus antepassados que cultivaram a árvore dizendo que apesar do amor as coisas delicadas, Bernardo Rucellai, seu pai, era

²⁰⁴MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli. “Quanto meglio arebbono fatto quelli, sia detto con pace di tutti, a cercare di somigliare gli antichi nelle cose forti e aspre, non nelle delicate e molli, e in quelle che facevono sotto il sole, non sotto l’ombra, e pigliare i modi della antichità vera e perfetta, non quelli della falsa e corrota; perché, poi che questi studi piacquero ai miei Romani, la mia pátria rovinò.” (Pág 303)

²⁰⁵MANSFIELD, Harvey. C. *An introduction to Art of War*. In: *Machiavelli’s Virtue*. University of Chicago Press, 1996 página 195

um homem de ação, que devido aos costumes de um século tão corrompido não podia empregar severidade a ele mesmo e nem a seus filhos. A corrupção do século era tanta que todo aquele que fugisse aos usos comuns seria vilipendiado por todos. Bernardo imitou os antigos no que causasse menos estupor, as coisas duras não fazem mais parte dos costumes e extrapolam a vida cívica do presente. Ele passaria por louco se no verão rolasse na areia quente sob o sol ardente, ou aquele que o fizesse na neve nos meses mais gelados como Diógenes, o cínico, fazia. A dura educação espartana também não poderia ser imitada sem estupor, uma vez que ela induzia a suportar a dor, o frio, e fazê-los amar menos a vida e temer menos a morte. O homem que imitasse as coisas duras seria tido como fera e não como homem. Fabrício Luscino que se alimentava de legumes e desprezava o ouro não seria seguido por ninguém e louvado por poucos.²⁰⁶ Fabrizio responde que não falava de modos tão duros de vida, mas falava de modos mais humanos e que tem conformidade com a vida do presente, modos que ele acredita ser capaz de introduzir na corrompida Florença.

Os Romanos são o melhor modelo em relação às coisas duras segundo Fabrizio, melhores do que os espartanos, Diógenes ou Luscino. Segundo o *condottiere* quem considerasse a vida dos romanos e a ordenação daquela república veria muitas coisas possíveis de se introduzir em uma cidade. A forma que Fabrizio pode contribuir para o projeto de Maquiavel está anunciada aqui, com a ciência militar romana que tem conformidade com a vida do presente.

A partir da volta de Fabrizio ao exemplo romano surge no texto a pergunta sobre quais seriam as mudanças a serem introduzidas na milícia florentina. Pergunta que Fabrizio responde da seguinte maneira:

“Homenagear e premiar a virtù, não desprezar a pobreza, estimar os modos e as ordens

²⁰⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página 8

da disciplina militar, obrigar os cidadãos a amar-se uns aos outros, a viver sem seitas, a estimar menos o privado que o público, e outras coisas semelhantes que facilmente poderiam ser seguidas nestes tempos. Modos dos quais não é difícil persuadir, desde que neles se medite bastante e se ingresse com os devidos meios, porque neles se mostra tanto a verdade, que qualquer engenho em comum tem capacidade para tanto; e quem ordena tais coisas planta árvores, sob cuja sombra fica-se mais feliz e mais alegre do que sob esta”(MAQUIAVEL:2006:9²⁰⁷

Segundo Fabrizio, o que os florentinos deveriam estar imitando dos antigos, capaz de traduzir a verdade do engenho comum, é a disciplina militar romana descrita em sua fala. Diante da proposta de Fabrizio, Cosimo defende as tradições intelectuais e acusa Fabrizio de não usar desses exemplos antigos na guerra, que é a sua arte, e ainda cobrar esses modos nobres.²⁰⁸ Afinal, Fabrizio é um *condottiere*, e seu trabalho não está voltada para o público, e nem é fruto de um engenho comum. Aqui encontramos outro elemento decisivo para somar à crítica aos mercenários.

Respondendo à acusação de Cosimo de que na Guerra ele não usou nenhum proceder antigo, Fabrizio usa como premissa do discurso uma concepção muito importante para nós, que podemos resumir em três pontos²⁰⁹:

²⁰⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página 9. MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “Onorare e premiar ele virtù, non dispregiare la povertà, stimare i modi e gli ordini dela disciplina militare, constringere i cittadini ad amare l’uno l’altro, a vivere senza sètte, a stimare meno il privato che il pubblico, e altre simili cose che facilmente si potrebbono com questi tempi accompagnare. I quali modi non sono difficili persuadere, quando vi si pensa assai ed entrarsi per li debiti mezzi, perché in essi appare tanto la verità, che ogni comunale ingegno ne puote essere capace; la quale cosa chi ordina, pianta arbori sotto l’ombra de’quali si demora più felice e più lieto che sotto questa.”

²⁰⁸MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “ Vorrei pertanto sapere da voi, donde nasce che dall’un canto voi danniate quegli che nelle azioni loro gli antichi non somigliano; dall’altro, nella guerra, la quale è l’arte vostra e in quella che voi siete giudicato eccelente, non si vede che voi abbiate usato alcuno termine antico, o che a quegli alcuna similitudine renda.” 304

²⁰⁹MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli página 305 “essendo questa una arte mediante la quale gli uomini d’ogni tempo non possono vivere honestamente, non la può usare per arte se non una repubblica o uno regno; e l’uno e l’altro di questi, quando sia bene ordinato, mai non consentì ad alcuno suo cittadino o suddito usarla per arte; nè mai alcuno uomo buono l’esercitò per sua particolare arte.”

- 1-A guerra só pode ser praticada como profissão dado um fim público,
- 2-Um corpo civil bem ordenado não permite que seus súditos ou cidadãos pratiquem a guerra como profissão,
- 3-Um homem bom não pratica a guerra como arte particular, visando um fim particular.

Nesse momento do diálogo, Fabrizio admite que a guerra é uma atividade rapace, fraudulenta e violenta, que certamente não condiz com a ação cívica, no entanto, sua definição da guerra praticada como arte pública exclui o caráter desonesto da guerra, quando ela não está voltada para um fim privado. Para se fazer entender, o *condottiere* começa descrevendo como é o comportamento dos que praticam a guerra como profissão mostrando que é um comportamento desvinculado da estabilidade do corpo civil e pode até representar uma ameaça a ele. Ele descreve grande parte do perigo de se fiar em mercenários e os coloca como inimigos da paz.²¹⁰ Sejam grandes ou pequenos, os homens que usam a guerra para fins privados não são bons, porque essa não é uma profissão que se sustenta na paz. Eles têm que se aproveitar da guerra para viver nos tempos de paz, daí nascem os bandos de fora-da-lei, os roubos, as violências e os assassinatos que os soldados praticam contra amigos e inimigos. Já que os soldados não desejam a paz, por não serem cidadãos de lugar nenhum e sim profissionais da guerra, nascem os logros dos capitães àqueles que os conduzem para que a guerra dure. E se vem a paz, muitas vezes ocorre que os comandantes estando privados de soldo e de um meio de vida, licenciosamente juntam um bando de mercenários, e saqueiam uma província.²¹¹ Fabrizio menciona as companhias que são formadas por soldados sem soldo que vivem em busca de guerra.²¹² Na sequência de sua fala, Fabrizio dá exemplos

²¹⁰MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página 14.

²¹¹MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página 13

²¹² “*Compagnie di ventura*” é o termo utilizado por Fabrizio para se referir às companhias que descrevemos no capítulo 1 da dissertação.

históricos de desordens, que nasceram do fato de alguns homens usarem o exercício do soldo como exercício pessoal, ele faz isso para reforçar seu argumento de que a guerra por ser uma atividade violenta e fraudulenta só pode ser exercida visando uma finalidade pública. A ordenança da guerra sustentada por mercenários é uma constante ameaça ao corpo político, que se vale de tais sustentáculos. Como cita Fabrizio, recuperando um antigo ditado florentino, “*A guerra faz ladrões, a paz os enforca*”²¹³.

Depois de encontrada a definição do que é a arte da guerra, Cosimo abre um questionamento que devemos destacar, para que fique claro como o republicanismo se relaciona com essa ideia. Cosimo pergunta a Fabrizio de onde vem a glória dos imperadores como César, Pompeu, Cipião, afinal não estavam eles praticando a arte em nome da própria fama e dos próprios interesses?²¹⁴

Essa fala de Cosimo é importantíssima para a nossa interpretação. Cosimo acusa os imperadores romanos de não praticarem a guerra como arte coletiva, ou seja, visando o bem comum, mas praticarem por interesse próprio. Essa é uma acusação direta à forma imperialista de guerrear, que não pode passar despercebida na análise do texto. Como mostramos na seção 2.3: o expansionismo não é o fim da república. A ordenação militar que está sendo investigada no livro nem tem como finalidade encontrar os meios para se expandir, mas encontrar os meios para se administrar publicamente uma instituição militar.

²¹³MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “*Non avete voi un proverbio il quale fortifica le mie ragioni, che dice: La guerra fa i ladri la pace gl’implicca?. Perché quegli che non sanno vivere d’altro esercizio, e in quello non trovando chi gli sovenga e non avendo tanta virtù che sappiamo ridursi insieme a fare una catività onorevole, sono forzati dalla necessità romper ela strada, e la giustizia è forzata spegnerli.*” Página 306

²¹⁴ MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “*Voi m’avete fato tornare questa arte del soldo quase che nulla, e io me la aveva pressuposta la più eccellente e la più onorevole che si facesse; in modo che se voi non me la dichiarate meglio, io non resto sodisfatto, perché, quando sai quello che voi dite, io non so donde si nasca la gloria di Cesare, di Pompeo, di Scipione, di Marcello, e di tanti capitani romani che sono per fama celebrati come dii.*” Página 306

A guerra praticada pela república ganha uma conotação diferente da guerra praticada pelo império em relação à definição de arte da guerra apresentada. A guerra dos imperadores então abarca só a conotação rapace e violenta? Não, porque é organizada institucionalmente, administrativamente e é sustentada em forças próprias, portanto, abrange vários dos parâmetros que faltam à Florença. No entanto, a guerra imperial é criticada por Cosimo na medida em que ela não representa diretamente a defesa de um interesse público ligado à necessidade. O imperialismo não contribui diretamente para a coisa pública.

Para responder à essa crítica, Fabrizio separa seu discurso em duas partes. A primeira ele já explicou, que é a arte da guerra como a defesa de um engenho comum. A segunda parte é o fato de que uma república ou reino bem ordenado não permite que seus cidadãos ou súditos usem a guerra como algo do qual tiram benefícios privados. Não permite facções. Esse seria o mérito dos imperadores romanos, fizeram com que seus súditos praticassem a guerra só em nome de Roma. Fabrizio argumenta que Pompeu e César e todos os comandantes que viveram depois da última guerra com Cartago conquistaram a fama de valorosos e não de bons, e os que viveram antes conquistaram a fama de valorosos e bons. Só os comandantes da era republicana eram bons, pois não praticavam a guerra em benefício próprio. Além disso, na era republicana nenhum cidadão grande pretendeu se beneficiar. O mérito deles foi impedir que a guerra fosse praticada como profissão por particulares, organizando seu sistema militar de modo que na paz os soldados depunham as armas e voltavam para suas antigas profissões. Segundo Fabrizio, Roma foi bem ordenada até os Gracos – 120 a.C.²¹⁵ Até os

²¹⁵ MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “*E in mentre che la repubblica visse immacolata, mai alcuno cittadino grande non presunse, mediante tale esercizio, valersi nella pace, rompendo le leggi, spogliando le provincie, usurpando e tiranneggiando la pátria e in ogni modo prevalendosi; né alcuno d’infima fortuna pensò di violarei l sacramento, aderirsi agli uomini privati, non temerei l senato, o seguire alcuno tirannico insulto per potere vivere, com l’arte dela guerra, d’ogni tempo. Ma quegli che erano capitani, consenti del trionfo, con disiderio tornavano ala vita*”

Gracos, Roma foi bem ordenada porque não permitia o cidadão praticar a guerra para fins particulares, punia os que faziam isso. Uma cidade bem ordenada deve usar a prática militar nos tempos de paz como exercício e nos tempos de guerra por necessidade, e só ao público.²¹⁶

Nesse momento do texto, Cosimo faz uma intervenção fundamental apresentando um argumento a favor da república como o modo correto de se organizar as armas, por ser ela a maior expressão do engenho comum.²¹⁷ A discussão que colocou os imperadores de um lado e a república de outro em relação ao conceito central da arte da guerra nos direciona para a confirmação da hipótese que estamos seguindo, a de que o projeto de reforma da milícia florentina tem como principal objetivo o fortalecimento das ações cívicas, por meio das instituições organizadas através de deliberações públicas.

Depois de Cosimo enaltecer a república, Fabrizio faz uma comparação delas com os reinos dizendo que nenhum reino presente é bem ordenado, pois tem em torno de si quem pratica a guerra como arte particular. Os reis não podem tomar os mercenários a seu serviço, pois estão fadados à corrupção e à tirania, pois eles são o maior exemplo dos que praticam a guerra fora da necessidade. O que os reinos devem

privata; e quelli che erano membri, com maggior voglia deponavano le armi che non le pigliavano; e ciascuno tornava all'arte sua mediante la quale si aveva ordinata la vita; né vi fu mai alcuno che sperasse com le prede e com questa arte potersi nutrire” página 306 Fabrizio usa o exemplo de Régulo Atílio, que pediu para voltar para a família durante a guerra com os Cartagineses, se a guerra fosse arte particular sua jamais faria isso, pois estava no domínio de várias províncias

²¹⁶MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “*Roma pertanto, mentre ch'ella fu bene ordinata (che fu infino a'Gracchi) non ebbe alcuno soldato che pigliasse questo esercizio per arte; e però ne ebbe pochi cattivi, e quelli tanti furono severamente puniti. Debbe adunque una città bene ordinata volere che questo studio di guerra si usi ne' tempi di pace per esercizio e ne' tempi di guerra per necessità e per gloria, e al publico solo lasciarla usare per arte, come fece Roma. E qualunque cittadino che há in tale esercizio altro fine, non è buono; e qualunque città si governa altrimenti, non è bene ordinata*” página 307

²¹⁷MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “*Io resto contento assai e sodisfatto di quello che insino a qui avete detto, e piacemi assai questa conclusione che voi avete fatta; e quanto si aspetta la repubblica, io credo ch'ella sai vera; ma quanto ai re, non so già, perché io crederrei che uno re volesse avere intorno chi particolarmente prendesse, per arte sua, tale esercizio.*” página 307

temer, segundo Fabrizio, são justamente essas infantarias que tomam a guerra por particular, pois as infantarias são o nervo dos exércitos.

Essa fala de Fabrizio a respeito dos reinos ilustra bem a situação das infantarias mercenárias, que formavam o núcleo das companhias largamente utilizadas no Renascimento. Segundo ele, pelo poder que uma infantaria representa dentro de um exército, jamais poderia ser formada por homens que praticam a guerra privada. É interessante destacar que no período da milícia comunal, as infantarias eram formadas por cidadãos recrutados por serviço obrigatório e a força mercenária dizia respeito só à cavalaria. O valor da infantaria comunal é exaltado em várias elaborações humanistas e apontado como algo que deveria ser resgatado como a solução para a crise militar que envolvia os mercenários, poderia representar um meio de vincular os cidadãos à república. No tempo de Maquiavel o problema era mais sério, as tropas mercenárias contratadas já formavam exércitos inteiros, e não era a preocupação central de Maquiavel estabelecer a antiga milícia como era a preocupação de Bruni, mas resgatar os valores que orientavam essa milícia e a vinculava à república.

A partir daqui o perito da guerra começa a tratar dos melhores métodos para a formação de uma infantaria, que seja vinculada à vida civil e represente o melhor meio de vincular a arte da guerra à cidadania e não aos meios rapaces e violentos. O que é importante destacar é que assim como no texto de Bruni, a questão sobre a função dos soldados nos tempos de paz reaparece. Da mesma maneira, Fabrizio diz que nos tempos de paz os soldados devem voltar às suas artes originais, e dá um passo além, condena a remuneração dos soldados nos tempos de paz, sejam eles da cavalaria ou não.

Segundo Fabrizio, o rei deve ordenar a tudo para que os seus infantas em tempo de paz fiquem contentes em voltar para casa e viver de suas habilidades.²¹⁸ Não há infantaria mais perigosa do que aquela composta pelos que fazem guerra por desejo privado. O rei ou terá que estar em guerra sempre, ou pagá-los sempre, ou correr o risco de que eles roubem o reino. Fazer guerra sempre é impossível, pagá-los sempre também, o que resta é que a ameaça de perder o estado é constante.²¹⁹ Os romanos nunca permitiram que seus cidadãos tomassem o exercício da guerra por arte, mesmo podendo sustenta-los, já que faziam guerra sempre. Eles renovavam os infantas, fazendo um recrutamento de 18 a 35 anos, para evitar as consequências desse exercício contínuo. O exército pretoriano gerou máculas porque não havia renovação e os soldados começaram a ter a guerra como profissão.

Cosimo demonstra ter gostado do conteúdo da fala de Fabrizio já que conhecia vários gentis-homens que se dedicavam à guerra nos tempos de paz fazendo a guarda das cidades e das fortalezas. Nesse sentido, haveria funções militares para todos. No entanto, Fabrizio responde dizendo que o raciocínio de Cosimo está errado, porque o número de infantas na guerra é enorme. Não há proporção entre os infantas empregados na guerra e na paz. Não existe lugar para todos os infantas na paz. Quanto aos cavaleiros, não podem continuar a receber soldo na paz, esse modo é corrupto e ruim. Mas não se poderia ficar sem cavalaria, por isso Fabrizio introduz o tema da *Ordinanza*:

²¹⁸MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “Devono pertanto i re, se vogliono vivere sicuri, avere le loro fanterie composte di uomini che, quando egli è tempo di fare guerra, volentieri se ne ritornino a casa. Il che sempre fia, quando egli scerrà uomini che sappiano vivere d'altra arte che di questa. E così debbe volere, venuta la pace, che i suoi principi tornino a governare i loro popoli, i gentili uomini al culto delle loro possessioni, e i fanti alla loro particolare arte: e ciascuno d'essi faccia volentieri la guerra per avere pace, e non cerchi turbar alla pace per avere guerra.” *Página 308*

²¹⁹MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “Tal che, se uno re non si ordina in modo che i suoi fanti a tempo di pace stieno contenti tornarsi a casa e vivere dele loro arti, conviene di necessità che rovini; perché non si truova la più pericolosa fanetria che quella che è composta di coloro che fanno la guerra come per loro arte, perché tu sei forzato o a fare sempre mai guerra, o a pagargli sempre, o a portare pericolo che non ti tolgano il regno. Fare guerra sempre non è possibile; pagargli sempre non si può; ecco che di necessità si corre ne'pericoli di perder elo stato.” *página 307*

os meios para se formar um exército regular, que se opõe ao exército mercenário, formado por cidadãos (soldados temporários), desse modo os cidadãos exercem funções militares como uma função cívica. A *ordinanza* dos antigos formava uma cavalaria quando surgida a ocasião e nos tempos de paz os mandava para a casa para viver de suas habilidades. Se a cavalaria consegue viver dessa atividade na paz isso decorre de uma ordem corrupta.²²⁰ É interessante destacar que nesse momento do texto Fabrizio reconhece que seu soldo também decorre de uma ordem corrupta, da crise italiana. Isso mostra como a crítica ao sistema mercenário aparece mesmo através da fala de Fabrizio.

Como mostra Fabrizio, a *ordinanza* deve estar voltada para a finalidade da guerra, que segundo ele é vencer batalhas campais, pois a guerra campal é a mais necessária e a mais honrada. Para se vencer essa guerra campal é necessário um exército, e o primeiro passo para se formar um exército é encontrar os soldados. A partir desse momento do texto, Fabrizio e Cosimo começam a discutir sobre como escolher os homens da melhor maneira possível. A esse respeito, Fabrizio introduz o método romano de recrutamento chamado *delectus*.

Fabrizio diz que os que deram normas à guerra defendem que sejam selecionados homens das regiões temperadas, para que tenham coragem e prudência, mas essa regra só poderia ser utilizada por alguém que escolhesse homens do mundo todo, portanto, a regra que pode ser usada por todos é que cada república ou reino deve escolher soldados das próprias terras sejam elas quentes frias ou temperadas. Porque dos antigos exemplos se vê que em qualquer lugar, com exercício se fazem bons soldados; pois onde falha, a natureza é suprida pela indústria, que nesse caso vale mais que a

²²⁰MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “ *Si che, se ora questa parte di esercito può vivere in tale esercizio, ancora quando sia pace, nasce dall’ordine corrotto. Quanto alle provvisioni che si riserbano a me e agli altri capi, vi dico che questo medesimamente è uno ordine corrottissimo; perché una savia republica non debbe le dare ad alcuno* ”; *anzi debbe operare per capi, nella guerra, i suoi cittadini e, a tempo di pace, volere che ritornino all’arte loro.*” Página 309

natureza. Se escolhermos os homens de outras terras não fizemos *delectus* porque *delectus* quer dizer tirar os melhores de uma província e ter o poder de escolher os que querem e os que não querem combater. Só podemos então fazer *delectus* em lugares a nós submetidos, porque não se pode pegar os melhores nas terras que não são tuas e sim aceitar os que querem combater, que normalmente não são boa gente. Quando não atingimos o número planejado de soldados não temos como fazer *delectus*, e quando a matéria não é boa e difícil uma boa *delectus*.²²¹ Como podemos constatar o núcleo da ideia romana de *delectus* são as armas próprias, pois o que caracteriza a *delectus* não é simplesmente assoldar infantas, mas escolher os melhores e ter o poder de escolher. A condição para se introduzir os antigos modos nos selecionados é que quem os comandasse fosse o próprio Príncipe ou um cidadão que para tal fim se tornasse capitão em se tratando de repúblicas. A *delectus* leva em conta o caráter cívico da milícia.

Depois de apresentar o fundamento da *ordinanza*: um exército permanente formado por soldados temporários treinados e recrutados no tempo de paz; e o fundamento da *delectus*: escolher as melhores armas próprias; da mesma forma que Bruni se preocupou com as categorias de homens que formariam a milícia, Maquiavel reabre o tema explorado na “*Cagione dell’Ordinanza*”, e coloca, através de Cosimo, a pergunta sobre o melhor lugar para extrair os soldados, o campo ou a cidade? Os que falaram sobre isso, disseram que os do campo são mais acostumados ao desconforto e à rigidez, mas como Fabrizio pensa que são necessários homens de dois tipos, a pé e montados, aconselha extrair os peões no campo e os montados na cidade da mesma

²²¹ MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “ *volendo darne una regola che ciascun possa usarla, conviene dire che ongi republica e ogni regno debbe scerre i soldati de’paesi suoi, o caldi o freddi, o temperati che si sieno. Per che si vede, per gli antichi esempi, come in ogni paese com lo esercizio si fa buoni soldati;perché dove manca la natura, sopperisce la’ ndustria, la quale in questo caso vale più che la natura.*” Página 309.

forma que a tradição sugeria. Escolheria homens de 17 a 40 anos para fundar uma nova milícia, se precisasse restaurar uma milícia já existente, só os de 17.

Sobre esses critérios de recrutamento, Cosimo diz que na Itália se compõe uma ordenança dessa mesma maneira, Fabrizio concorda, mas diz que os armaria, comandaria, exercitaria, e ordenaria de um modo que não é o italiano. Cosimo entende a reprovação que Fabrizio faz ao modo italiano e diz que os homens sábios condenam a ordenança italiana por tudo de ruim que ela já demonstrou. A crítica dos homens sábios à ordenança florentina apresentada por Cosimo é a seguinte: *“Dizem eles que ou ela é inútil e, confiando nela, perdemos o estado; ou ela é virtuosa, e quem a comanda poderá com ela facilmente arrebatá-los o estado.”*²²² Após essa formulação, Cosimo recorre ao exemplo dos venezianos, dos romanos e dos franceses buscando mostrar como a ordenança não garante nada de antemão. Os romanos perderam a liberdade com as armas próprias, os venezianos para não obedecerem a um cidadão usam armas alheias, e o rei da França desarmou seus cidadãos para poder comandá-los mais facilmente. A ordenança é colocada como inútil por Cosimo porque os soldados são inexperientes e porque ninguém combate bem à força.

Fabrizio diz que essas razões não servem para condenar a ordenança. Ele afirma que o problema não está na ordenança, mas na forma como os italianos o fazem. Primeiro, contra a inutilidade da milícia, não se deve medi-la pelo fato da milícia ter sido derrotada uma vez. A milícia própria além de ser útil é imprescindível, como mostram os exemplos históricos.²²³ Contra a inexperiência dos cidadãos em combater,

²²² MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página 25

²²³ Nesse momento do texto Fabrizio apresenta outra formulação da ideia de armas próprias MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli. *“E prima, quanto ala inutilità, io vi dico che non si usa milizia più utile che la própria, né si può ordinare milizia propria se non in questo modo. E perché questo no há disputa, io non ci voglio molto perdere tempo, perché tutti gli esempli dele istorie antiche fanno per noi.”* Página (311)

Fabrizio argumenta que por mais que a inexperiência não gere coragem, e a força gere descontentamento, a experiência e a coragem podem ser adquiridas pela forma como se armam, se exercitam e se ordenam os homens. E contra a afirmação de que os homens não fazem nada bem quando são forçados, Fabrizio argumenta que os homens não devem servir nem por vontade total, nem por força por total, mas pelo respeito que têm pelo príncipe ou pela república.²²⁴ Contra a desconfiança de que a ordenança tome o estado, Fabrizio argumenta que as armas concedidas a cidadãos por leis, e pelas ordenações nunca causaram danos, e além disso é melhor ter um inimigo do que dois, entre os exércitos mercenários e os cidadãos, melhor que sejam só os cidadãos. Quem usa armas estrangeiras sempre tem mais de um inimigo possível.²²⁵ Contra o exemplo das armas estrangeiras, da França e Veneza, Fabrizio diz que os romanos, quando precisaram combater no mar com os cartagineses, não contrataram gregos ou espanhóis, colocaram essa incumbência nos seus cidadãos e venceram a guerra, diferentemente de Veneza, experientes no mar, quando foram lutar na terra, por falta de confiança nos cidadãos, assoldaram o marques de Mântua. Se Veneza fez essa escolha pelo medo de

²²⁴ MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “*E perché egli allegano la inesperienza e la forza, dico come egli è vero che la inesperienza fa poco animo e la forza fa mala contentezza; ma l’animo e l’esperienza si fa guadagnare loro con il modo dello armargli, esercitargli ed ordinargli, come nel procedere di questo ragionamento vedrete. Ma quanto ala forza, voi avete a intendere che gli uomini che si conducono ala milizia per comandamento del príncipe, vi hanno a venire né al tutto forzati, né al tutto voluntarii; perché tutta la volontà farebbe gli inconvenienti che io dissi di sopra: che non sarebbe delecto e sarebbono pochi quegli che andassero; e così la tutta forza partoriribbe cattivi effetti. Però si debbe prendere una via di mezzo dove non sai né tutta forza né tutta volontà, ma sieno tirati da uno rispetto ch’egli abbiano al príncipe, dove essi temano più lo sdegno di quello, che la presente pena; e sempre occorrerà ch’ella fia una forza in modo mescolata com la volontà, che non se potrà nascere tale mala contentezza che faccia mali effetti.*” Página (311)

²²⁵ MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “*Quanto al dubitare che tale ordine non ti tolga lo stato mediante uno che se ne faccia capo, rispondo che l’arme in dosso a’ suoi cittadini o sudditi, date dalle leggi e dall’ordine, no facero mai danno, anzi sempre fanno utile e mantengonsi le città più tempo immaculate mediante queste armi, che sanza. Stette Roma libera quattrociento anni, ed era armata; Sparta, ottocento; molte altre città sono state disarmate, e sono state libere meno di quarenta. Perché le città hanno bisogno dele armi; e quando non hanno armi proprie, soldano dele forestiere; e più presto noceranno al bene publico l’armi forestiere, che le proprie, perché le sono più facili a corrompersi e più tosto uno cittadino che diventi potente se ne può valere; e parte há più facile matéria a maneggiare, avendo ad opprimere uomini disarmati. Oltre a questo una città debbe temere due nimici che uno. Quella che si vale dell’armi forestiere, teme ad uno tratto il forestiero ch’ella solda e il cittadino; e che questo timore debba essere, ricordivi di quello che io dissi poco fadi Francesco Sforza. Quella che usa l’arme proprie, non teme se non il suo cittadino.*” Página (312)

um cidadão se tornar tirano, foi um temor pouco refletido. Pois, se um cidadão com as forças de mar não se tornou tirano numa cidade de mar, muito menos poderia fazê-lo com as forças da terra. Veneza cresceu no mar, se armou no mar, e fez guerras com *virtù* no mar se engrandecendo, mas quando foi lutar em terra não deixou seus cidadãos à frente e perdeu a guerra. O erro da França foi a negligência em relação à disciplina militar que acabou enfraquecendo o rei.²²⁶

Todos esses exemplos reforçam a crítica aos mercenários, a ideia de que o estado é fundado em leis e armas, e o argumento das armas próprias, fazendo com que a natureza da ordenança se desvele como os meios necessários para unir a vida civil à vida militar. O que Fabrizio queria com essa digressão é demonstrar que não podemos confiar em outras armas a não ser nas próprias, e que tais armas não podem ser organizadas senão por meio da *ordinanza*. Não se pode por outras vias introduzir quaisquer formas de exército em lugar algum, nem de outro modo ordenar uma disciplina militar.²²⁷

Ainda tratando dos aspectos fundamentais da *delectus*, Cosimo pergunta se é necessário fazer distinção entre as profissões dos homens a serem escolhidos. Fabrizio responde que escritores como Vegézio fazem distinção das profissões para não se arregimentar passarinhos, pescadores, cozinheiros, rufiões e quem quer que se dedique de ofício à diversão, Vegézio propõe que se arregimentem trabalhadores da terra, ferreiros, ferradores, lenhadores e caçadores. Fabrizio não concorda com essa ideia de Vegézio, ele faria pouca distinção entre as profissões se fosse para avaliar a qualidade do homem, faria mais para poder utilizá-lo com maior inteligência dentro da

²²⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página 28

²²⁷ MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “*Ma io ho fatto troppa grande digressione, e forse sono uscito del proposito mio; purê lo ho fatto per rispondervi e dimostrarvi che non si può fare fondamento in altre armi che nelle proprie, e l’armi proprie non si possono ordinari altrimenti che per via d’una ordinanza, né per altro modo ordinare una disciplina militare.*”Página (312)

milícia. Lavradores são os mais importantes. Depois os que mais se utilizam são ferreiros, lenhadores, talhadores. É bom ter soldados dos quais se extraem duplos serviços. Esses soldados dos quais se extraem duplos serviços funcionam muito bem com a proposta dos soldados temporários.

A pergunta seguinte de Cosimo sobre a *delectus* é como se conhecem os aptos a combater? Fabrizio responde que a boa qualidade se conhece ou por experiência ou por conjectura. É difícil encontrar numa ordenança organizada pela primeira vez, da qual façam parte muitos homens com experiência. Faltando a experiência, recorreremos à conjectura, e esta se faz por quatro critérios: idade, profissão, aparência e costumes. Sobre a profissão e a idade Fabrizio já havia exposto os parâmetros da *delectus*, resta falar da aparência.

Fabrizio explica que segundo Pirro, o soldado devia ser alto, outros os escolhiam pela robustez apenas do corpo, como fazia César; a robustez de corpo e de ânimo é conjecturada pela constituição dos membros e pela graça do aspecto. Alguns dizem que cumpre terem os olhos vivos e alegres, o pescoço nervoso, o peito largo, os braços musculosos, os dedos longos, pouco ventre, ancas arredondadas, pernas e pés magros; partes essas que soem sempre tornar o homem ágil e forte. O que também envolve a aparência são os costumes e os modos tais como, honestidade e pudor, pois de outro modo se escolherá um instrumento de escândalo e um princípio de corrupção.²²⁸

Voltando ao exemplo romano, Fabrizio descreve como os cônsules selecionavam as legiões no princípio de seu mandato através da *delectus*. Pela experiência com os veteranos e pela conjectura com os novatos. Essa seleção podia ser feita para empregar os homens no momento imediato ou para exercitá-los e empregar-los

²²⁸MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli “*Debbesi soprattutto riguardare a’ costumi, e che in lui sia onestà e vergogna, altrimenti si elegge uno instrumento di scandolo e uno principio di corruzione; perché non sai alcuno che creda che nella educazione desonesta e nello animo brutto possa capere alcuna virtù che sai in alcuna parte lodevole.*” Página (313).

no tempo devido em uma milícia de treinamento. Enquanto Roma foi livre, se treinavam os exercícios militares na base de treinamento preparando os jovens para a verdadeira milícia. Essa *delectus* permitia um recrutamento eficiente no momento de necessidade, pois se obtinha homens experimentados na milícia e todos exercitados na milícia de adestramento. Esse recrutamento contínuo somado à milícia de treinamento se encaixava bem com a proposta dos soldados temporários em uma instituição permanente.

Ainda buscando entender os fundamentos da *delectus*, Cosimo pergunta se é melhor formar a milícia a partir de um grande número de homens ou um número pequeno. Isso porque, em Florença, muitos dizem que recrutando menos homens fazemos uma seleção melhor, e incomodamos menos os cidadãos e a região, pois os gastos com a guerra são menores.

Fabrizio responde que sem dúvida é melhor e mais necessário o grande número. Onde não se pode ordenar grande quantidade, não se pode ordenar uma ordenança perfeita. Na Toscana você teria poucos homens que lutaram em guerras, seria melhor que recrutassem muitos. Se te apresentam um grupo de jovens, fique com todos, só exercitando e armando-os é que saberemos quem são os melhores. A ordenança não causa incômodo algum ao povo, porque essas ordenações não afastam os homens de seus afazeres. Só os obriga reunir para treinar em dias ociosos. Aqui reaparece a ideia do soldado temporário.²²⁹ A milícia é formada por soldados temporários, e não por soldados permanentes porque o pagamento é caro. Fabrizio mostra que quem ordenasse uma milícia de 5.000 infantes e quisesse pagá-los, precisaria dar-lhes pelo menos 10.000 ducados por mês. Esse número de infantes não basta para fazer um exército, esse pagamento é insuportável para um estado, e não é suficiente para manter os homens

²²⁹MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página 34

contentes. Os que pensam em criar uma ordenança que fosse paga, enquanto ficasse em casa, pensam em coisas impossíveis ou inúteis. Mas é sim necessário pagar os soldados, quando são recrutados para a guerra.²³⁰

Sobre a necessidade de serem muitos homens para *ordinanza*, Cosimo diz que os mesmos sábios afirmam que essa multidão de homens armados só faz confusão, escândalo e desordem. Fabrizio responde dizendo que essa é outra opinião falsa. Segundo ele, na ordenança você dá aos homens armas, mas também dá comandantes, não alimenta, mas elimina escândalos. Ao contrário de dar armas a tropas mercenárias. Os homens bem ordenados temem as leis armados ou desarmados. Se o lugar for imbele e unido ele não se desunirá com as armas, a não ser que os comandantes causem a confusão. Se o lugar for belicoso e desunido essa ordenação será motivo de união, porque por si mesmos já terão armas e capitães, mas armas inúteis para a guerra, e os comandantes serão alimentadores de escândalos. Essa ordenação dá-lhe armas úteis para a guerra e comandantes eliminadores de escândalo. E quem quiser que os comandantes não façam desordem terá que cuidar para que eles não granjeiem excessiva autoridade. Os comandantes devem se revezar no comando, porque a autoridade contínua sobre os mesmos homens pode prejudicar.²³¹ É com essa tópica do revezamento dos comandantes, que corrobora a ideia dos soldados temporários, que Fabrizio encerra as considerações no livro primeiro.

Como pontuamos ao longo de nossa exposição, vários elementos do diálogo entre Fabrizio e Cosimo no livro I da “*Arte da Guerra*” acrescentam ao pensamento militar que Maquiavel vinha construindo anteriormente nos primeiros escritos, e no “*Príncipe*”. “*A Arte da Guerra*” se conecta com esses outros textos fundamentalmente

²³⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página 35

²³¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 página 39

através do movimento que conduz o conceito de armas próprias à crítica aos mercenários, mas como podemos constatar, temas como o dos soldados temporários, o elogio da república e dos valores republicanos, e vários aspectos técnicos de recrutamento são compartilhados, como a divisão da milícia entre infantes e cavaleiros, o melhor lugar de recrutamento, a abordagem sobre a reputação e ganância dos soldados e etc. Cabe ressaltar as novidades que essa importante obra acrescenta ao todo do conteúdo militar do pensamento de Maquiavel a respeito da formação de uma milícia unida com a vida cívica.

Primeiramente a ideia de que a guerra só pode ser praticada como arte profissão quando está voltada para um interesse público. Essa novidade confere um estatuto diferente para a guerra que república pratica e a guerra que os impérios praticam, reforçando nossa leitura que não reconhece os elementos expansionistas do projeto de Maquiavel para Florença. Essa definição de arte da guerra acrescenta de maneira determinante à compreensão do conteúdo das outras obras. Outro aspecto de extrema relevância para destacar em relação às novidades que essa obra traz para o resto do pensamento de Maquiavel é a introdução dos conceitos de *ordinanza*, e *delectus*; que reforçam como o caráter prático das ideias de Maquiavel se ligava a valores republicanos.

5. CONCLUSÃO

Ao tomar como objeto de investigação a reflexão maquiaveliana sobre a necessidade de se formar uma milícia em Florença vinculada a valores cívicos, podemos constatar que o ponto nuclear que conecta os primeiros escritos de sua atividade na chancelaria com suas obras mais conhecidas como “*O Príncipe*” e “*A Arte da guerra*” é o conceito de *arme proprie*. Desde a primeira denúncia no “*Decennale Primo*” à república florentina, que carecia de armas próprias, até a elaboração posterior dessa ideia, através das palavras de um *condottiere* na “*Arte da Guerra*”, que diz que a guerra só pode ser praticada como profissão quando está voltada para uma finalidade pública, podemos dizer que Maquiavel se esforça por esclarecer as diversas razões de como as funções militares sendo exercidas pelos cidadãos poderiam fortalecer a república.

A trajetória do pensamento militar de Maquiavel pode ser entendida como uma busca pelos meios viáveis de se estabelecer uma administração pública dos assuntos militares em Florença. Essa busca de Maquiavel era uma questão que respondia a necessidades de ordem histórica, relacionada à crise italiana, e se conectava com o desenvolvimento de uma tradição de pensamento político no Renascimento.

Como demonstramos, a crítica ao uso de soldados mercenários conecta o texto de Maquiavel ao texto de Bruni através da necessidade histórica urgente que os dois autores viveram na Itália. Além de Bruni, outros humanistas, que não abordamos aqui, elaboraram a crítica aos mercenários. Esse tema se tornou um tema comum do humanismo cívico justamente porque era um problema da vida pública, que ameaçava a liberdade republicana, o valor mais nobre, herdado da ação das comunas e das letras dos primeiros humanistas que elogiaram a capacidade do homem de agir no mundo.

Nossa proposta inicial era demonstrar como o giro da história da filosofia em direção à vida ativa, que caracteriza o Renascimento como um período de transição entre a idade média e a modernidade, se desenvolveu nos principais textos do período que trataram da questão militar, inaugurando uma nova matriz republicana de pensamento. Concluímos a partir dessa proposta que, se considerarmos o resgate da antiguidade, juntamente com a passagem da vida contemplativa para a vida ativa, como as duas principais marcas do Renascimento, certamente as obras de Bruni e de Maquiavel, que analisamos, expressam um conhecimento construído a partir do contato com a antiguidade clássica e com a vivência cotidiana da cena pública florentina.

Na chancelaria de Florença podemos ver a realização do ideal renascentista da vida ativa. Lá encontramos homens de cultura, imbuídos da consciência histórica do papel representado por uma república na crise italiana, agindo diretamente na vida cidade. O humanismo cívico, como bem argumenta Hans Baron, foi um fenômeno que fez identificar o vocabulário de uma alta cultura literária, com os meios de ação na cena pública e as necessidades históricas, que colocavam em jogo a sobrevivência das instituições republicanas, as quais representavam a garantia para que a liberdade pudesse continuar sendo exercida através das ações dos cidadãos.

Como foi demonstrado, o principal motivador para o desenvolvimento de uma reflexão em torno da participação na vida pública na Itália foi o contexto de guerra, que teve as comunas como protagonistas e colocou os italianos diante dos principais temas do humanismo em uma perspectiva prática. Foi a situação histórica que motivou a reflexão sobre a liberdade. Essa semente histórica para o desenvolvimento das tradições intelectuais se mesclou com um ideal poderosamente renovador de reforma das instituições com o passar do tempo.

A intenção de discernir os aspectos aristotélicos do pensamento de Bruni e separá-los do que representa o pensamento de Maquiavel, se justifica não só para mostrar como a transição entre os dois textos espelha o movimento mais amplo da passagem da Idade Média, na qual Aristóteles era a principal referência teórica, para a modernidade, que tem seu início marcado por críticas ao aristotelismo. Justifica-se também para mostrar como o olhar de Maquiavel para o problema dos mercenários já estava mais intimamente conectado com as possibilidades reais de um projeto de reforma. Queremos dizer que Maquiavel oferece as razões políticas, econômicas e sociais que definem o problema. O problema central para Maquiavel é se essa milícia é capaz de resolver os problemas de ordem prática, estando ou não de acordo com os ditames da antiguidade.

Nesse sentido, a comparação entre a obra dos dois autores nos faz perceber o amadurecimento da relação com a antiguidade que acompanha o Renascimento como um todo. Esse é mais um aspecto da transição que queremos demonstrar que os dois textos ajudam a elucidar comprovando nossa hipótese. A ideia de se servir da antiguidade, que funciona como diretriz no início do Renascimento, primeiramente é um imperativo que toma os antigos como autoridade e vai caminhando na direção de toma-los como modelo a ser imitado, e não copiado.

Com o passar dos séculos do Renascimento, a ideia de que o passado pode fornecer ensinamentos capazes de transformar o presente vai se fortalecendo cada vez mais e inspira a construção de uma relação crítica com a história, que irá se desenvolver na modernidade. Os vínculos com a vida prática vão se estreitando ao ponto de podermos ver várias ideias de Bruni operando no momento em que Maquiavel estava à frente do projeto de formação de uma milícia.

No geral, concluímos que o pensamento militar de Maquiavel é herdeiro de uma tradição que se sustenta na consciência histórica republicana, num momento em que a prática filosófica se define pela reflexão acerca da vida prática na cidade. Isso faz com que os problemas gerados pelos mercenários na vida pública ganhem atenção dos filósofos desse tempo e seja combatido por eles. A filosofia que caracteriza o Renascimento, e se expressa nos textos que escolhemos, está intimamente conectada com o exercício da liberdade como uma garantia da boa ordem civil.

Referências Bibliográficas

ADVERSE, Helton. *A Matriz Italiana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

ADVERSE, Helton. *Apresentação da edição Brasileira*. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006

ADVERSE, Helton. *Filosofia Política no Renascimento Italiano*. São Paulo: Annablume, 2013

BAILEY, Charles Calvert. *War and Society in Renaissance Florence: De Militia Of Leonardo Bruni*. University of Toronto Press. 1961.

BARON, Hans *From Petrarch to Bruni, studies in humanist and political literature*. Chicago: University of Chicago Press, 1968

BARON, Hans. *Search of Florentine civic humanism*. Princeton University Press, 1989

BARON, Hans. *The crisis of the early Italian Renaissance*. Princeton University Press, 1955.

BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BIGNOTTO, Newton. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BROWN, Alison. *De-masking Renaissance republicanism* in: HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press,2000

BRUNI, Leonardo. *Della Milizia*.In: *Opere letterarie e politiche*. Editor Paolo Viti. *Unione Tipografico- Editrice Torinese*.1996.

BRUNI, Leonardo. *History of the Florentine People*. Edited and Translated By James Hankins. Harvard University Press, 2001

BURCKHARDT, J. *A civilização da Itália do Renascimento*. Tradução: S. Tellaroli São Paulo: Companhia das Letras, 2009

CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Tradução: Amador Cisneiros. Rio de Janeiro: Edições Ouro Editora Tecnoprint.

CÍCERO, Marco Túlio. *Tratado dos Deveres* Tradução: Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Edições Cultura Brasileira.

CLEMENTE, Guido. *Guida alla storia romana*. Ed. Arnoldo Mondadori.2008. Milano

GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano. Cap1. Os chanceleres humanistas da republico florentina, de Coluccio Salutati a Bartolomeu Scala.* Traduçã: Cecília Prada. Unesp.1996. São Paulo.

GILBERT, F. *Machiavelli: The Renaissance of the Art of War.* In: PARET, P. (org.) *Makers of Modern Strategy.* Princeton University Press 1986 2ª edição.

GUIDI, Andrea. *Machiavelli senza i Medici (1498-1512) Scrittura del potere/ potere della scrittura.* Ed. Salerno Editrice. Roma. 2004

GUIDI, Andrea. *Un Segretario Militante, politica diplomazia e armi nel cancelliere Machiavelli.*

HANKINS, James. (edit.) *The Cambridge Companion to Renaissance Philosophy.* Cambridge University Press, 2007

HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism.* Cambridge University Press, 2000.

HANKINS, James. *Civic knighthood in the Early Renaissance: Leonardo Bruni's De militia.* Working paper, Faculty of Arts and Sciences, Harvard University, 2011.

HANKINS, James. *Rhetoric, history, and ideology: the civic panegyrics of Leonardo Bruni.* In: HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism.* Cambridge University Press, 2000.

HÖRNQVIST, Mikael *Art and politics in Renaissance Italy.* Oxford University Press, 1995.

HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli and Empire.* Cambridge University Press, 2004.

HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli's military project and the Art of War.* In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010

HÖRNQVIST, Mikael. *The two myths of civic humanism in:* In: HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism.* Cambridge University Press, 2000.

KRAYNE, J. *The Cambridge Companion to Renaissance humanism.* Cambridge Univesity Press, 1996.

KRISTELLER, P. *Renaissance thought and its sources.* Columbia University Press,1996

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel.* Companhia das Letras. São Paulo. 1988. Tradução Jônatas Batista Neto.

MACHIAVELLI, Niccolò. *La Cagione dell'ordinanza: dove la si truovi et quel che bisogni fare.* In: *I primi scritti politici. Tutte le opere.* Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli.

- MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere*. Sansoni Editore. Editor: Mario Martelli.
- MALLETT, Michael. *Mercenaries and their Masters Warfare in Renaissance Italy*. Pen and Sword Books Limited. England, 2009 (1974 primeira publicação.)
- MANSFIELD, Harvey. C. *An introduction to Art of War*. In: *Machiavelli's Virtue*. University of Chicago Press, 1996.
- MANSFIELD. C, Harvey. *Bruni and Machiavelli on civic humanism* In: HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press, 2000.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001
- MARTINES, Lauro. *Power and Imagination: City States in Renaissance Italy*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1988. (primeira publicação 1979)
- MAZZOCO, Angelo. (edit.) *Interpretations of Renaissance Humanism*. Leiden: Brill: Brill's studies in intellectual history, 2006.
- NAJEMY. M, John. *Civic humanism and Florentine politics* In: HANKINS, James. (org). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge University Press, 2000.
- PANCERA, Gabriel. *Maquiavel entre repúblicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- POCOCK, J.G.A *Machiavelli and Rome: the republic as ideal and as history*. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010.
- POCOCK, J.G.A *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republic Tradition*. Princeton University Press, 1975
- RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Editora Musa. Tradução Nelson Canabarro. São Paulo 2003.
- SASSO, Genaro. *Niccolò Machiavelli. Il pensiero politico. Vol 1*
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: R.J. Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- SKINNER, Quentin. *Machiavelli and virtù and the maintenance of liberty*. In: *Visions of politics Volume 2 : Renaissance Virtues*.

SKINNER, Quentin. *The republican ideal of political liberty*. In: *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge. Edited by Gisela Bock, Quentin Skinner and Maurizio Virolo.

VIVANTI, Corrado. *I tempi della politica*. Donzelli Editore. Roma 2008

ZANZI, Luigi, *Machiavelli e gli "Svizzeri" e altre "machiavellerie" filosofiche concernenti la natura, la guerra, lo stato, la società, l'etica e la civiltà*. Edizioni Casagrande. Bellinzona 2009.